UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE MESTRADO

INDICADORES DE ESG PARA INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE ESTÉTICA

Marco Balbinot Arenhart

Lajeado/RS, dezembro de 2024

INDICADORES DE ESG PARA INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE ESTÉTICA

Dissertação do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Júlia Elisabete Barden

Lajeado, dezembro de 2024

INDICADORES DE ESG PARA INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE ESTÉTICA

A Banca examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais:

Prof. Dra. Julia Elisabete Barden – Orientadora
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Dra Fernanda Sindelar
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Dr. Carlos Cândido da Silva Cyrne
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Dra. Marlei Salete Mecca
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Lajeado, dezembro de 2024

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo elaborar uma matriz de indicadores de ESG para empresas do segmento de equipamentos de estética. Para isso, foi desenvolvida uma matriz de materialidade única baseada em temas relacionados a ESG, conforme a norma técnica PR 2030 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Após a elaboração, a matriz foi aplicada e validada junto a uma empresa do setor localizada na Região Sul do Brasil, envolvendo um questionário composto por 36 perguntas distribuídas nas dimensões Ambiental, Social e de Governança. As respostas foram avaliadas utilizando a Escala Likert de 5 pontos, com pontuações mínimas e máximas atribuídas a cada item. Após a realização da pesquisa, foram selecionados nove indicadores de desempenho. A escolha desses indicadores considerou as particularidades e demandas da organização, levando em conta sua estrutura, estratégia e desafios operacionais. Assim, a matriz de materialidade proposta representa um instrumento relevante que por meio dos 36 indicadores retrata as especificidades deste segmento.

Palavras-chave: ESG, Sustentabilidade empresarial, indicadores, matriz de materialidade

SUMMARY

The aim of this paper is to develop a matrix of ESG indicators for companies in the beauty equipment sector. To this end, a single materiality matrix was developed based on ESG-related topics, in accordance with the PR 2030 technical standard of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT). Once the matrix had been drawn up, it was applied and validated with a company in the sector located in the South of Brazil, involving a questionnaire made up of 36 questions distributed in the Environmental, Social and Governance dimensions. The answers were evaluated using a 5-point Likert Scale, with minimum and maximum scores assigned to each item. After carrying out the survey, nine performance indicators were selected. The choice of these indicators considered the particularities and demands of the organization, taking into account its structure, strategy and operational challenges. Thus, the proposed materiality matrix represents a relevant instrument that, through its 36 indicators, portrays the specificities of this segment.

Keywords: ESG, Business sustainability, indicators, materiality matrix

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5

1.1 Objetivo principal 9

1.1.1 Objetivos específicos 9

2 ESG E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL 9

2.1 Origens do termo desenvolvimento sustentável 11
2.2 Sustentabilidade empresarial 17
2.3 ESG (*Environmental, Social and Governance*) 20
2.3.1 Materialidade 23
2.4 ABNT PR 2030 30

3 MERCADO DA ESTÉTICA NO BRASIL 33

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 40

4.1 Metodologia de Pesquisa 40

5 ANÁLISE DE DADOS 49

5.1 Resultados Área de Gestão 49

5.2 Resultados Área Técnica 58

5.3 Resultados Geral da Empresa 67

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 78

REFERÊNCIAS 83

APÊNDICE A 92

APÊNDICE B 100

APÊNDICE C 106

ANEXO I 118

1. INTRODUÇÃO

ESG é uma sigla em inglês que significa *environmental, social and governance*, e corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. O termo foi cunhado em 2004 em uma publicação do Pacto Global, uma iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas para encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade, em parceria com o Banco Mundial, chamada "*Who cares wins : connecting financial markets to a changing world*", em tradução "Quem se importa ganha: conectando mercado financeiro com um mundo em transformação" (Tradução livre, realizada pelo autor).

Este movimento surgiu de uma provocação do então secretário-geral da ONU Kofi Annan a 50 CEOs de grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais (Pacto Global, 2024). Segundo o documento, empresas com práticas ESG sólidas tendem a ter um desempenho financeiro superior e maior sustentabilidade a longo prazo, gerando maior interesse das instituições financeiras em investir neste tipo de negócio. Esse relatório foi então o marco inicial do uso da expressão ESG no mercado financeiro e corporativo.

Uma grande parte das emissões de gases tóxicos na atmosfera é de origem antrópica, resultante em grande parte das atividades de indústrias e grandes empresas, portanto, estas devem assumir a responsabilidade e adotar medidas para minimizar os impactos negativos, envolvendo desde seus processos produtivos até o descarte de resíduos, passando também por temas como bem estar dos colaboradores, mitigação de riscos e diálogo com a comunidade. Da mesma forma, as instituições financeiras, enquanto principais investidores e acionistas, precisam avaliar com rigor os projetos que financiam e investem seus recursos, exigindo protocolos de responsabilidade ambiental e social como pré-requisitos para concessão de crédito e financiamento de iniciativas relacionadas ao ESG.

O conceito de ESG (*Environmental, Social and Governance*) passou, então, a ser pauta de reuniões de empresas no mundo todo como uma indicação de solidez, custos mais baixos, melhor reputação e maior resiliência em meio às incertezas e vulnerabilidades (Pacto Global, 2024). A exploração de recursos naturais, assim como

a relação das corporações com os locais onde estão ambientadas nunca teve tanta importância como nos dias atuais.

Os conceitos trazidos pelas práticas, como redução de emissão de gases do efeito estufa nos processos produtivos, uso de energia de fontes renováveis, capacitação e desenvolvimento de pessoas, ética e transparência da gestão, etc., visam fatores ambientais, sociais e de governança como elementos indissociáveis do exercício empresarial, a fim de estabelecer uma cultura não apenas de obtenção de lucro, mas de sustentabilidade.

As ações voltadas para a sustentabilidade dentro das organizações são cada vez mais valorizados e discutidos no ambiente corporativo, chegando a obter importância nas Bolsas de Valores mundiais, fazendo as ações de organizações sustentáveis serem mais rentáveis que de organizações não tão preocupadas com esta questão, que já passou do nível de relevante para essencial (Costa e Ferizin,2021). As práticas ambientais e sociais das corporações passaram a atrair a atenção do mercado financeiro, especialmente em razão de mudanças culturais que levaram grandes investidores a priorizar modelos de negócio que promovam um impacto positivo no meio ambiente e na sociedade. A promoção da saúde, a segurança no trabalho e o respeito ao meio ambiente são pilares essenciais para uma organização que almeja permanecer competitiva e relevante no mercado. A gestão adequada do descarte de materiais, o uso consciente de produtos, a logística reversa e outros aspectos relacionados devem ser abordados de forma estruturada e estratégica dentro das instituições para garantir uma gestão eficaz desses temas. Tais práticas também podem fazer com que a empresa seja vista como uma instituição inovadora, seja em produtos ou processos, capazes de gerar novas ideias e conceitos, atraindo, assim, possíveis investidores e recursos financeiros, uma vez que a empresa demonstre capacidade de inovar constantemente.

A escolha de desenvolver indicadores para a indústria de equipamentos de estética foi motivada pelo expressivo crescimento que o setor tem registrado nos últimos anos. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), a valorização da estética entre os brasileiros posiciona o Brasil como o quarto maior mercado mundial de consumo de produtos de higiene pessoal (ABIHPEC, 2020), perfumaria e cosméticos (HPPC), ficando atrás

apenas de EUA, China e Japão. Além disso, conforme dados da ABIHPEC, o mercado de estética no Brasil apresentou um crescimento de 567% nos últimos cinco anos, passando de 72 mil para mais de 480 mil profissionais atuantes no setor (Senac, 2024).

Em um levantamento da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS), divulgado em 2023, demonstra que o Brasil desponta como o segundo país que mais realizou procedimentos estéticos e reparadores no mundo, 8,9% do total de casos, perdendo apenas para os Estados Unidos, 24,1% do total (ISAPS, 2023).

A indústria da beleza movimenta bilhões de dólares anualmente em todo o mundo (no Brasil, em 2020, o setor movimentou mais de R$ 47,5 bilhões), com milhares de profissionais ofertando produtos e serviços a milhões de consumidores dispostos a investir em procedimentos estéticos. De acordo com uma pesquisa da empresa de consultoria McKinsey Global Institute, a previsão é que o mercado de beleza mundial atinja cerca de US$ 580 bilhões até 2027, crescendo 6% ao ano (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL , 2024).

Considerando o foco na indústria de equipamentos estéticos, é essencial refletir também sobre o número significativo de pessoas empregadas nesse setor, onde o Senac apresenta um número de 2,6 milhões de pessoas (Senac, 2023), e a necessidade de cuidados com esses colaboradores, incluindo condições adequadas de trabalho, saúde mental, além da gestão responsável do descarte de materiais e resíduos.

De acordo com Coelho (2022), recentemente o tema ESG “furou a bolha” e passou a dominar reportagens e mídias relacionadas a organizações de diversos setores e portes. À medida que essa temática ganha espaço nas discussões globais, observa-se uma ampliação do número de instituições que consideram essas práticas essenciais ao decidir investir em determinados setores da economia ou empresas, influenciando diretamente as decisões de alocação de recursos financeiros.

Acredita-se que o debate acerca do desenvolvimento sustentável traga mudanças significativas à gestão estratégica de pessoas e às empresas que o incorporarem às suas respectivas visões de negócios (Pires e Fischer, 2014). Novas demandas da sociedade vêm estimulando a divulgação voluntária de informações não financeiras pelas empresas, que inclui a divulgação de informações sobre meio

ambiente, ética, governança, direitos humanos, trabalho, gênero, combate à corrupção e outros (Ribeiro *et al.,* 2022). A sociedade e a comunidade de *stakeholders* estão mais conscientes dos custos e riscos sociais das empresas e, portanto, muitas organizações empresariais estão reconfigurando seus modelos de negócios para outros socialmente responsáveis.

Por se tratar de um tema amplo e transversal, observa-se uma lacuna de conhecimento entre os executivos em relação ao ESG, o que pode dificultar a implementação eficaz dessas práticas. A ausência de critérios bem definidos para a avaliação do desempenho ambiental e social indica que muitas empresas ainda não possuem maturidade suficiente para desenvolver ações efetivas nas dimensões de ESG. Nesse contexto, a criação de uma matriz de indicadores de ESG torna-se essencial, não apenas para a formulação de iniciativas sociais e ambientais, mas também para a mensuração dessas ações.

A integração dos princípios ESG em áreas de espaço e desenvolvimento pode configurar uma abordagem estratégica que contribui para o equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental. Isso porque no contexto ambiental, práticas de preservação de recursos naturais e urbanização sustentável contribuem para a redução de impactos ecológicos, promovendo um uso equilibrado do solo e da infraestrutura urbana. No eixo social, o desenvolvimento de áreas urbanas e rurais pode ser orientado pela inclusão comunitária, promovendo acesso equitativo à habitação, transporte e serviços básicos. Já na governança, a incorporação de princípios éticos e de transparência em projetos de desenvolvimento territorial reforça a confiança de stakeholders, incluindo investidores e comunidades locais, ao garantir que decisões sejam baseadas em critérios técnicos, participativos e responsáveis.

Os indicadores desempenham um papel importante no monitoramento e acompanhamento do cumprimento de metas estabelecidas. O presente estudo busca desenvolver uma matriz de indicadores de ESG para indústria de equipamentos de estética, que possa ser uma referência para a formulação de planejamentos empresariais de longo prazo, com foco na sustentabilidade, respeito à vida e cuidado com as pessoas, além de atender às normativas do mercado.

Tendo em vista esse novo cenário corporativo, de adequação e necessidade de mudanças, o presente estudo propõe como objetivo principal a criação de uma matriz de indicadores relacionados aos temas ambientais, sociais e de governança que possam ser utilizados nas organizações a fim de realizarem a gestão dos temas vinculados.

1.1. OBJETIVO PRINCIPAL

Propor uma matriz de indicadores de ESG para uma indústria de equipamentos de estética.

O principal motivo do problema da pesquisa, bem como a motivação do trabalho foi de como desenvolver uma matriz de indicadores ESG específica para a indústria de equipamentos de estética, considerando a ausência de referenciais consolidados no setor e a necessidade de adaptação às exigências de sustentabilidade e governança?

1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos para obtenção da matriz foram definidos os seguintes:

- Caracterizar as práticas de ESG a fim de elencar as principais diretrizes de medição envolvidas;
- Conceituar avaliação de Sustentabilidade Empresarial e diferenciar do conceito de ESG;

Definir critérios para escolhas de indicadores de ESG.

2 ESG E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

ESG (*Environmental, Social, and Governance*) e sustentabilidade são termos relacionados, mas possuem distinções importantes em seu significado e aplicação. A sustentabilidade, como conceito, é definida como o desenvolvimento que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras" (Brundtland, 1987). Por outro lado, ESG é uma estrutura de análise que permite avaliar

o desempenho de uma empresa em critérios específicos: impacto ambiental (E), responsabilidade social (S) e práticas de governança (G). Dessa forma, enquanto a sustentabilidade apresenta uma visão ampla de equilíbrio ambiental, social e econômico, o ESG proporciona uma estrutura prática e mensurável para guiar decisões empresariais e investimentos de acordo com esses objetivos (Eccles & Klimenko, 2019).

Um exemplo da diferença entre esses conceitos pode ser observado nas práticas ambientais das empresas. Uma organização comprometida com a sustentabilidade pode adotar iniciativas para reduzir seu consumo de recursos naturais e sua pegada de carbono. Já o ESG exige que essa mesma empresa estabeleça e divulgue métricas sobre seu consumo de água, emissões de carbono e gestão de resíduos. Assim, a sustentabilidade pode ser um valor ou filosofia ampla, enquanto o ESG oferece uma metodologia de medição e comunicação desses impactos, com vistas à transparência e prestação de contas aos investidores e stakeholders (Friede; Busch; Bassen, 2015).

Outro exemplo ocorre no eixo social. A sustentabilidade abrange a promoção de bem-estar e justiça social de maneira ampla, enquanto o critério social do ESG demanda que empresas implementem políticas claras e mensuráveis de inclusão, diversidade e segurança no ambiente de trabalho (Guiese et al, 2019). Dessa forma, a sustentabilidade representa um ideal de longo prazo, e o ESG materializa esse ideal em práticas e indicadores específicos que facilitam a verificação e comparação do desempenho da empresa em áreas críticas. Assim, ESG e sustentabilidade estão alinhados no propósito, mas diferem em suas metodologias e ferramentas de mensuração e controle.

O conceito de Sustentabilidade Empresarial já possui tradição em pesquisas na área de negócios e gestão. No entanto, a aderência da sigla ESG com o mundo financeiro elevou de forma contundente as discussões sobre sustentabilidade empresarial, ainda vista com certa descrença por muitos executivos e corporações (Silva e Barreto, 2021). Segundo o autor, tópicos muitas vezes de difícil mensuração e utilização de forma abrangente nas empresas a Sustentabilidade Empresarial direciona as ações organizacionais. O ESG foca em evidências relacionadas aos

impactos das ações desenvolvidas pela organização, principalmente, as que podem gerar riscos ao negócio e de dados para a tomada de decisão da alta gestão.

2.1 ORIGENS DO TERMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O debate sobre a sustentabilidade vem ocorrendo já há algumas décadas. Em 1959 em Assembleia Geral das Nações foi instituída a Primeira Década do Desenvolvimento para o período de 1960 a 1970. Esse período teve a concentração de esforços conjuntos para criação de programas de erradicação de pobreza, melhoria da qualidade de vida através do crescimento econômico em países subdesenvolvidos, como chamados à época. Ao longo da história econômica moderna todo o esforço envolvido no crescimento e desenvolvimento trazia como uma máxima, o aumento da lucratividade das empresas (Barbieri, 2022).

Em uma época em que o desenvolvimento tecnológico se mostrou disponível para implementação em diferentes áreas da economia, muito se fez para aumentar a produção de bens e serviços, visando a maximização dos recursos financeiros. Embora esse crescimento tenha contribuído para o aumento da riqueza, prosperidade e melhor qualidade de vida, também ocorreu de forma desigual entre as regiões e resultou em parte no esgotamento de recursos e na degradação de ambientes naturais (Barbieri, 2022).

A produção mundial de bens e serviços, em qualquer época e sociedade, resulta da transformação de recursos naturais para esses fins. O uso excessivo desses recursos, necessários para sustentar a produção em massa que atende às nossas necessidades, acompanhou o crescimento populacional e o desenvolvimento tecnológico. Esse fenômeno, em particular, intensificou-se a partir da Revolução Industrial e da Segunda Guerra Mundial.

Com o crescimento da produção industrial acaba-se incorrendo em uma degradação do meio ambiente em escala mundial que vem se mostrando insustentável para as gerações atuais, prevendo para as futuras um tempo de incógnita sobre o mundo que será herdado por eles. Existem diversas possibilidades sobre os impactos adversos da crise climática no mundo e no Brasil, que afetam de

forma desigual os biomas, seus territórios e suas gentes (Brasil, 2023). Conforme descreve Mello e Freire (2016), alerta Reis (1982, p.171):

> É certo que estamos chegando a um momento em que teremos todos de, uma tomada de consciência universal muito séria, medir as nossas responsabilidades e os perigos a que estamos expondo pelo tratamento bárbaro da natureza, pelo nosso comportamento agressivo em face dela, que saqueamos numa desenvoltura desumana e profundamente criminosa.

É importante destacar que os estudos ocorridos durante os anos de 1960 indicavam que os maiores problemas de degradação do meio ambiente em países subdesenvolvidos era a própria pobreza, falta de esclarecimento entre os povos desses países, que culminaram em explorações inapropriadas, falta de sistemas sanitários de esgotos, lixos a céu aberto, falta de oportunidade de emprego e ditaduras colonialistas por parte dos países ricos (Barbieri, 2022). Em comparação a essa realidade, os problemas ambientais dos países industrializados, era a própria industrialização, meios de produção e o consumo em excesso.

Adam Smith em seu clássico “A Riqueza das Nações” indica que a acumulação de capital provém da divisão de trabalho, especialização do mesmo, aumentando a capacidade produtiva, o que geraria lucros que poderiam ser reinvestidos. “A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes.” (Smith, 19966). Assim foram constituídas as ideias de crescimento e desenvolvimento, sempre com um viés econômico e com uma visão muito míope para as questões sociais e ambientais.

No século XX, foram iniciados estudos, por meio de Teorias Econômicas do Desenvolvimento, com o objetivo de identificar e explicar as causas subjacentes a diferentes padrões de crescimento entre os países. Esses estudos visavam também propor ferramentas capazes de modificar essa realidade e reduzir as disparidades entre países, anteriormente classificados como desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Segundo Barbieri (2022), as maiores preocupações dos autores clássicos eram relacionadas ao equilíbrio econômico das metrópoles. Pouco se falou e escreveu sobre o desenvolvimento das colônias, consideradas áreas atrasadas, que contribuem pouco com o crescimento das capitais (Barbieri, 2022).

Através de uma visão mais ampla, que incluísse questões transversais, como política, sociologia, ciências da terra, gestão pública e empresarial, iniciou-se movimentos e estudos com destaque internacional (Barbieri, 2022). Nessa etapa, a Organização das Nações Unidas (ONU) serviu como um catalisador de ideias e disseminação de novos conceitos que até então eram negligenciados. O papel da ONU se dá como uma organização de caráter mundial com capacidade de reunir pessoas, países e entidades a pensarem de forma estratégica e com um visão global das consequências do nosso estilo de vida e das gerações futuras, e como fazer para aumentar nossa qualidade de vida, sem influenciar de forma negativa na qualidade dos que estão por vir.

Outro fenômeno importante foi o pós período da Segunda Guerra Mundial. Diversos países foram atingidos por catástrofes como derramamentos de óleo, e poluição. A divulgação de tais eventos pelas mídias da época foi um grande impulsionador de ideias vinculadas à preservação da natureza. Em 1968, durante a Conferência sobre a Biosfera, organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em Paris, o termo meio ambiente aparece como substituição ao termo “natureza”, para dar um sentido mais amplo e por tratar de bens comunais internacionais como o ar, mares e oceanos, o espaço, poluição pelo petróleo e dejetos, demonstrando que esse tema poderia ser debatido não só na esfera científica, mas também econômica e política (Gurski; Gonzaga e Tendolini, 2012).

No início da década de 70 o Clube de Roma, uma Organização Não Governamental (ONG) composta por profissionais de diversas áreas e países se reuniram para tratar sobre assuntos relacionados ao uso indiscriminado de recursos naturais do meio ambiente em termos globais, encomendou um relatório elaborado por cientistas do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) que foi intitulado “Os Limites do Crescimento”. Segundo o documento que utilizou fórmulas matemáticas para tratar do meio ambiente e discutir sobre o desenvolvimento sustentável (Gurski; Gonzaga e Tendolini, 2012), o planeta é incapaz de manter o equilíbrio tanto por efeitos populacionais como de poluição. Assim, para evitar o colapso total, sugeriu-se o controle do aumento da população mundial e a estabilização da produção industrial. Mediante essas iniciativas imaginava-se que diminuiria a necessidade de produção

de alimentos e o consumo dos recursos naturais não-renováveis. Essa é uma linha de pensamento vinculada à Teoria Malthusiana, elaborada por Thomas Robert Malthus em 1798 defendia que a população cresceria em ritmo acelerado, superando a oferta de alimentos, o que resultaria em problemas como a fome e a miséria.

Em 1972, foi realizada a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, que ficou conhecida como Conferência de Estocolmo a qual, segundo María Novo, reconheceu o homem como obra do meio que o rodeia (Verciano, 2023). A conferência foi organizada pelas Nações Unidas com o intuito trazer a discussão dos temas sobre direitos humanos e do meio ambiente para as agendas das nações.

Conforme Gurski , Gonzaga e Tendolini (2012), para Le Prestre, que considera o ambientalismo um movimento fruto da Conferência de Estocolmo, quatro foram os motivos que levaram a ONU a realizar essa conferência:

> a) o aumento da cooperação científica nos anos 60, da qual decorreram inúmeras preocupações, como as mudanças climáticas e os problemas da quantidade e da qualidade das águas disponíveis;
>
> b) o aumento da publicidade dos problemas ambientais, causado especialmente pela ocorrência de certas catástrofes, eis que seus efeitos foram visíveis (o desaparecimento de territórios selvagens, a modificação das paisagens e acidentes como as marés negras são exemplos de eventos que mobilizaram o público);
>
> c) o crescimento econômico acelerado, gerador de uma profunda transformação das sociedades e de seus modos de vida, especialmente pelo êxodo rural, e de regulamentações criadas e introduzidas sem preocupação suficiente com suas consequências a longo prazo;
>
> d) inúmeros outros problemas identificados no fim dos anos 1960 por cientistas e pelo governo sueco, considerados de maior importância, afinal, não podiam ser resolvidos de outra forma que não a cooperação internacional. São exemplos destes problemas as chuva ácidas, a poluição do Mar Báltico, a acumulação de metais pesados e de pesticidas que impregnava peixes e aves (LE PRESTRE, 2005 apud Gurski; Gonzaga; Tendolini, , 2012, p. 69-70).

Através da Conferência de Estocolmo houve o reconhecimento do problema ambiental e a necessidade de agir, criando-se a Declaração de Estocolmo, Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Gurski, , Gonzaga e Tendolini, 2012), que descreve as responsabilidades e norteia as políticas futuras relativas ao meio ambiente apoiadas no Plano de Ação para o Meio Ambiente composto por 109

recomendações. Segundo Barbieri (2022), as recomendações foram classificadas em três categorias:

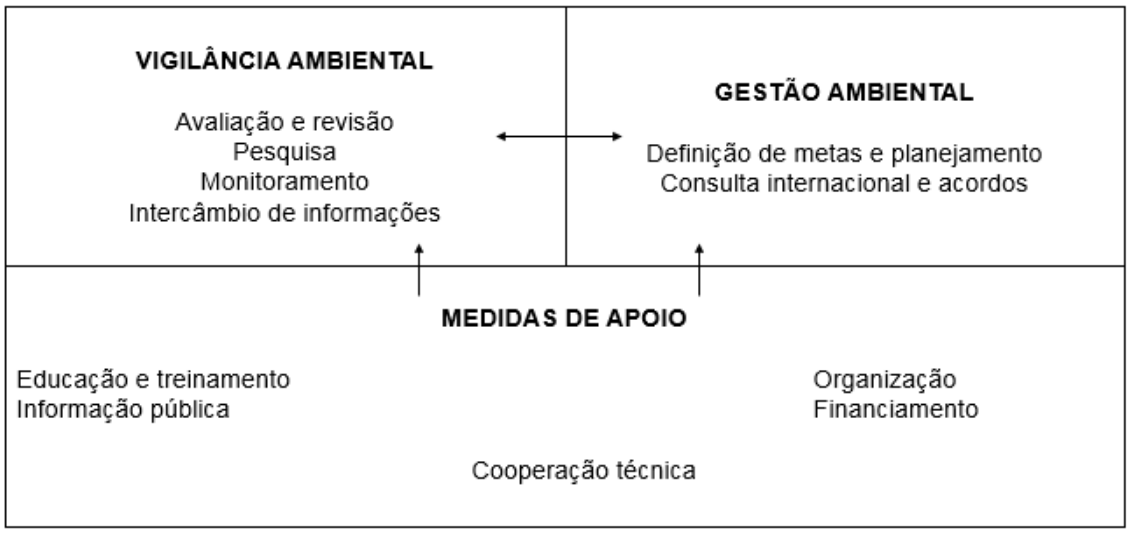
I) Vigilância ambiental, que compreende as funções:
   a. Avaliação e revisão para identificar os conhecimentos necessários às ações e determinar as medidas a serem tomadas;
   b. Pesquisa para criar novos conhecimentos a fim de orientar a tomada de decisão;
   c. Monitoramento para coleta de dados;
   d. Intercâmbio de informações de informações para disseminar conhecimento na comunidade científica e tecnológica.

II) Gestão ambiental, compreendendo as funções destinadas a facilitar um planejamento abrangente que leve em conta os efeitos colaterais das atividades humanas.

III) Medidas de apoio às outras duas categorias:
   a. Educação;
   b. Formação e informação para fornecer pessoas qualificadas que possam facilitar o uso do conhecimento na tomada de decisão.

A - Figura 1 apresenta o esquema do Plano de Ação.

Figura 1- Plano de Ação para o Meio Ambiente – Estrutura:



Fonte: Barbieri (2022)

A Figura 1 é uma representação de um modelo de gestão, onde são apresentadas três ações: a de “Vigilância Ambiental”, em que se faz avaliações, pesquisas e monitoramentos, a fim de identificar a situação atual, e através do intercâmbio de informações, realizar o diagnóstico da real situação. A “Gestão Ambiental” tem por finalidade, a criação de planos de ação, com metas vinculadas, que devem seguir diretrizes e acordos internacionais. As “Medidas de Apoio” são os planos postos em prática, já com as metas estabelecidas.

A expressão desenvolvimento sustentável surge pela primeira vez em 1980 no documento denominado *World Conservation Strategy* - Estratégia de Conservação Mundial (Júnior, 2012). O desenvolvimento sustentável, pode ser entendido como um conceito político, que se baseia na capacidade de manter os três pilares fundamentais de forma igualitária e sistêmica: econômico, social e ambiental, visando à continuidade da vida (Imperador e Silva, 2018).

No ano de 1983 é criado pela Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. Desta comissão surgiu em 1987 o documento “*Our Common Futurel*”, o qual definiu o **desenvolvimento sustentável** como o processo que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (Ipiranga; Godoy e Brunstein, 2011).

No ano de 1992 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, onde foram assinados os mais importantes acordos ambientais globais da história da humanidade: as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a Declaração de Princípios para Florestas (Cordani, Marcovitch e Salati, 1997).

No ano 2000, o então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, lançou o Pacto Global como convite para as empresas alinharem suas estratégias e operações a dez princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, e desenvolverem ações que contribuíssem para o

enfrentamento dos desafios da sociedade (Coelho, 2022). Atualmente o Pacto Global se constitui na maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 25 mil membros, entre empresas e organizações da sociedade civil, distribuídos em 62 redes, que abrangem 167 países (Pacto Global, 2024). Apenas no Brasil são mais de 2 mil membros.

A Agenda 2030, adotada por todos os países membros das Nações Unidas em setembro de 2015, representa um compromisso global para enfrentar os desafios urgentes do nosso planeta. No centro dessa Agenda estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma plataforma abrangente que visa direcionar esforços para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até o ano de 2030.

Os ODS e a Agenda 2030 representam uma visão ambiciosa e integrada para um futuro sustentável. A interconexão entre esses objetivos destaca a necessidade de abordagens holísticas e colaborativas para enfrentar os desafios globais. A implementação efetiva dos ODS requer ação coordenada em níveis locais, nacionais e globais, enfatizando a importância da inclusão, equidade e respeito pelos limites do nosso planeta. Ao adotar esses objetivos, a comunidade internacional se compromete não apenas a construir um mundo melhor para as gerações presentes, mas também a preservar a capacidade das gerações futuras de prosperar em um planeta saudável e equitativo.

2.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O termo sustentabilidade empresarial origina-se do “desenvolvimento sustentável”, cunhado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987 em seu relatório *Our Common Future*, de iniciativa das Nações Unidas. O conceito de sustentabilidade empresarial materializa o desenvolvimento sustentável no âmbito corporativo, que engloba, de forma igualitária, os resultados organizacionais, econômicos, sociais e ambientais sem afetar as gerações futuras (Silva e Barreto, 2021). O termo vem sendo usado há décadas em demasia, de forma genérica e com uma abrangência que dificulta o entendimento dos executivos e a objetividade que o mundo dos negócios (organizações) carece.

O consultor empresarial John Elkington apresentou em 1994 o conceito de *triple bottom line* em seu livro “Canibais de Garfo e Faca”. Através desse conceito o termo sustentabilidade empresarial ganhou força, pois segundo o próprio Elkington, para que uma organização se torne sustentável, ela precisa ser “financeiramente viável, ambientalmente responsável e socialmente justa” (Silva e Barreto, 2021). Essa filosofia sustentável traz, comprovadamente, benefícios mútuos para o negócio, a comunidade e o meio ambiente, e é por isso que os empresários, grandes e pequenos, também passaram a adotá-la, pois viram nela a possibilidade não apenas de gerar lucro, mas também de retribuir aos cidadãos e ao planeta (Tagliari, *et. al*, 2022). Apresentar progresso em direção à sustentabilidade é uma escolha da sociedade, das organizações, das comunidades e dos indivíduos, devendo existir um grande envolvimento de todos os segmentos (Van Bellen, 2005).

Figura 2 - Tripé da Sustentabilidade e Contexto Organizacional

Tripé da Sustentabilidade		Contexto Organizacional	
Dimensão Ambiental	Proteção e preservação do ambiente, cuidados com os recursos renováveis, gestão de resíduos e impactos	**Meio Ambiente**	Respeitar as limitações naturais, racionalizar recursos não renováveis, potencializar o uso de recursos e manter a biodiversidade
Dimensão Econômica	Resultados econômicos, direitos dos acionistas, competitividade e relação entre clientes e fornecedores	**Economia**	Desenvolvimento econômico, segurança alimentar, modernização contínua e maximização da utilização de recursos
Dimensão Social	Direitos humanos/trabalhadores, envolvimento com a comunidade, transparência e postura ética	**Sociedade**	Inclusão social, saúde e segurança, aspectos políticos, aspectos culturais e qualidade de vida

Fonte: Barbieri, 2020, elaborado pelo autor

A Figura 2 ilustra os três pilares da sustentabilidade – ambiental, econômica e social – aplicados ao contexto corporativo. Ela permite observar como cada um desses pilares se integra ao cotidiano de uma empresa, facilitando a gestão sustentável das suas práticas e operações.

A Sustentabilidade Empresarial é um termo compreensivo, que abrange todos os esforços de uma empresa para reduzir seu impacto (Silva e Barreto, 2021). Assim ela se torna um verdadeiro direcionador da estratégia da organização e de seus negócios em prol de um mundo sustentável. É fazer o certo pelo certo (Silva e Barreto, 2021). Uma espécie de código moral da companhia, que considera não somente as

próprias ambições e bem estar, mas de todos os *stakeholders* e suas implicações na tomada de decisões estratégicas.

Organizações que compactuam com a filosofia da responsabilidade social, que envolve ações empresariais que promovem o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade ao adotar práticas que beneficiam comunidades e colaboradores, passam a adquirir diversas vantagens. Dentre elas, há: reputação positiva da corporação perante a sociedade, fidelização de consumidores, a equipe de colaboradores passa a ser mais motivada e produtiva, e atração de novos parceiros e investidores (Tagliari, *et. al*, 2022).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) dividiu o comportamento das empresas quanto à sustentabilidade em cinco estágios crescentes (Tagliari, *et. al*, 2022). São eles:

1. Pré-cumprimento legal: nesse estágio as empresas se negam a adotar um estilo sustentável e não cumprem os regulamentos ambientais, por vezes transferindo a culpa para custo, falta de retorno financeiro e até mesmo seus fornecedores.
2. Cumprimento legal: as empresas se limitam a honrar as exigências legais, mas os dispêndios com sustentabilidade são vistos apenas como custos extras.
3. Além do cumprimento legal: as empresas se empenham em realizar mais do que o proposto pela regulamentação ao começarem a ver o ganho de capital.
4. Estratégia integrada: além de aplicarem a sustentabilidade para gerar lucro, também começam a desenvolver produtos e serviços pensando na manutenção do ciclo da vida.
5. Propósito e paixão: aqui, a sustentabilidade passou a ser o propósito da organização, a missão do negócio.

A sustentabilidade é precursora do ESG. Organizações altamente aderentes aos temas de sustentabilidade possivelmente terão um alto nível de ESG. O primeiro objetiva tornar a empresa responsável, enquanto o segundo estabelece critérios mensuráveis para avaliação de performance nos temas envolvidos. Uma empresa

pode ser muito bem avaliada em uma classificação ESG, mas dizer que essa empresa tem um excelente desempenho em sustentabilidade empresarial é uma afirmação diferente.

2.3 ESG (*Environmental, Social and Governance*)

O termo ESG tem suas raízes no setor financeiro e corporativo, surgindo como uma resposta à crescente demanda dos investidores por informações sobre práticas sustentáveis das empresas. A sigla foi popularizada a partir do relatório de 2004 do Pacto Global da ONU, intitulado *Who Cares Wins*, que incentivava a integração de fatores ambientais, sociais e de governança nas decisões de investimento (UN Global Compact, 2006). Esse relatório destacou que considerar esses critérios poderia melhorar o retorno ajustado ao risco, demonstrando como as práticas sustentáveis poderiam ser vantajosas para o mercado financeiro e a sociedade. Apesar de ter fatores relacionados à sustentabilidade, ESG não é sinônimo de sustentabilidade, responsabilidade social ou impacto ambiental. Enquanto a sustentabilidade busca equilibrar fatores ambientais, sociais e econômicos para garantir o bem-estar das gerações futuras, ESG é um conjunto de critérios específicos que avalia como uma empresa gerencia os aspectos ambientais (uso de recursos naturais e impacto ambiental), sociais (relações com colaboradores, comunidades e clientes) e de governança (transparência, ética e estrutura de gestão). Esses critérios servem como ferramentas para medir e comunicar práticas corporativas, especialmente no contexto de decisões de investimento, destacando que ESG é uma abordagem analítica e estratégica, não apenas um ideal ou conceito amplo.

A sociedade contemporânea globalizada sofre mudanças que ocorrem constantemente e afetam ambientes macros e micros de forma dialética (Costa. e Ferezini, 2021). Os conceitos trazidos pelas práticas de ESG visam trazer fatores ambientais, sociais e de governança como elementos indissociáveis do exercício empresarial, a fim de estabelecer uma cultura não apenas de obtenção de lucro, mas de sustentabilidade (Oliveira, 2018).

Manter práticas de ESG é um desafio complexo para as empresas, pois exige o equilíbrio entre metas ambientais, sociais e de governança com os interesses econômicos e operacionais do negócio. Implementar essas práticas demanda

recursos financeiros, expertise técnica e mudanças culturais, além de adaptação às crescentes exigências regulatórias e expectativas dos stakeholders. Além disso, muitas organizações enfrentam dificuldades em mensurar o impacto real de suas iniciativas ESG, garantir transparência nos dados reportados e alinhar toda a cadeia de valor a esses princípios.

Os investidores começaram a adotar o ESG como um conjunto de métricas que permitiam avaliar o impacto das operações empresariais em relação ao meio ambiente, à responsabilidade social e à governança corporativa. Segundo Eccles e Klimenko (2019), a implementação de critérios ESG permite identificar riscos e oportunidades ligados a questões como mudanças climáticas, práticas trabalhistas e transparência na governança, o que aumenta a resiliência das empresas e reduz sua exposição a crises. O conceito, então, evoluiu de uma prática limitada para uma estrutura de análise essencial no mercado financeiro, atendendo tanto a gestores de fundos quanto a agências de rating e reguladores que exigem maior responsabilidade corporativa. Dessa forma, o ESG transformou-se em uma métrica central para o meio financeiro, sendo cada vez mais adotado como padrão na avaliação do valor das empresas e na construção de um mercado mais sustentável e transparente.

A obrigatoriedade de elaboração de relatórios ESG é determinada por regulamentações que variam conforme o setor de atuação, o porte da empresa e a jurisdição. No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exige que companhias abertas divulguem informações relacionadas à sustentabilidade e ao impacto ambiental por meio do Formulário de Referência. Esse relatório deve abordar temas como mudanças climáticas, práticas de governança corporativa, diversidade, direitos humanos e relação com as comunidades, alinhando-se às normas internacionais e às expectativas do mercado de capitais. Empresas com atuação em setores específicos, como mineração, energia e financeiro, enfrentam exigências regulatórias adicionais impostas por órgãos reguladores e normativas setoriais. No contexto global, reguladores europeus, por exemplo, estabeleceram a Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), que obriga grandes empresas a divulgarem seus impactos ESG de maneira padronizada.

Apesar de ser uma demanda do mercado de capitais e ações, onde estão as grandes corporações nacionais e internacionais, todas as organizações, independentemente de seu porte, pequeno, médio ou grande, causam impactos em diversos atores da comunidade em que estão inseridas. Cada vez mais, os consumidores buscam produtos e serviços que estejam alinhados aos propósitos e princípios das marcas. O posicionamento de marca é algo relevante e deve ser trabalhado pelas empresas para diferenciar-se dos concorrentes (Hiller, 2014). O autor discute sobre como as marcas que utilizamos nos ajudam a compor nossa identidade, por isso o posicionamento delas é cada vez mais alvo de análise dos consumidores, podendo ser o fator de que define a escolha ou não de determinado produto ou empresa (NEIS, *et. al*; 2020).

O ESG é amplamente usado por empresas e investidores como um indicador de desempenho sustentável, influenciando estratégias corporativas e decisões de investimento. Segundo Friede, Busch e Bassen (2015), a análise ESG não apenas oferece uma visão mais ampla do desempenho financeiro, mas também alinha os objetivos econômicos com os sociais e ambientais, respondendo às expectativas dos stakeholders.

No eixo ambiental, temas como consumo de água, eficiência energética, gestão de resíduos, biodiversidade e emissão de gases do efeito estufa são monitorados a fim de se criar mecanismos de controle e acompanhamento de performance. A busca por novos equipamentos ecoeficientes, assim como melhoria de processos impactam diretamente em melhorias na gestão ambiental das organizações. A troca de lâmpadas incandescentes por outras de led, pode gerar menor consumo de energia. A troca da matriz energética por placas solares têm se popularizado não apenas no mundo corporativo, mas também nas residências das pessoas. Para isso os incentivos do governo são fundamentais, pois existe um impacto financeiro inicial na compra dos equipamentos. São exemplos de impactos ambientais: poluição atmosférica e das águas, contaminação do solo, perda de biodiversidade, mudanças climáticas, melhoria na biodiversidade local, captura de carbono e regeneração florestal (ABNT PR 2030, 2022).

O eixo social está relacionado às relações trabalhistas, interações com *stakeholders* internos e externos. Pesquisas de satisfação do cliente, treinamento para desenvolvimento da equipe, plano de carreira, apoio às comunidades locais (sociais, acadêmicas, não-governamentais). Uma vez que uma indústria se instala em uma localidade, ela impacta, de alguma forma, a comunidade ao seu redor. Assim, uma das estratégias para atuar em relação a esses stakeholders é a comunicação com lideranças locais, órgãos públicos e entidades representativas de classes, abordando temas como saúde e segurança, cadeia de suprimentos, diversidade e inclusão. A abertura ao diálogo é essencial para que a empresa integre, em seu planejamento, condições que favoreçam a criação de um ambiente harmonioso, minimizando impactos negativos.

O eixo de governança desempenha um papel fundamental, pois dela emanam as diretrizes e decisões que orientarão a empresa nas demais dimensões. É essencial que as questões relacionadas à sustentabilidade estejam alinhadas com a estratégia e os objetivos da alta administração. Nesse contexto, contar com o patrocínio de um projeto sustentável por parte de um diretor ou do próprio CEO da companhia representa um passo significativo para a implementação de práticas de ESG.

2.3.1 Materialidade

A materialidade no contexto ESG refere-se à identificação de questões ambientais, sociais e de governança que têm impacto significativo sobre a performance financeira e os interesses dos *stakeholders* de uma organização. Esse conceito é crucial para que as empresas possam priorizar as áreas mais relevantes para sua operação e sua sustentabilidade a longo prazo. A materialidade ESG permite que as empresas concentrem seus esforços nas questões que realmente afetam seu valor, suas operações e sua reputação, considerando os aspectos que podem influenciar suas perspectivas financeiras e regulatórias.

A análise de materialidade é uma metodologia que uma empresa pode usar para identificar e estimar possíveis ações de meio ambiente, social e governança (ESG) que possam impactar o negócio e seus *stakeholders* (Sebrae, 2023). Esta análise pode ser feita a partir da matriz de materialidade, que permite gerar oportunidades de negócio por meio da identificação de temas relevantes para o

negócio, possibilitando a geração de valor. Com a matriz, visualiza-se melhor quais são os pontos de destaque e que demandam priorização, engajamento, ação e investimento (Sebrae, 2023).

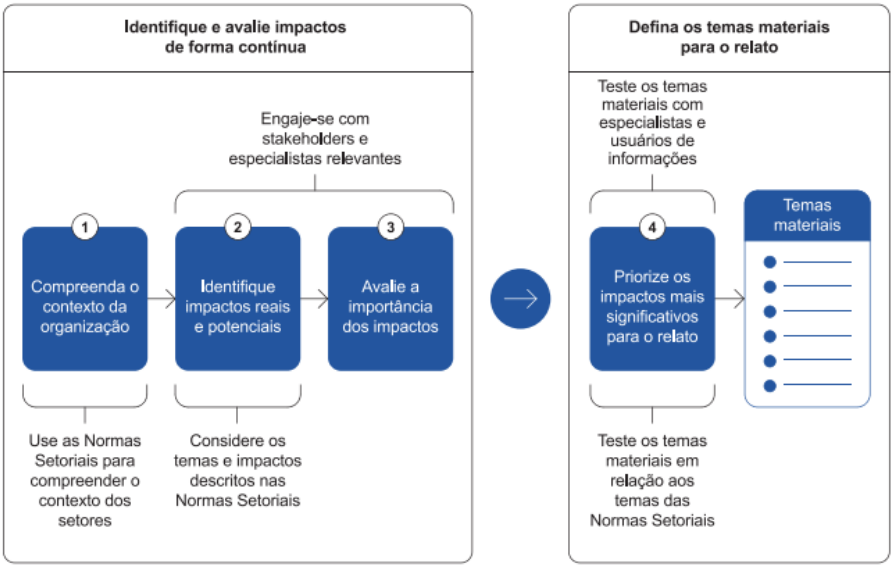
Segundo o Sebrae, para a aplicação com foco na sustentabilidade e temas ESG, deve-se mapear, engajar e mobilizar os principais *stakeholders* da organização. Assim, por intermédio de entrevistas e reuniões, deve-se aplicar a matriz de materialidade, que possui como resultado esperado identificar os temas de alta prioridade tanto para *stakeholders* quanto para a empresa, buscando compreender e definir quais são as altas prioridades tanto para a rede das partes interessadas (Sebrae, 2023).

Cada organização e cada segmento da economia possuem peculiaridades distintas em relação à matéria-prima, processos, regulamentações e à gestão desses elementos. Por exemplo, empresas do setor químico são regulamentadas por normas específicas que tratam do cuidado e manejo de materiais, devido ao manuseio de substâncias potencialmente contaminantes, o que requer precauções especiais—diferentemente de uma empresa prestadora de serviços, como um escritório de contabilidade, que não enfrenta essas mesmas exigências. Assim, é essencial que cada instituição avalie suas necessidades específicas, levando em consideração questões regulamentares, de processo e de produção.

O relato integrado está associado a resultados superiores em comparação com um relatório independente para o desempenho composto de ESG e governança corporativa (Mazzioni, *et. al,* 2023). Os relatórios de sustentabilidade devem ser claros, completos e comparáveis, para que todas as partes interessadas possam tomar decisões bem informadas. Para tanto, em 1997 foi fundada a *Global Reporting Initiative* (GRI) para criar um mecanismo de *accountability*, termo amplo que significa responsabilização ou demonstrar responsabilidade para com seus colaboradores, que garantisse com que as empresas seguissem uma conduta ambiental responsável (GRI, 2023). As normas da GRI incluem um conjunto de indicadores e padrões de relatórios que cobrem uma ampla gama de questões, como emissões de carbono, gestão de resíduos, práticas laborais, direitos humanos e governança corporativa.

O processo de definição de temas materiais sugerida pela GRI passa por quatro etapas, conforme apresenta a Figura 3:

Figura 3 - Processo de Definição de Temas Materiais

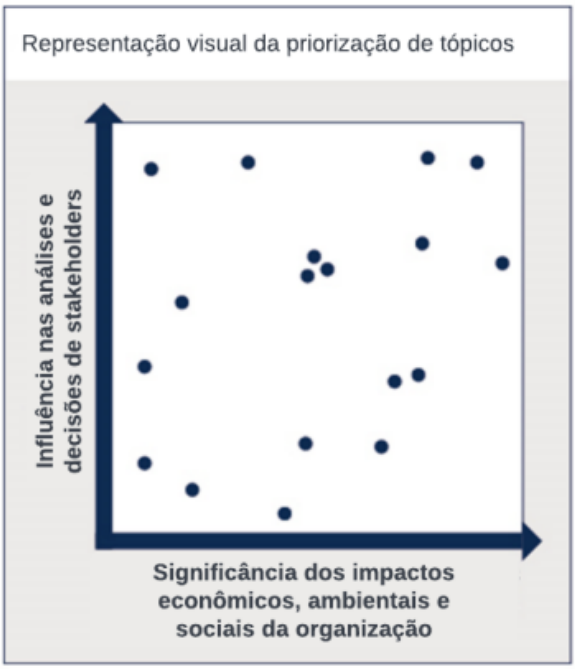


Fonte: *Global Reporting Initiative*, 2023, pág. 7

As três primeiras etapas do processo de definição dos temas materiais referem-se à identificação e à avaliação contínua dos impactos da organização. Durante essas etapas, a organização identifica e avalia seus impactos regularmente, como parte das suas atividades cotidianas, ao mesmo tempo que se engaja com *stakeholders* e especialistas relevantes. Essas etapas contínuas permitem que a organização identifique e gerencie ativamente seus impactos conforme evoluem e outros surjam. As três primeiras etapas são conduzidas independentemente do processo de relato de sustentabilidade, mas elas são a base da última etapa. Na etapa 4, a organização prioriza seus impactos mais significativos para o relato definindo, desta forma, seus temas materiais (GRI, 2023).

A Figura 4 apresenta um modelo de matriz de materialidade, segundo GRI (2023). Nela é possível verificar em dois eixos, a priorização dos tópicos materiais, relacionando a influência nas análises e decisões dos *stakeholders* e a significância dos impactos econômicos, ambientais e sociais da organização. Assim, quanto mais à direita e acima estiver o ponto, maior será o impacto de materialidade.

Figura 4 - Matriz de Materialidade



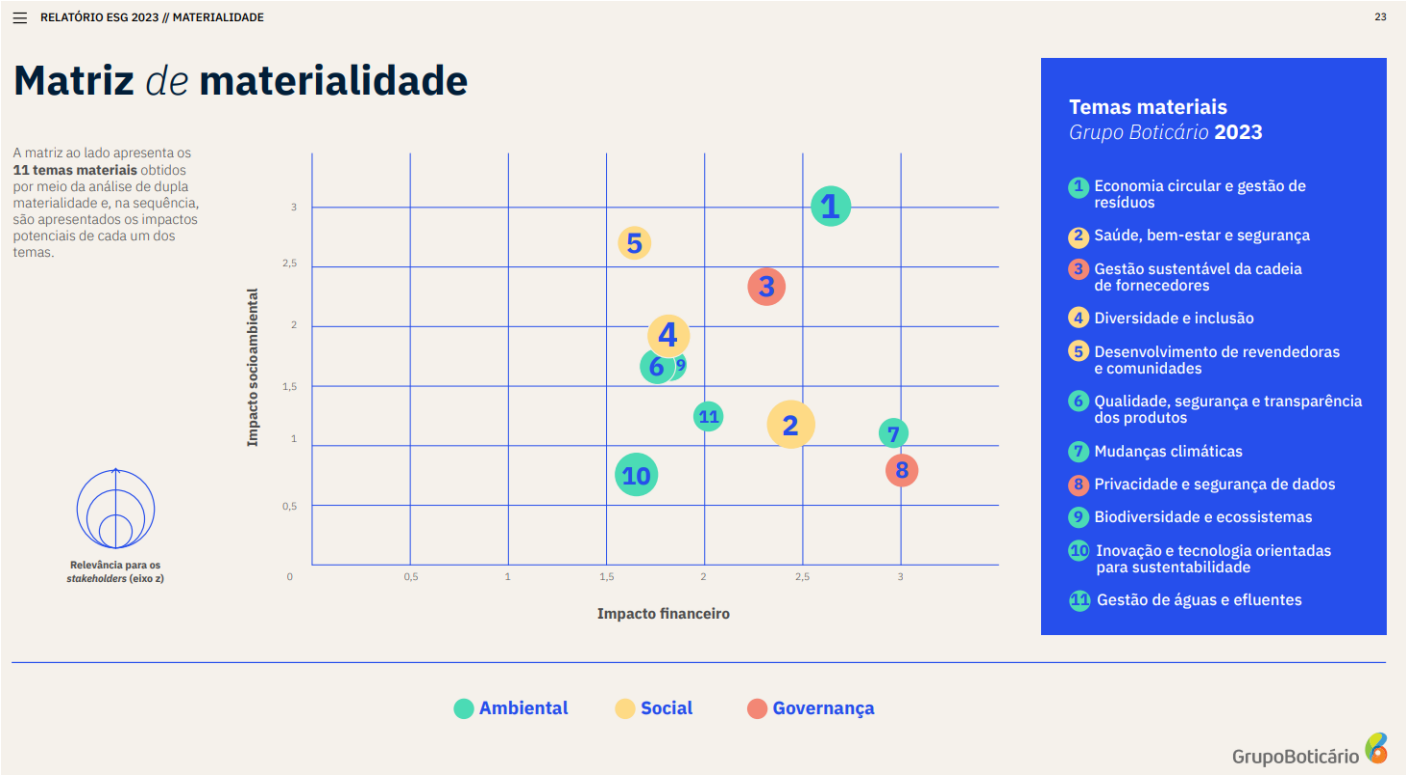
Fonte: GRI - *Global Reporting Initiative* (2023)

Em 2023, o Grupo O Boticário, realizou a dupla materialidade, analisando tanto os impactos socioambientais causados pelo negócio, a materialidade de impacto, como as questões socioambientais que impactam as atividades do Grupo, a chamada materialidade financeira. Para isso, foram feitas análises de documentos internos (como mapa de riscos e estratégia ESG da empresa) e documentos externos (principais standards e ratings), entrevistas individuais (com lideranças e especialista externo), consultas online e reuniões de trabalho que contaram com a participação de especialistas internos para avaliação dos impactos socioambientais (O Boticário, 2023).

Através desta análise, foi possível criar a matriz de materialidade, com dois eixos, principais, sendo o Eixo “X” a representatividade financeira do impacto gerado pelo tema correspondente, correlacionando o Eixo “Y” ao impacto socioambiental. Assim, por exemplo, o tema “1” sobre Economia Circular e Gestão de Resíduos, se apresenta como um tema prioritário para os *stakeholders* da companhia, pois segundo

avaliação dos mesmos, ele se apresenta como um ponto de alta influência sobre estes, e ainda com grande impacto sobre a sustentabilidade do negócio.

Figura 5 - Matriz de Materialidade empresa O Boticário



Fonte: Relatório ESG Grupo Boticário (2023)

A análise de materialidade da Lojas Renner sobre questões socioambientais e climáticas é conduzida sob a perspectiva da dupla materialidade, que integra uma avaliação rigorosa dos temas relevantes com a consulta aos *stakeholders*. Esse processo busca identificar tanto sua importância financeira quanto seu impacto para o negócio, os *stakeholders*, a sociedade e o meio ambiente. A análise considera dois ângulos principais: os impactos percebidos pelos *stakeholders* (eixo “Y”) e os impactos avaliados pela própria organização. Nesse contexto, destaca-se o fator “3”, Transparência e Ética, como o mais relevante e significativo para ambas as perspectivas. Essa abordagem permite que a empresa desenvolva indicadores e planos de ação direcionados, promovendo o monitoramento e a melhoria contínua de sua atuação sobre os temas prioritários, alinhando - se às expectativas de seus *stakeholders* (Lojas Renner, 2023).

Figura 6 - Matriz de Materialidade empresa Lojas Renner



Saiba mais sobre a gestão, impactos e geração de valor:

1. Bem-estar, segurança e desenvolvimento dos colaboradores ..... pg. 72
2. Diversidade e inclusão ..... pg. 88
3. Ética e transparência ..... pg. 148
4. Privacidade e segurança da informação ..... pg. 39
5. Consumo de água na operação e cadeia ..... pg. 103
6 Mudanças climáticas e energia na operação & suprimentos ..... pg. 98
7. Produtos diversos e inclusivos ..... pg. 12
8. Qualidade e segurança dos produtos ..... pg. 112
9. Materiais mais sustentáveis ..... pg. 109
10. Produtos com causa e filantropia ..... pg. 110
11. Bem-estar animal e veganismo ..... pg. 110
12. Economia circular ..... pg. 111
13. Promoção de consumo consciente ..... pg. 143
14. Impacto das operações no entorno ..... pg. 92
15. Marketplace sustentável ..... pg. 128
16. Compras responsáveis e sustentáveis ..... pg. 135
17. Estratégia fiscal ..... pg. 147
18. Satisfação dos clientes ..... pg. 145
19. Treinamento e desenvolvimento ..... pg. 78

Fonte: Relatório Anual Lojas Renner (2023)

Segundo Vieira, *et al.* (2021), a credibilidade e a confiabilidade dos relatórios de ESG e sustentabilidade das companhias vêm sendo, de forma recorrente, motivos de crítica na literatura científica. Uma questão levantada é de que eles podem ser usados como uma fachada de legitimidade organizacional ou como uma tentativa de praticar o chamado *greenwashing*, evidenciando aspectos em que possuem um bom desempenho, enquanto suprimem indicadores negativos, com o objetivo de transparecer uma imagem socioambientalmente responsável, mas que nem sempre é verdadeira.

O relatório de sustentabilidade é um documento que apresenta as práticas e resultados de uma organização em relação a aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG). Ele visa comunicar, de forma transparente, o impacto de suas atividades e o compromisso com o desenvolvimento sustentável. No Brasil, empresas de capital aberto, especialmente as listadas no segmento do Novo Mercado da B3, e instituições financeiras reguladas pelo Banco Central, são incentivadas ou obrigadas a emitir relatórios de sustentabilidade, seguindo normas como as da *Global Reporting Initiative* (GRI) ou as exigências regulatórias específicas. Neste contexto, duas normas merecem destaque sobre as empresas obrigadas a emitir tais relatórios: Leis das Estatais (Lei nº 13.303/2016) e a Resolução 193 de 2023 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A primeira, no artigo 8 apresenta a referência de divulgação anual, enquanto a resolução determina que todas companhias abertas (listadas em bolsa de valores) elaborem relatórios de sustentabilidade e submetam a auditoria externa (CVM, 2023)

Os relatórios de sustentabilidade são multidisciplinares e abrangem uma grande variedade de temas, como biodiversidade, energia, governança, direitos humanos, descartes, etc.. Por haver uma diversidade de tópicos, também se mostra um desafio para as organizações determinarem quais são as informações pertinentes a serem acompanhadas e relatadas, ou ainda, quais são as questões materiais que devem ser divulgadas. Para se tentar resolver esse problema, aplica-se a chamada “análise de materialidade”, que visa determinar a relevância de um determinado tema para uma organização e seus *stakeholders* (Vieira, *et. al. 2021*).

2.4 ABNT PR 2030

A ABNT PR 2030 é uma prática recomendada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que fornece diretrizes para a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas estratégias, processos e operações das organizações. Essa prática orienta empresas, governos e outras instituições a

alinhar suas atividades aos princípios da Agenda 2030, promovendo sustentabilidade em todas as dimensões: ambiental, social e econômica ABNT PR 2030, 2023).

No contexto de ESG, a ABNT PR 2030 auxilia na criação de indicadores que conectam os compromissos globais dos ODS com as métricas práticas do dia a dia corporativo. Por meio dessa abordagem, as organizações podem estruturar relatórios mais consistentes, avaliar seu progresso em relação às metas globais e atender às exigências de stakeholders que demandam maior transparência e impacto positivo. É uma ferramenta estratégica que facilita o planejamento e a execução de ações sustentáveis alinhadas às melhores práticas internacionais.

A utilização da PR 2030 na construção de indicadores de ESG para a indústria estética é fundamental por sua abordagem abrangente. Essa metodologia permite identificar e priorizar aspectos materiais para o setor, considerando questões como impacto ambiental, práticas de trabalho éticas e responsabilidade social. No contexto da indústria estética, a PR 2030 auxilia na incorporação de critérios sustentáveis em toda a cadeia produtiva, desde a origem dos insumos até a comunicação com os consumidores.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Foro Nacional de Normalização. Os Documentos Técnicos ABNT são elaborados por Comissões de Estudo (CE), formadas pelas partes interessadas no tema objeto da normalização. (ABNT, 2023).

A ABNT PR 2030 é uma norma ESG, visto que define conceitos, diretrizes e modelos de avaliação dos pilares pertencentes a essa sigla — ou seja, ambiental, social e de governança. Ela foi elaborada na Comissão de Estudo Especial de *Environmental, Social and Governance* (ESG) (ABNT/CEE-256). A norma serve de orientadora para o tema de ESG e aborda conceitos e orientações para que sejam incorporados nas instituições, e ainda disponibiliza modelo de avaliação a ser aplicado aos critérios propostos.

O documento contém uma escala de cinco níveis evolutivos que permitem à organização identificar seu estágio de maturidade em relação aos critérios ambiental,

social ou de governança, e com isso possam estabelecer metas de melhoramento de performance.

A PR 2030 se utiliza de outras normativas para a composição de suas práticas, que estão relacionados abaixo:

- ABNT NBR 16001, Responsabilidade social – Sistema de gestão
- ABNT NBR ISO 9001, Sistemas de gestão da qualidade
- ABNT NBR ISO 14001, Sistemas de gestão ambiental
- ABNT NBR ISO 26000, Diretrizes sobre responsabilidade social
- ABNT NBR ISO/IEC 27001, Segurança da informação, segurança cibernética e proteção à privacidade
- ABNT NBR ISO 31000, Gestão de riscos
- ABNT NBR ISO 37000, Governança de organizações
- ABNT NBR ISO 37001, Sistemas de gestão antissuborno
- ABNT NBR ISO 37301, Sistemas de gestão de *compliance*
- ABNT NBR ISO 50001, Sistemas de gestão da energia
- ISO 45001, *Occupational health and safety management systems*

É importante destacar que por meio do sistema global de normalização (*International Organization for Standardization*, ISO), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desenvolveu documentos normativos com o objetivo de padronizar conceitos, melhores práticas, indicadores de desempenho, diretrizes e requisitos para seus três eixos – ambiental, social e de governança.

No eixo ambiental, a ABNT teve contribuição no desenvolvimento, assim como adotou normas de gestão ambiental da ISO, em que teve como resultado a ABNT NBR ISO 14000. O tema segue sendo avaliado e novas áreas vêm sendo incluídas nas normas, como pegada de carbono, neutralização de carbono, gases do efeito estufa, entre outros.

No eixo social, a ABNT desenvolveu a ABNT NBR 16001 de Responsabilidade Social, a qual serviu de base para a norma internacional ISO 26000, *Guidance on Social Responsibility* (ABNT PR 2030).

Além disto, a ABNT também contribuiu com o desenvolvimento e adotou da ISO uma série de normas na área de gestão de riscos, como a ABNT NBR ISO 31000, e na área de *compliance* e antissuborno, como as ABNT NBR ISO 37301 e ABNT NBR ISO 37001, entre outras (ABNT PR 2030).

O detalhamento e observância dos critérios dispostos na ABNT por meio da PR 2030 são relevantes para uso de base de necessidades técnicas para criação de indicadores. Além disso, no texto da norma são apresentados exemplos de possíveis práticas e condutas, que podem vir a ser as bases de indicadores. Por exemplo, a norma apresenta como exemplo de prática a capacitação dos funcionários em determinadas áreas, o que pode levar ao indicador do número de horas de treinamento, ou número de profissionais capacitados em um determinado período.

A PR 2030 fornece um framework que facilita a padronização e comparabilidade dos indicadores ESG entre diferentes setores e mercados. Isso contribui para maior credibilidade e transparência nas demonstrações de sustentabilidade, atraindo investidores e parceiros que valorizam práticas responsáveis. Ao adotar os princípios da PR 2030, empresas não apenas cumprem obrigações regulatórias, mas também demonstram seu papel como agentes de transformação, reforçando a conexão entre seus resultados financeiros e seus impactos sociais e ambientais.

3 MERCADO DA ESTÉTICA E BELEZA NO BRASIL

Estima-se que 1,5% do orçamento das famílias brasileiras seja destinado a gastos em produtos e serviços do setor, segundo dados de 2020 da Associação Brasileira da Indústria da Higiene Pessoal (ABIHPEC, 2020). Dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) revelam que já são realizados no país aproximadamente 1,5 milhão de procedimentos estéticos anualmente, gerando um impacto financeiro de cerca de 48 bilhões de reais no país.

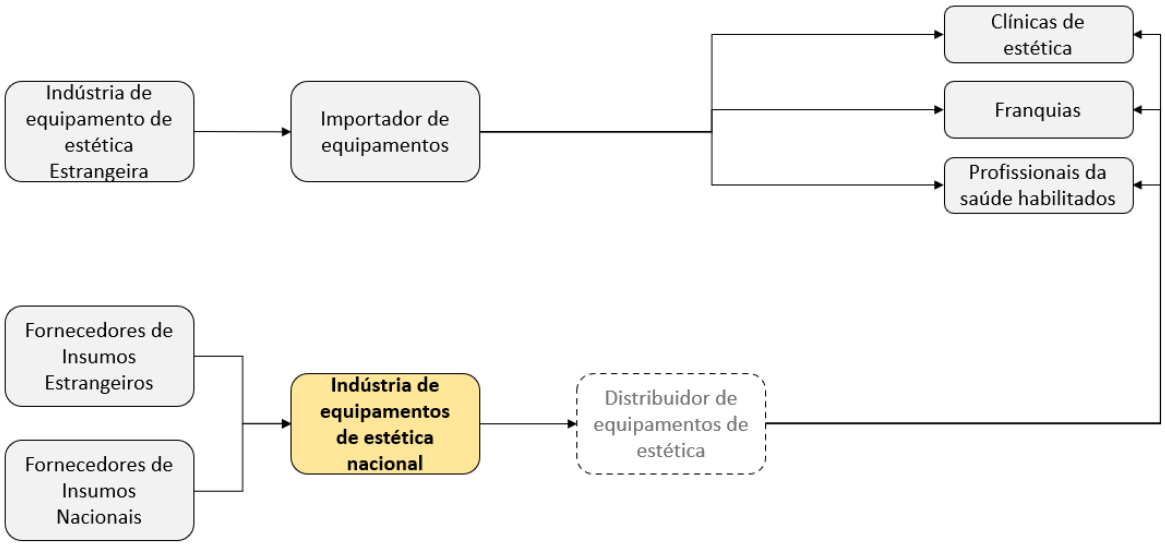
O Brasil possui um dos maiores mercados do mundo nos setores de embelezamento e estética. De acordo com a ABIHPEC, o Brasil é o 4º (quarto) país no ranking mundial em consumo de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC), ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e do Japão. Conforme revelava em seu site oficial, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): o segmento da beleza é consolidado como um dos mais importantes da economia brasileira, contendo o maior número de microempreendedores e autônomos do Brasil (Anvisa, 2024). Atualmente, existem aproximadamente quase um milhão de microempreendedores formalizados como profissionais de beleza, sendo que estes estabelecimentos também geram muitos postos de trabalho e renda para uma parcela significativa e relevante da população brasileira (ANVISA, 2023).

Embora o segmento de higiene e beleza pessoal seja amplo e diversificado, abrangendo desde produtos cosméticos até itens de cuidado básico, este trabalho propõe um olhar mais específico para a indústria de equipamentos de estética, considerando a crescente relevância dos princípios ESG. Essa abordagem permite avaliar como o setor pode incorporar práticas sustentáveis, inovação responsável e governança eficiente, respondendo às demandas de consumidores e stakeholders por soluções alinhadas à sustentabilidade e ao impacto social positivo.

A figura 7 ilustra o funcionamento da cadeia produtiva dos equipamentos de estética comercializados no Brasil, conforme pesquisa realizada com uma empresa do segmento. Os modelos de equipamentos podem ser importados de países como Estados Unidos, Coreia do Sul, Israel, China, entre outros. Nesse caso, uma empresa importadora adquire os equipamentos e utiliza canais de distribuição próprios ou revendedores para que os produtos alcancem o consumidor final, como clínicas de estética, consultórios médicos, franquias ou outros profissionais da saúde habilitados.

Outra possibilidade é a produção nacional, onde os insumos podem ser adquiridos de fornecedores estrangeiros e/ou nacionais, enquanto a tecnologia é desenvolvida no Brasil. Esses equipamentos, então, são distribuídos por meio de redes próprias ou parceiros comerciais.

Figura 7 - Cadeia Produtiva de Equipamentos da Estética



Fonte: Elaborado pelo autor através de pesquisa junto à empresa do segmento de equipamentos

O mercado da estética cresceu 567% no Brasil durante os últimos cinco anos, passando de 72 mil para mais de 480 mil profissionais. O grande impulsionador do crescimento do número de profissionais no Brasil da área foi a regulamentação da profissão de esteticista, que se deu através da Lei 13.643/18, e definiu a sua atuação e atribuições e, ainda definiu a obrigatoriedade de formação acadêmica para atuar profissionalmente, trazendo maior credibilidade e segurança para a prestação de serviços em saúde estética. Para atuar como esteticista é necessário ter formação como técnico em estética ou graduação em estética com formação em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (Sebrae, 2024). Os profissionais que já atuavam com estética 3 anos antes da promulgação da lei possuem direito adquirido e são, portanto, considerados técnicos em estética.

Segundo a SBCP, os procedimentos estéticos não cirúrgicos surgem como alternativa ou como complemento das cirurgias. Atuam suavizando os sinais de

envelhecimento da face e as marcas de expressão. Com foco na qualidade de vida e na autoestima, brasileiros colocam o país no topo do ranking das cirurgias plásticas estéticas ressaltar que tanto as cirurgias plásticas quanto os procedimentos estéticos minimamente invasivos devem ser realizados por médicos especialistas, devidamente habilitados, experientes, e com registro ativo nos conselhos de classe e nas sociedades de especialidade.

Uma pesquisa realizada pela *Research And Markets* aponta que os adeptos de procedimentos estéticos estão dispostos a gastar muito dinheiro com diferentes tipos de tratamentos. A previsão é que o setor apresente um crescimento constante, chegando a US$ 415.29 bilhões até 2028 em todo mundo. No Brasil, o segmento de cuidados pessoais deve atingir US$ 41.60 bilhões até 2028, segundo informações do relatório da *Mordor Intelligence* (CNDL, 2024).

De acordo com o levantamento da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS), divulgado em 2023, o Brasil desponta como o segundo país que mais realizou procedimentos estéticos e reparadores no mundo, 8,9% do total de casos, perdendo apenas para os Estados Unidos, 24,1% do total.

Para o segmento de estética, o mercado apresenta inúmeras novidades como: técnicas com tecnologia de ponta – laser, tratamentos corporais, faciais e capilares, fios, bioremoduladores, preenchimento à base de ácido hialurônico e bioestimuladores (SEBRAE, 2023). Alguma tendência são apresentadas abaixo, conforme indica o Sebrae:

- Procedimentos menos invasivos e agressivos;
- Busca por resultados cada vez mais naturais;
- Novas técnicas de rejuvenescimento e planejamento anti-idade
- Estética íntima
- Efeito lifting através de uso de técnicas para melhorar o contorno da face e do corpo com efeito lifting

Existem diferentes tratamentos estéticos, voltados para procedimentos e resultados diversos, onde se utiliza diferentes tecnologias para cada situação.. Para acabar a flacidez dos pacientes, por exemplo, clínicas costumam utilizar aparelho de radiofrequência, que induz a produção de novas fibras de colágeno. Esses procedimentos em sua grande maioria são minimamente invasivos. Abaixo estão

descritos alguns tipos de equipamentos e suas aplicabilidades. A lista provém de informações passadas por técnicos diretamente ligados à indústria de equipamentos de estética:

- **Aparelho de Criolipólise**: São ideais para redução de gorduras localizadas. O método gera perda de calor no tecido adiposo, submetendo o paciente a temperaturas que variam de 8ºC a -15ºC.
- **Campo Eletromagnético**: tecnologia de contração muscular, que proporciona crescimento muscular (hipertrofia) e induz à redução de gordura. Muito procurado por pessoas que fazem treino em academia e desejam resultados rápidos.
- **Ultrassom micro e macrofocado**: Serve para tratar flacidez de diversas regiões do corpo, como face, pescoço, braços, abdômen, papada, coxas, entre outras. O ultrassom microfocado é recomendado para tratar pequenas áreas, como rosto e pescoço. Já o macrofocado serve para tratar a flacidez de joelhos, abdômen e braços.
- **Jato de plasma**: Esse é ótimo para tratar as rugas e linhas de expressão. O equipamento também é eficaz para o tratamento de manchas e cicatrizes, proporcionando uma pele mais uniforme e jovial. Isso porque o aparelho estimula a produção de colágeno e fibras elásticas.
- **Radiofrequência Criogênica**: utilizado em procedimentos de combate às estrias, gordura localizada, previne o envelhecimento. O aparelho utiliza ondas eletromagnéticas que alternam entre calor e frio para estimular a produção de colágeno e elastina da pele.

Dispositivos médicos estéticos referem-se a todos os dispositivos médicos utilizados para diversos procedimentos cosméticos, que incluem cirurgia plástica, depilação indesejada, remoção de excesso de gordura, antienvelhecimento, implantes estéticos, endurecimento da pele, etc., que são usados para embelezamento, correção e melhoria do corpo.

O mercado de equipamentos estéticos médicos é segmentado por tipos de dispositivo, segundo informações de técnicos da indústria:

- **Dispositivo estético baseado em energia**: dispositivo estético baseado em laser, dispositivo estético baseado em radiofrequência (RF), dispositivo estético baseado em luz e dispositivo estético de ultrassom e
- **Dispositivo estético não baseado em energia:** toxina botulínica, preenchimentos dérmicos e fios estéticos, *peelings* químicos, microdermoabrasão, implantes (Implantes Faciais, Implantes Mamários e Outros Implantes) e
- **Outros dispositivos estéticos**: aplicação (*resurfacing* e aperto da pele, contorno corporal e redução de celulite, depilação, procedimentos estéticos faciais, aumento de mama e outras aplicações).

Também se classifica o procedimento por usuário final (hospitais, clínicas e ambientes domésticos) e geografia (América do Norte, Europa, Ásia-Pacífico, Oriente Médio e África e América do Sul).

No Brasil existem dois modelos consolidados para empresas que queiram atuar no segmento de equipamentos para procedimentos estéticos, sendo o modelo de importação de produtos prontos, funcionando assim como uma revendedora de produtos acabados, e o modelo de fabricação dos produtos.

A produção desse tipo de equipamento passa por uma mão de obra extensiva e complexa. Existem equipamentos e insumos, principalmente relacionados a linhas de laser, que o Brasil não produz, portanto precisa-se passar por uma busca de fornecedores estrangeiros e realizar o processo de importação. Os gabinetes, são fabricados com peças de plástico e metal, tendo assim que passar por um processo de industrialização.

Por serem considerados equipamentos médicos, a indústria de equipamentos estético pode se enquadrar como Classe I, II, III ou IV nas regulamentações da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A definição de equipamentos médicos, segundo a Anvisa, é:

Os equipamentos médicos sob regime de Vigilância Sanitária compreendem todos os equipamentos de uso em saúde com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico,

terapia, reabilitação ou monitorização de seres humanos e, ainda, os com finalidade de embelezamento e estética (Anvisa, 2024).

Os produtos para saúde são classificados em quatro classes de risco, conforme o risco associado na utilização dos mesmos, com base na descrição da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC Nº 61, de 18 de Novembro de 2011, da Anvisa:

- Classe I – baixo risco
- Classe II – médio risco
- Classe III – alto risco
- Classe IV – máximo risco.

Para a classificação de risco do equipamento / produto, deve se levar em consideração o seguinte:

- A finalidade indicada pelo fabricante (FUNÇÃO PRETENDIDA) que determina a regra e classe de risco do produto e não a classe de risco atribuída a outros produtos similares. É o uso indicado e não o uso acidental do produto que determina seu enquadramento sanitário.
- Caso um dispositivo médico realize funções que possam ser enquadradas em classes de risco diferentes, então se deve adotar a classe de risco mais crítica.
- Os acessórios dos produtos, quando registrados ou notificados separadamente, enquadram-se de forma independente considerando as suas características e as suas finalidades de uso. Exceto no caso de serem acessórios de equipamentos médicos ativos implantáveis.
- Se o produto não tiver indicação para ser utilizado em uma parte específica do corpo, deve ser considerado e enquadrado com base no uso mais crítico.
- O enquadramento do produto terá que ser determinado com base nas indicações contidas nas instruções de uso fornecidas com o produto.
- Para que um produto seja indicado, especificamente, para a finalidade referenciada em uma regra particular de classificação, o fabricante deve informar claramente nas instruções de uso que o produto é indicado para um propósito específico.

A comercialização dos equipamentos pode ser através de vendas diretas, portanto canais próprios, assim como através de distribuidores, que são empresas e pessoas físicas que atuam como compradores e representantes comerciais, portanto é quem tem os clientes no varejo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Metodologia de pesquisa

O trabalho foi desenvolvido em quatro etapas - revisão bibliográfica, construção da matriz de materialidade, aplicação de pesquisa em campo e construção de uma matriz de indicadores.

A primeira etapa se deu através de uma revisão bibliográfica sobre ESG, suas origens e diferenças sobre sustentabilidade empresarial. Assim, é apresentado um histórico relacionado aos primeiros movimentos das áreas políticas e empresariais em relação à aproximação de suas práticas a assuntos menos convencionais no meio, como natureza e sustentabilidade. O objetivo foi gerar conhecimento geral, proporcionando maior familiaridade com o tema e facilitando o entendimento sobre a construção de indicadores que orientam as ações de ESG nas empresas. Dessa forma, realizou-se uma busca nas bases de dados da CAPES e do Portal de Periódicos, utilizando as palavras-chave 'sustentabilidade', 'ESG' e 'indicadores de sustentabilidade', onde foram selecionados 17 artigos que abordavam uma variedade de temas relacionados ao ESG, incluindo histórico, aspectos fiscais e financeiros, emissão e criação de relatórios integrados, marketing, matriz de materialidade, entre outros tópicos relevantes. Esse conjunto de estudos constituiu a principal fonte de referência teórica para a pesquisa. Outras fontes oficiais, como sites do Sebrae, Anvisa e fontes relacionadas a entidades de classe privada da área da saúde, como a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, entre outras, serviram de referência para a pesquisa.

Como diretriz para a segunda etapa, criação da matriz de materialidade, foi utilizado o documento da ABNT PR 2030, o qual é apresentado de forma resumida no Anexo I e Anexo II. Este documento serviu como base para elaboração das perguntas que compuseram a pesquisa aplicada na empresa.

Ao todo, foram elaboradas 36 perguntas, das quais 11 estão relacionadas ao Eixo Ambiental, 14 ao Eixo Social e 11 ao Eixo de Governança. O detalhamento das perguntas é apresentado no Apêndice I. As questões abrangem temas diversos sobre

ESG, como, por exemplo, 'Pegada de Carbono', 'Uso de Recursos Hídricos', 'Relacionamento com Clientes' e 'Governança', entre outros. Todas as questões estão vinculadas a tópicos presentes no documento ABNT - PR 2030, considerado o principal marco regulatório institucional, que apresenta diretrizes claras, alinhadas com diversas normas internacionais. Os questionamentos são apresentados, assim como a justificativa para escolha destes, no apêndice da dissertação.

A Figura 8 apresenta de forma visual e sintética, o processo de desenvolvimento dos indicadores de ESG.

Figura 8 – Mapa Sintético do Desenvolvimento dos Indicadores



Fonte: Elaborado pelo autor

Inicialmente foram feitas as distinções de cada eixo. A fim de se obter um resultado quantitativo, e ainda poder observar a performance da empresa para ESG,

foram elaboradas perguntas para cada um dos eixos, com temas pertinentes ao seu assunto. Cada pergunta elaborada, foi embasada nos temas apresentados na norma PR 2030 para cada um dos eixos. Isso gerou um questionário com 36 perguntas, dividas em 3 eixos e 14 temas. A fim de validar o documento, foi realizada uma pesquisa com colaboradores de uma empresa do segmento de equipamentos de estética no Brasil. Através das respostas obtidas nos questionários, foram criados nove indicadores ao todo, sendo três de cada eixo.

Cada pergunta tem cinco possibilidades de respostas diferentes, as quais são apresentadas no Apêndice C, divididas por âmbito e tema, perfazendo assim 180 possibilidades de resposta.

O quadro de materialidade da dimensão ambiental possui perguntas relacionadas aos temas: “Resíduos”, “Energia”, “Água” e “Pegada de Carbono”. Estes temas são considerados centrais na dimensão ambiental do ESG por representarem áreas críticas de interação entre as atividades empresariais e o meio ambiente. Esses aspectos concentram os principais impactos ambientais gerados pelas organizações, além de refletirem riscos operacionais, regulatórios e reputacionais relevantes. A gestão eficiente desses recursos e a mitigação dos danos associados a eles são fundamentais para a preservação ambiental, o enfrentamento das mudanças climáticas e a transição para modelos de negócios mais sustentáveis. Assim, esses temas emergem com frequência nas análises de materialidade por sua relevância tanto para os stakeholders quanto para a perenidade das empresas.

O quadro de materialidade da dimensão social possui perguntas relacionadas aos temas: “Trabalho”, “Mercado”, “Equipe”, “Comunidade” e “Segurança e qualidade de vida”. Estes temas são componentes essenciais da dimensão social do ESG, pois refletem a forma como as organizações se relacionam com as pessoas, tanto dentro quanto fora de seus limites operacionais. Esses temas abrangem questões como condições de trabalho, inclusão e diversidade, desenvolvimento humano, impactos nas comunidades locais e promoção do bem-estar. Sua relevância decorre da crescente expectativa da sociedade por práticas empresariais mais justas, éticas e inclusivas, além do reconhecimento de que o capital humano e o contexto social são determinantes para a resiliência, reputação e desempenho sustentável das

organizações. Por isso, são frequentemente destacados em análises de materialidade voltadas à identificação dos temas sociais mais significativos para os stakeholders.

O quadro de materialidade da dimensão de governança contempla perguntas relacionadas aos temas: “Finanças”, “Diretoria”, “Ética e Conduta” e “Relação com o Governo”. Esses temas são fundamentais para a avaliação da governança no contexto ESG, pois refletem a forma como a organização é gerida, toma decisões estratégicas e se responsabiliza perante seus stakeholders. O tema “Finanças” diz respeito à sustentabilidade econômico-financeira, à gestão responsável dos recursos e à transparência na divulgação de informações. “Diretoria” aborda a estrutura e composição dos órgãos de governança, incluindo diversidade, independência e responsabilidade na condução das estratégias corporativas. Já “Ética e Conduta” envolve políticas e práticas que asseguram integridade, como códigos de conduta, canais de denúncia e mecanismos de combate à corrupção. A “Relação com o Governo” refere-se à conformidade regulatória, ao posicionamento institucional e à atuação em atividades de representação ou lobby, aspectos sensíveis à reputação e à legitimidade organizacional. A relevância desses temas está associada à necessidade crescente de fortalecer a confiança nas instituições e de mitigar riscos decorrentes de práticas de má governança, especialmente em um ambiente social e regulatório mais exigente. Assim, são frequentemente destacados em análises de materialidade voltadas à identificação dos temas de governança mais significativos para os stakeholders.

As respostas seguem o padrão da Escala Likert de cinco pontos, uma forma simplificada de avaliar a aceitação em relação aos questionamentos. As escalas do tipo Likert têm origem na escala de cinco pontos rotulados desenvolvida por Rensis Likert, variando de 1 ('Discordo Totalmente') a 5 ('Concordo Totalmente'). Essa metodologia é amplamente utilizada nas ciências sociais, sobretudo por sua facilidade de compreensão pelos respondentes (Larentis, Fabiano *et. al*, 2012).

Com o objetivo de estabelecer uma referência quantitativa, foi atribuída uma pontuação máxima para cada questão, fixada em 10 pontos. Assim, por exemplo, no Eixo Ambiental, o tema 'Resíduos' contempla duas perguntas relacionadas. Nesse contexto, a pontuação máxima para o tema é de 20 pontos, considerando que cada

pergunta possui um valor de 10 pontos. As alternativas de resposta seguem uma escala previamente definida, conforme descrito a seguir:

- 1ª possibilidade de resposta = “Concordo totalmente”, vale 10 pontos;
- 2ª possibilidade de resposta = “Concordo em parte”, vale 7,5 pontos;
- 3ª possibilidade de resposta = “Não concordo ou discordo”, vale 5 pontos;
- 4ª possibilidade de resposta = “Discordo em parte”, vale 2,5 pontos;
- 5ª possibilidade de resposta = “Discordo totalmente”, vale 0 ponto.

Considerando que algumas questões não permitem respostas diretas, como 'Sim' ou 'Não', elas foram adaptadas de acordo com o contexto de cada questão, embora sigam o padrão da Escala Likert de cinco pontos. Por exemplo, a pergunta relacionada ao **Eixo Ambiental**, tema **“Mudanças Climáticas”**, assunto **“Eficiência Energética”** - “*A empresa utiliza recurso energético de fontes renováveis?*”, foram criadas as seguintes opções de respostas:

1. **Concordo Totalmente** - “A empresa é proativa na utilização de recursos energéticos de fontes renováveis, integrando-os em suas operações de maneira eficaz e sustentável.”
2. **Concordo em Parte** - “A empresa utiliza recursos energéticos de fontes renováveis de forma regular, com uma estratégia clara e participação significativa.”
3. **Não Concordo ou Discordo** - “A empresa faz uso de fontes renováveis de energia ocasionalmente, mas não há uma estratégia definida ou monitoramento.”
4. **Discordo em Parte** - “A empresa utiliza algumas fontes renováveis de energia, mas de maneira limitada e sem um compromisso claro.”
5. **Discordo Totalmente** - “A empresa não utiliza recursos energéticos de fontes renováveis e depende exclusivamente de fontes não renováveis.”

A construção da matriz de materialidade teve início com a divisão em três dimensões: Ambiental, Social e Governança. Após essa divisão, realizada em abas no software Excel, da Microsoft, foram selecionados os seguintes temas, para cada uma das áreas, que iriam constituir a pesquisa:

- **Eixo Ambiental** foi dividido nos seguintes tópicos: Resíduos, Água,

Natureza, Energia e Pegada de Carbono;

- **Eixo Social** foi dividido nos seguintes tópicos: Trabalho, Mercado, Equipe, Comunidade e Segurança e Qualidade de Vida;
- **Eixo Governança** foi dividido nos seguintes tópicos: Finanças, Diretoria, Ética e Conduta e Relação com Governo.

A pesquisa foi aplicada por meio de uma planilha excel (desenvolvida pelo autor) que permite gerar de forma automática um gráfico indicativo dos resultados, conforme os resultados de cada resposta. Assim, cada eixo possui suas próprias questões de avaliação. A soma dos resultados de cada eixo gera uma pontuação geral e um gráfico indicativo em percentual. O valor total que cada pergunta pode somar é de 60 pontos, uma vez que cada pergunta tem peso de 10 pontos e são seis entrevistados na pesquisa. Para a elaboração da planilha de indicadores, os pontos atribuídos a cada pergunta foram somados. As questões que obtiveram menores pontuações foram escolhidas para compor o conjunto de indicadores.

A fim de validar a matriz, a pesquisa foi aplicada em uma empresa do segmento de fabricação de equipamentos de estética, com mais de 200 funcionários diretos, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. A empresa se classifica como uma das maiores do seu segmento no Brasil, com mais de 15 mil produtos vendidos em todo território nacional, somente no ano de 2024, um parque fabril de 4 mil metros quadrados e 20 produtos principais em seu portfólio.

Optou-se por submeter a pesquisa para duas áreas da empresa: gestão e técnica. Compreende-se que a área da gestão possui uma visão mais ampla e corporativa; enquanto a área técnica, que atua de forma direta na produção, possui uma visão em relação ao controle e regulamentação dos produtos. Para cada área foram escolhidos três respondentes, totalizando assim a aplicação de seis questionários. Ao final, foi possível gerar resultados por área, individual e geral para a empresa. As áreas escolhidas para responder a pesquisa estão listadas abaixo, bem como os motivos das escolhas por tais áreas:

- **Áreas de Gestão:**
    - **Direção executiva** - Nível de primeiro escalão da empresa. A diretoria executiva é responsável pela aprovação de orçamento

das diversas áreas da empresa, planejamento estratégico e definição de como a empresa irá se apresentar ao mercado em assuntos de sustentabilidade;

- **Relacionamento com Investidores** - É a área responsável pela organização e apresentação dos indicadores junto aos diferentes *stakeholders*, ou seja, colaboradores, investidores, comunidade, clientes, etc.. Assim é crucial o entendimento do setor na construção do relatório de ESG, assim como compilar as informações no site da empresa;
- **Controladoria** - É o setor responsável pelo controle orçamentário, auditorias internas e externas, bem como área de fomento para recursos com benefícios legais.

- **Áreas Técnicas**
  - **Regulamentação** - Por se tratar de uma empresa que está regulamentada por normas da Anvisa, é importante compreender quais são os critérios normativos inerentes à operação. Através desse entendimento, é possível extrair informações relevantes para criação de indicadores;
  - **Qualidade** - O segmento da saúde exige normas de controle de qualidade muito rígido para as empresas do setor, portanto a empresa deve manter programas de qualificação dos funcionários, que se enquadram em possíveis indicadores de ESG;
  - **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** - A área de P&D é onde se desenvolvem os produtos desde sua concepção. Assim, a criação de um produto com Selo Procel A, por exemplo, pode ser estruturado desde a mesa de design.

A equipe técnica apresenta conhecimento prático sobre os processos operacionais e pode identificar oportunidades de melhoria e riscos ambientais ou sociais diretamente relacionados às atividades da empresa. Já a gestão tem a responsabilidade de integrar essas práticas à estratégia corporativa e garantir que os recursos sejam alocados adequadamente para iniciativas de ESG. A colaboração

entre essas duas perspectivas permite uma abordagem equilibrada e abrangente, que alinha eficiência operacional com responsabilidade estratégica e sustentabilidade a longo prazo.

A pesquisa foi realizada no mês de setembro do ano de 2024, de forma presencial, para caso houvesse dúvidas relacionadas aos questionamentos, pudesse ser esclarecido de forma imediata.

Para obter uma visão sistêmica dos pontos fortes e fracos, foi integrado ao estudo um gráfico do tipo radar. Nesse gráfico, os pontos mais próximos das extremidades representam os temas com maior pontuação, sinalizando níveis mais elevados de gestão e controle. Em contraste, os pontos mais próximos ao centro indicam que, segundo o resultado das entrevistas, esses temas apresentam um controle menos rigoroso.

Através da análise das respostas, e pontuação atingida, foram selecionados nove indicadores, sendo três de cada eixo. A equidade de indicadores por âmbito se dá pela não priorização de um ou outro âmbito, mantendo a paridade de indicadores para as três dimensões.

O quadro de indicadores ambientais, aborda os aspectos em que a empresa demonstrou maiores deficiências, de acordo com as percepções dos entrevistados. Os temas abordados incluem “Energia”, “Água” e “Emissão de Carbono”. Para cada um desses tópicos, é apresentado o assunto relacionado, destacando sua importância em função da pergunta que obteve a menor pontuação nas pesquisas. São identificados três potenciais riscos associados à falta de gestão sobre cada tema. Além disso, para fomentar compromissos e iniciativas de ação, são propostas algumas possibilidades de intervenção, ou plano de ação, juntamente com um indicador específico para cada tema. O plano de ação também serve como forma de criação de um indicador para o assunto.

O quadro de indicadores sociais investiga os aspectos em que a empresa revelou maiores deficiências, conforme a avaliação dos entrevistados. Os temas abordados incluem “Mercado” e “Segurança e Qualidade de Vida”. Com base nessa análise, foram definidos três indicadores para o eixo social. Neste contexto, são consideradas as perguntas relacionadas à análise de fornecedores com critérios de ESG, à realização de pesquisas de mercado com clientes e consumidores, e à

preocupação da empresa com a qualidade de vida de seus funcionários.

O quadro de indicadores de governança explora os temas onde a empresa apresentou maiores deficiências, do ponto de vista dos entrevistados. Foram temas ligados à “Diretoria” e “Ética e Conduta”. Assim, definiu-se três indicadores para o eixo governança.

5 ANÁLISE DOS DADOS

O principal objetivo deste trabalho é a criação de uma matriz de indicadores de ESG aplicável a empresas, com foco no segmento de "Equipamentos de Estética e Estética Médica". Os indicadores de ESG desenvolvidos na pesquisa oferecem um *framework* prático e aplicável para empresas do segmento, permitindo avaliar e aprimorar suas práticas em dimensões ambientais, sociais e de governança. Esses indicadores servem como ferramentas estratégicas para identificar pontos de melhoria, alinhar operações com padrões de mercado e atender às expectativas de stakeholders, promovendo competitividade e sustentabilidade organizacional.

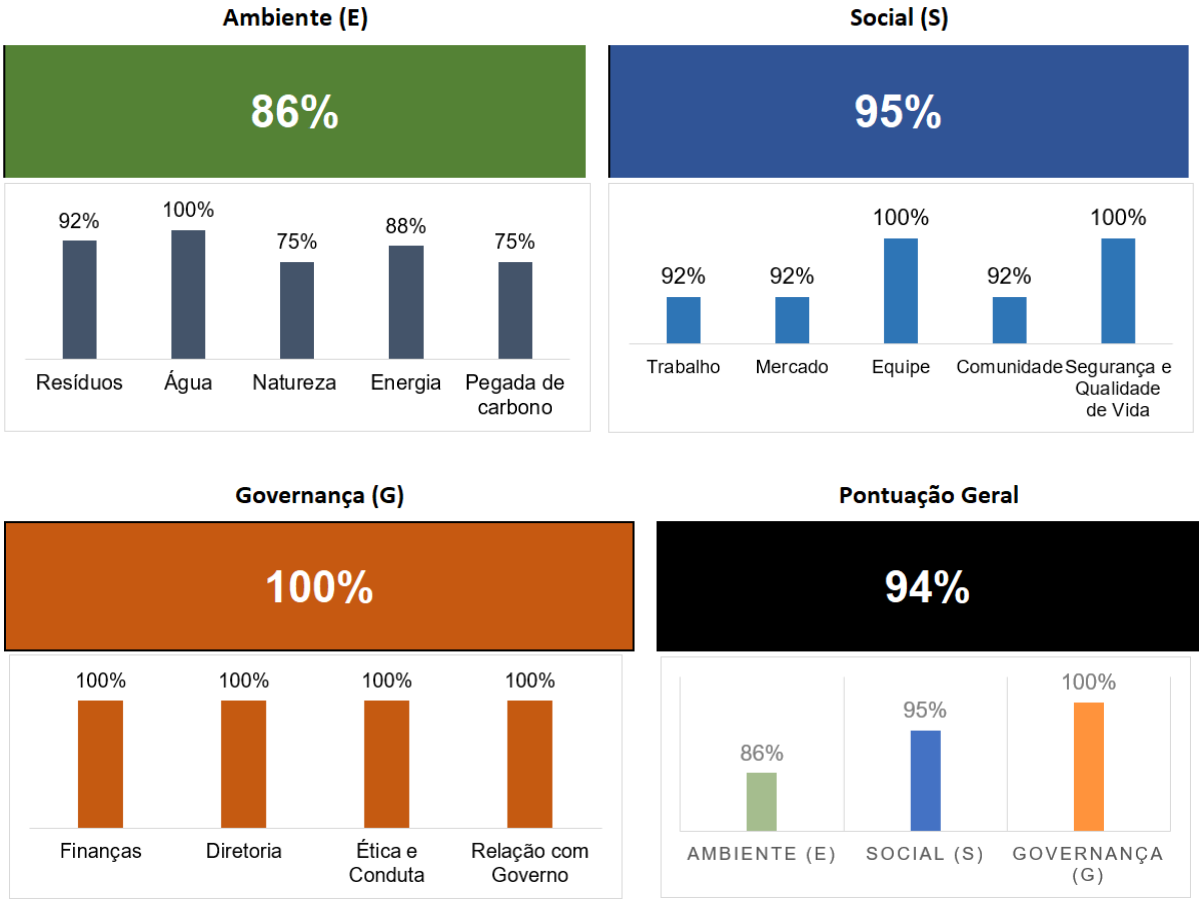
A matriz completa com os indicadores pode ser visualizada, relacionando os possíveis impactos na materialidade dos temas, assim como políticas e planos de ação, no Apêndice I A seguir, são apresentados os resultados obtidos quando da aplicação para validação em uma empresa do segmento.

5.1 Resultados Área de Gestão

O primeiro grupo a responder ao questionário, foi da área de gestão. Foram selecionadas três representantes: Diretoria, Controladoria e Relações com Investidores.

A primeira entrevista foi realizada com o diretor geral da empresa, após foi realizada com a pessoa responsável pelas áreas de controles, auditoria e *compliance*, e a terceira foi o responsável pela área de relações com investidores. Esta última envolve o contato com mercado de capitais, instituições financeiras e investidores, ou seja, quem envia as informações das ações que estão sendo tomadas, para o mercado através de relatórios e planilhas de controle. Na figura 9 são apresentados os quadros resumo com pontuação para cada eixo, assim como um quadro geral, e ainda o gráfico estilo radar, para melhor visualização dos pontos fracos e fortes:

Figura 9 - Quadro de Materialidade por Eixo e Geral - Visão da Diretoria



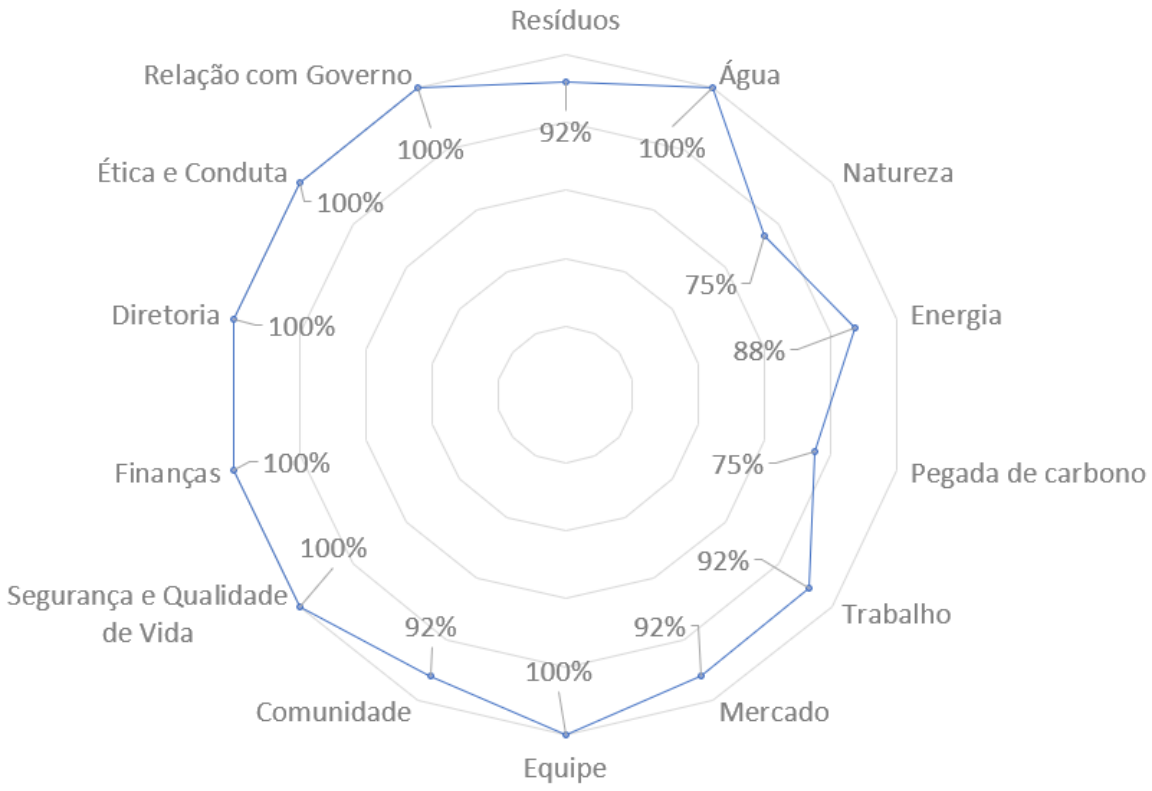
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

Na visão da diretoria executiva, a empresa demonstra um forte comprometimento com todos os eixos vinculados ao ESG, com especial foco na área de governança, gerando uma adesão aos temas de 94%, de forma geral. Essa visão se dá, através da visão do diretor, pelo fato da empresa manter um produto com patente verde, que não utiliza água, como seus concorrentes do mercado, durante o uso do equipamento, tornando este eficientemente na gestão dos recursos hídricos. Segundo o entrevistado, a empresa garante condições de trabalho justas e promove a diversidade e inclusão. Além disso, a empresa mantém uma governança transparente, com políticas claras de compliance e ética. Esses esforços contínuos demonstram que a empresa está alinhada com os princípios de ESG, contribuindo positivamente para a sociedade e o meio ambiente, enquanto gera valor a longo prazo.

Na figura 11 está destacado o gráfico no modelo de radar. Este modelo de gráfico, é uma ferramenta visual usada para comparar várias variáveis ao mesmo

tempo. Cada eixo do gráfico representa um eixo específico, partindo de um ponto central, com valores crescentes em direção às extremidades. Os dados são plotados ao longo desses eixos e conectados para formar um polígono, cuja forma revela o desempenho relativo entre as variáveis. Quanto mais próximo do centro, menor o valor; quanto mais distante, maior o desempenho. Quando há múltiplos polígonos, é possível comparar diferentes categorias ou períodos, identificando pontos fortes, fracos e tendências de forma clara e integrada.

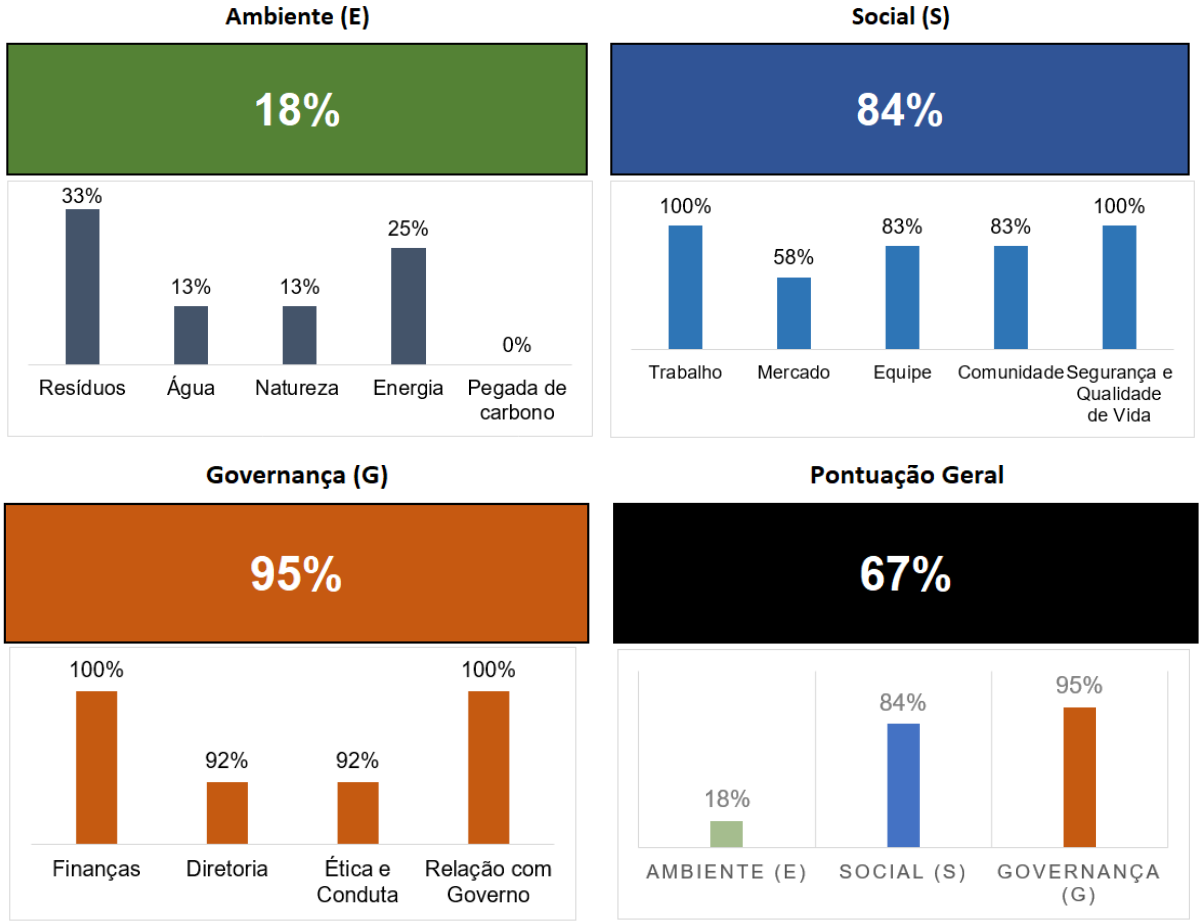
Figura 10 - Gráfico Radar - Visão da Diretoria



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

Com a visualização do gráfico no modelo de radar, percebe-se, que na visão da diretoria executiva, a empresa apresenta deficiências nos temas vinculados à natureza, energia e pegada de carbono.

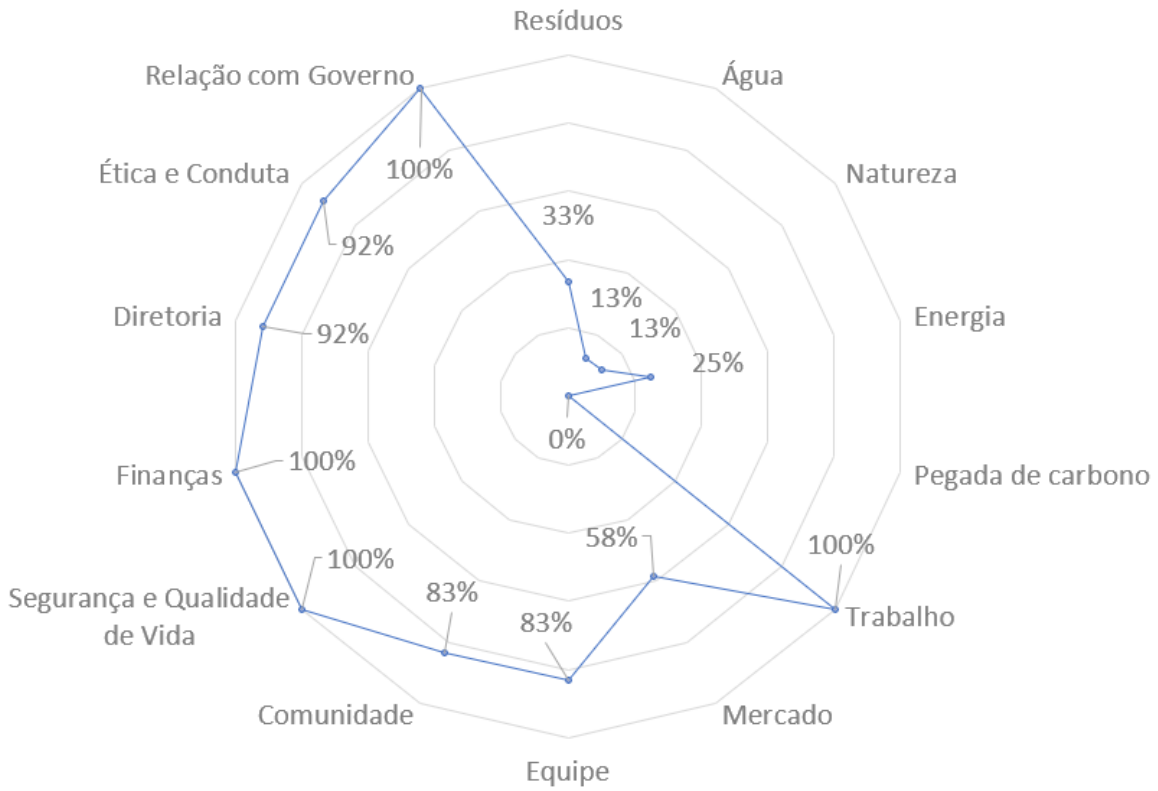
Figura 11 - Quadro de Materialidade por Eixo e Geral - Visão da Controladoria / *Compliance*



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

O entrevistado responsável pelas áreas de controladoria e compliance da empresa, apresentou, através das respostas da pesquisa, uma visão geral com adesão aos temas de 67%. O menor valor ficou por parte do eixo ambiental, com 0% para a questão da pegada de carbono. Na visão do entrevistado, a área de governança é a mais bem estruturada, conseguindo um total de 95%, enquanto a social ficou com 84% e a ambiental com 18%. Essa visão se dá, na ótica do entrevistado, devido à implementação rigorosa de políticas que garantem a conformidade com padrões sociais e de governança. A empresa adota mecanismos sólidos de monitoramento e auditorias periódicas, assegurando que suas operações sigam regulamentações e práticas éticas de forma consistente. Na sua visão, ainda existe espaço para melhoramentos na área ambiental.

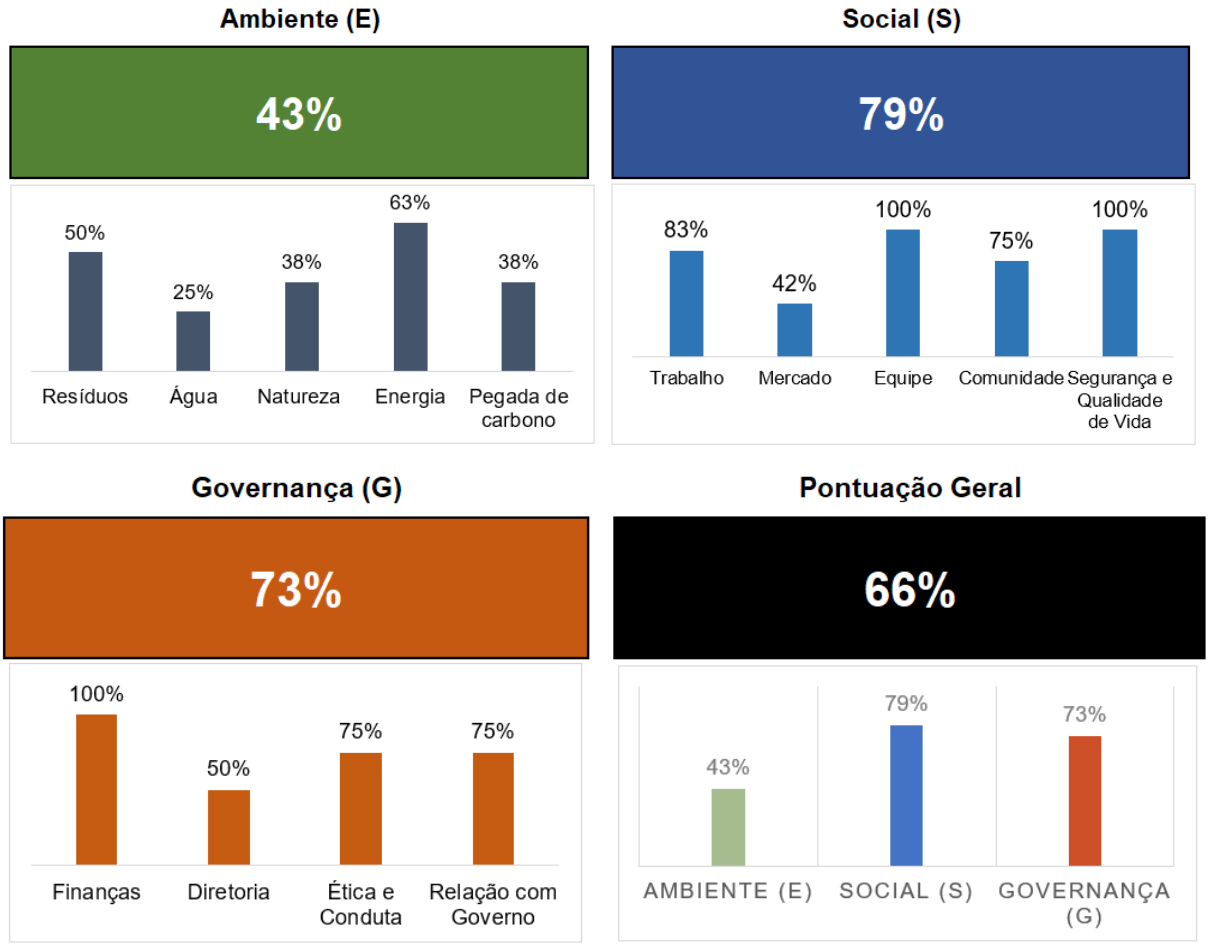
Figura 12 - Gráfico Radar - Visão da Diretoria



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

Com a visualização do gráfico no modelo de radar, podemos claramente verificar, que na visão da área de controladoria e *compliance*, a empresa apresenta uma distorção grande pontuação entre as áreas de governança e social, quando comparados ao eixo ambiental. A pegada de carbono foi destacada com pontuação de 0%, indicando uma possibilidade de melhoramento sobre o tema.

Figura 13 - Quadro de Materialidade por Eixo e Geral - Visão da Relação com Investidores



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

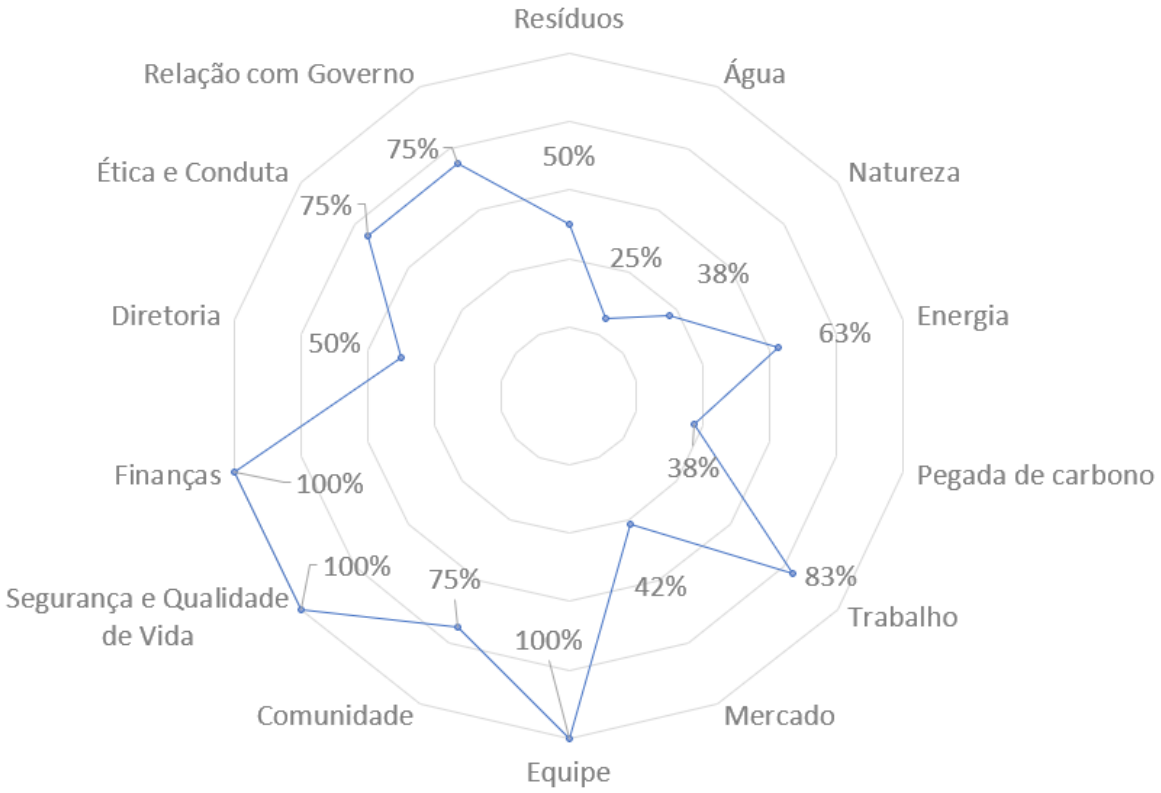
Os resultados obtidos através da análise das respostas da pessoa responsável pela área de relação com investidores, obteve uma pontuação geral muito próxima, da área de controladoria e *compliance*, porém com resultados por eixo diferentes. Segundo o entrevistado, a empresa apresenta maiores deficiências no eixo governança, porém com uma pegada ambiental mais forte. Na visão do entrevistado, o principal fator de relevância da área ambiental é a utilização de energia solar na planta fabril.

Para o responsável da área, a transparência na divulgação de indicadores ESG, aliada à inclusão desses critérios nas apresentações a investidores, reforça a imagem de responsabilidade social e ambiental da empresa. Isso gera maior confiança entre investidores que buscam empresas comprometidas com a sustentabilidade a longo prazo. Além disso, o alinhamento com as tendências globais de investimento sustentável fortalece o valor de mercado da empresa e sua

atratividade para potenciais investidores.

A Figura 14 apresenta o gráfico no modelo de radar:

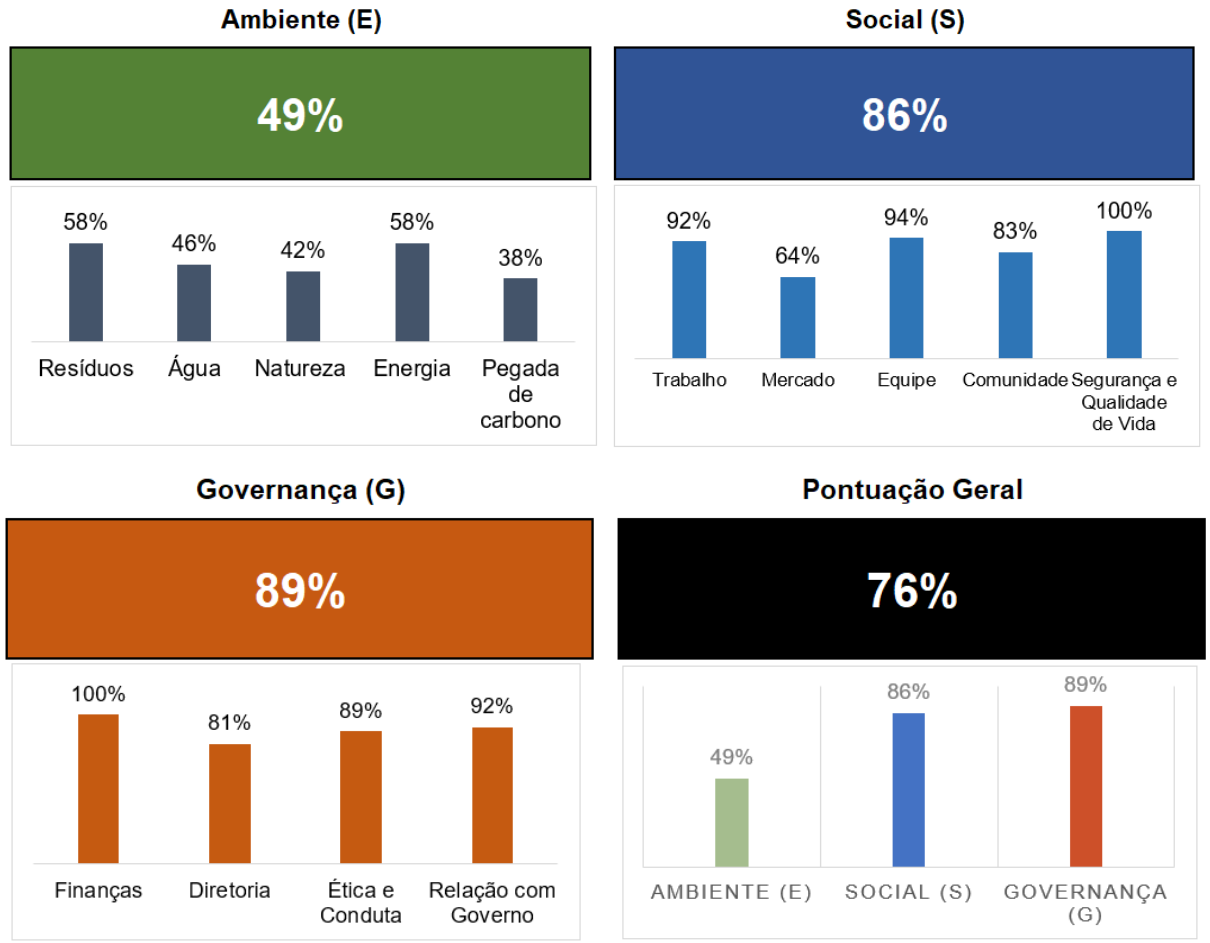
Figura 14 - Gráfico Radar - Visão da área de Relação com Investidores



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

A área analisa a empresa de uma forma mais equilibrada que os anteriores, onde não se verifica 0% em nenhum dos quesitos, e 100% para as áreas relacionadas à finanças, equipe e segurança e qualidade de vida. Com a visualização do gráfico no modelo de radar, podemos claramente verificar, que na visão do entrevistado, a empresa apresenta suas maiores deficiências no eixo ambiental. O uso e gestão da água foi destacada como o de menor valor de 25%, assim como a pegada de carbono e natureza com 38% ambos.

Figura 15 - Quadro de Materialidade por Eixo e Geral - Visão Geral área de Gestão



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

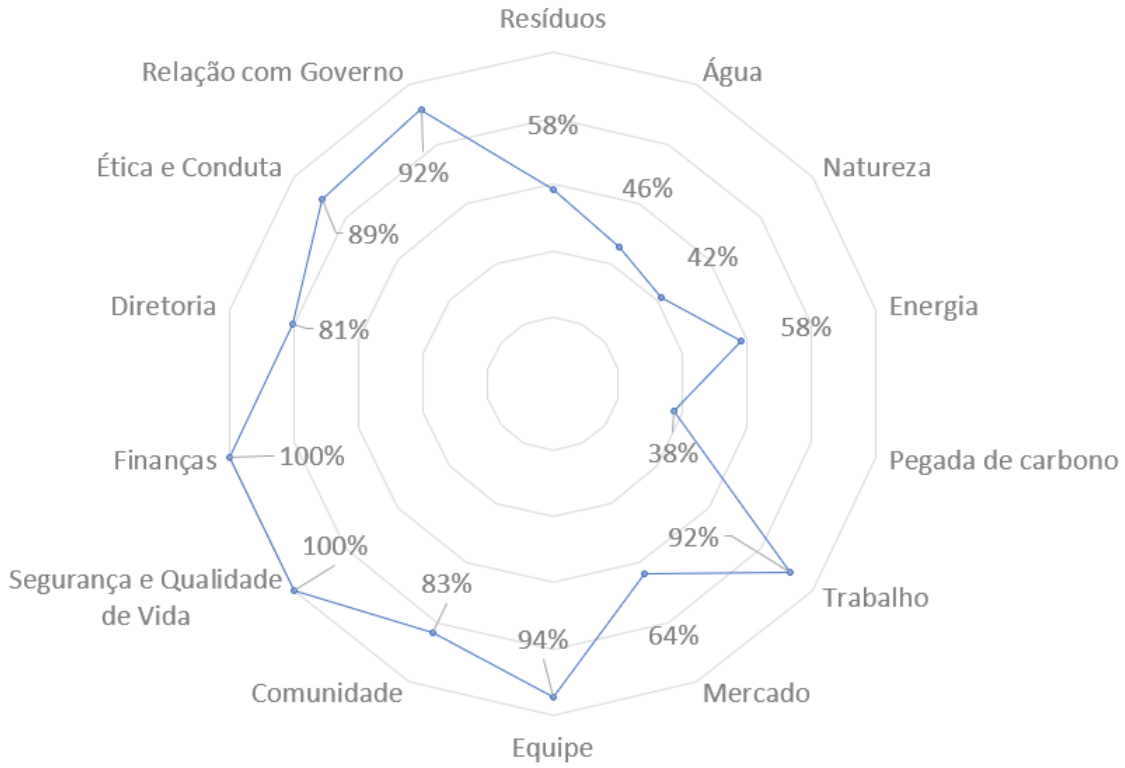
O quadro de materialidade da área de gestão, de forma geral, apresentou um total geral de 76%, sendo 89% relativo a aspectos vinculados a governança, com destaque para o tema “finanças”. 86% envolvendo questões do eixo social, sendo o tema “segurança e qualidade de vida”, o melhor conceituado com 100%, e o menor foi atrelada ao eixo ambiental, com 49%. Os temas “pegada de carbono” e “natureza” foram os principais aspectos destacados como possíveis melhorias a serem realizadas.

A análise do quadro de materialidade da área de gestão revela uma pontuação geral positiva, especialmente em relação aos aspectos de governança, que obtiveram uma alta valorização. O foco nas questões financeiras sugere uma compreensão robusta da importância da governança na gestão empresarial. Além disso, a atenção dada à segurança e qualidade de vida, evidenciada pela pontuação perfeita nesse aspecto, indica um compromisso significativo com o bem-estar dos colaboradores. No

entanto, a menor pontuação registrada no eixo ambiental destaca uma área com potencial para melhorias, sugerindo que a empresa pode se beneficiar ao desenvolver estratégias para abordar questões como a pegada de carbono e o impacto na natureza. A identificação dessas lacunas pode abrir oportunidades para iniciativas que melhorem a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental da organização.

A Figura 16 apresenta o gráfico no modelo de radar:

Figura 16 - Gráfico Radar - Visão da área de Gestão



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

No gráfico em modelo de raio, fica clara a distorção de percepção entre temas relacionados ao eixo ambiental e os demais. O temas “pegada de carbono” seria o principal ponto fraco, enquanto temas como “segurança e qualidade de vida” e “finanças” obtiveram a melhor pontuação.

As áreas da gestão, acreditam que a empresa possui uma forte pegada de ESG devido ao comprometimento contínuo com práticas de sustentabilidade e responsabilidade social em todas as áreas de operação. Integrando critérios

ambientais, sociais e de governança em suas políticas, processos produtivos e relações com *stakeholders*. Esse compromisso reflete-se em uma gestão eficiente de recursos e promoção da diversidade, o que fortalece a reputação da empresa e a sua capacidade de gerar valor sustentável a longo prazo.

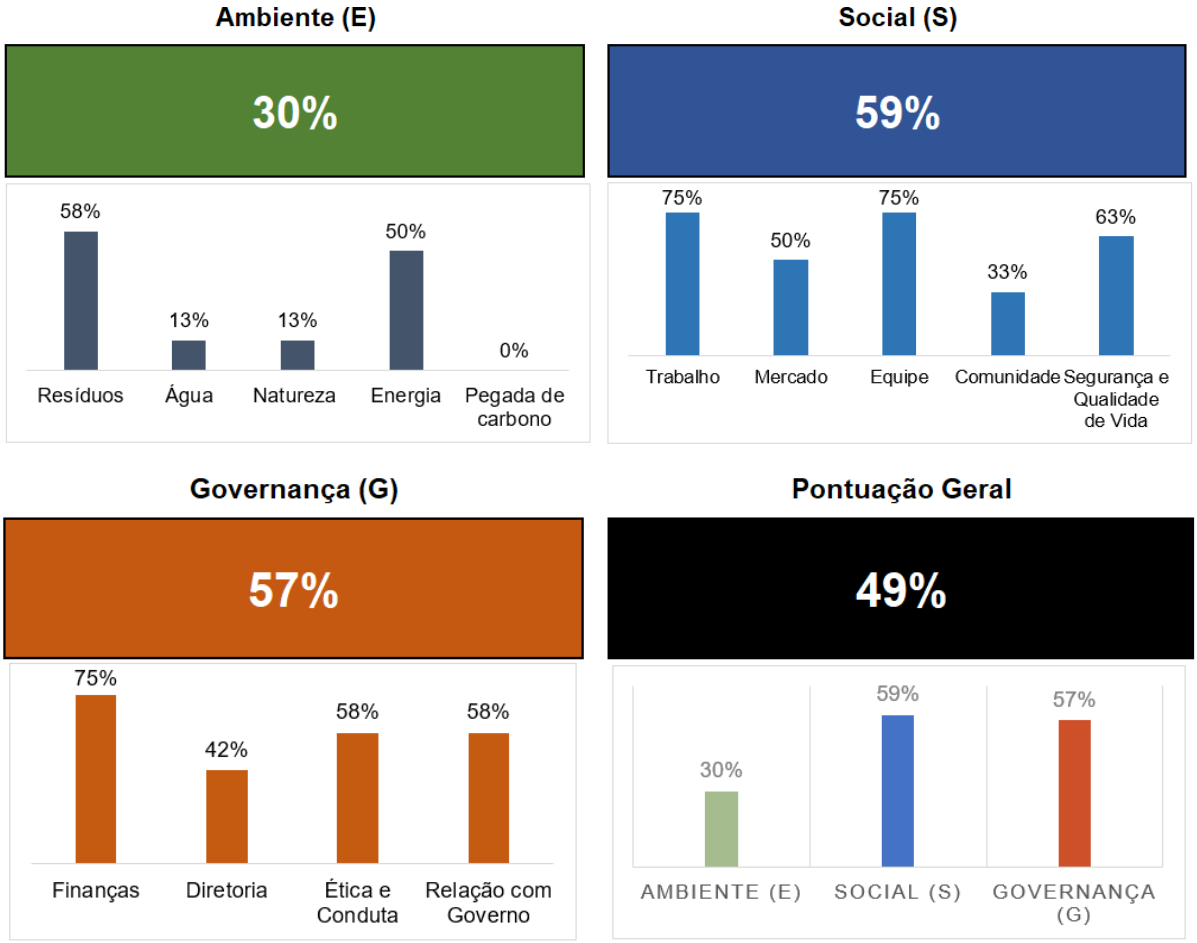
5.2 Resultados Área Técnica

O segundo grupo a responder ao questionário, foram gestores de áreas técnicas da empresa. Foram selecionadas três áreas para responderem à pesquisa: Qualidade, Regulamentação e Pesquisa e Desenvolvimento.

A primeira entrevista foi realizada com o gerente executivo de P&D da empresa, após foi realizada com a pessoa responsável pela área de controles, auditoria e qualidade dos produtos, e a terceira foi o responsável pela área de regulamentação. O segmento da empresa que atua com produtos de estética e estética média, se enquadra como área da saúde, portanto a empresa responde para diversos órgão e agência reguladoras, para o lançamento de novos produtos, e manutenção do portfólio atual.

Na Figura 17 são apresentados os quadros resumo com pontuação para cada eixo, assim como um quadro geral, e ainda o gráfico estilo radar, para melhor visualização dos pontos fracos e fortes:

Figura 17 - Quadro de Materialidade por Eixo e Geral - Visão área P&D

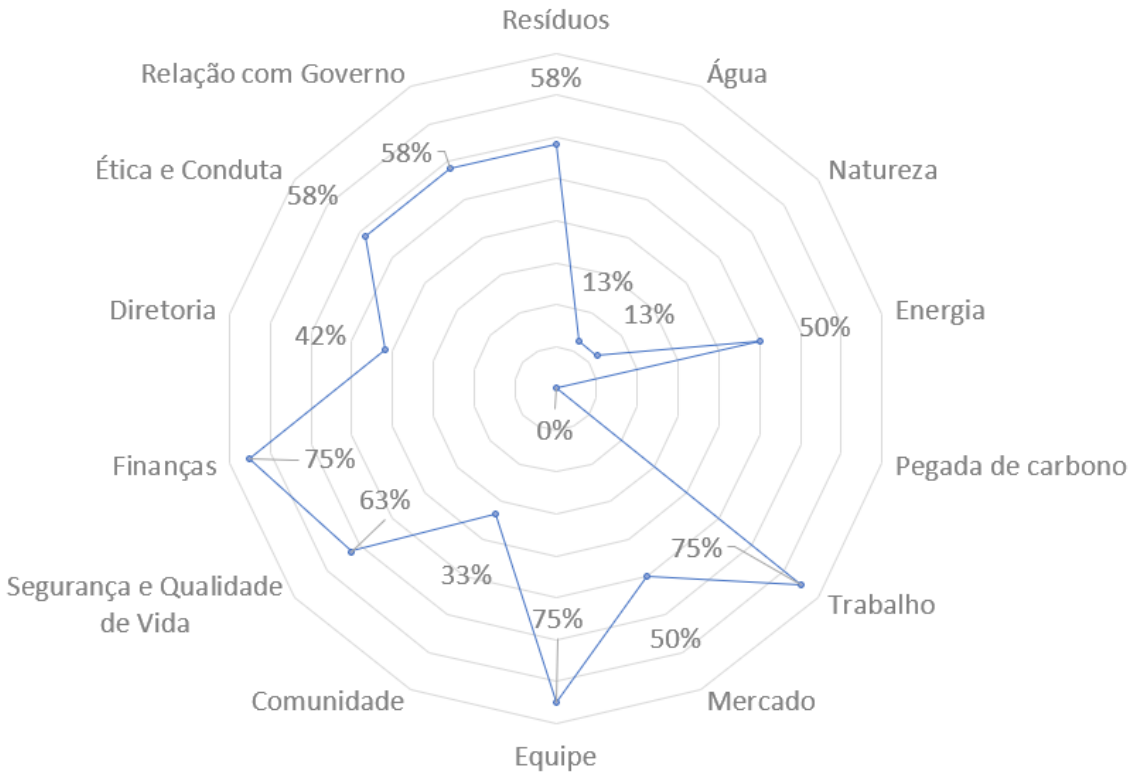


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

O quadro de materialidade da área de P&D apresentou um total geral de 49%, sendo 57% relativos a aspectos vinculados à governança, com destaque para o temas “finanças”, 75%. Eixo social teve um total de 59%, sendo os temas “trabalho” e “equipe”, os melhores conceituados com 75% para ambos, e o menor foi atrelado ao eixo ambiental, com 30%. Os temas “pegada de carbono” não obteve nenhum ponto e “natureza” e “água” foram obtiveram pontuação de 13% cada, aspectos destacados como possíveis melhorias a serem realizadas.

A Figura 18 apresenta o gráfico no modelo de radar:

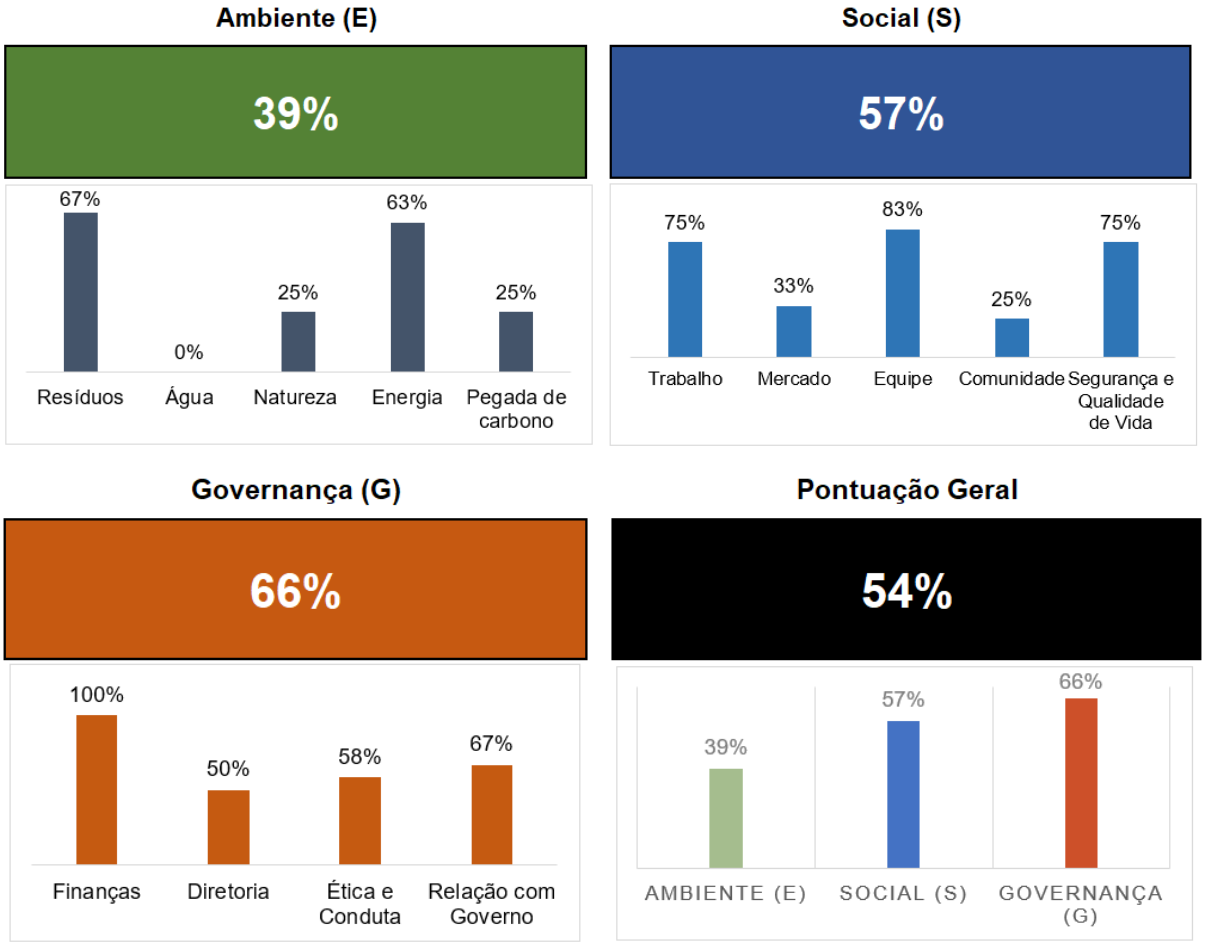
Figura 18 - Gráfico Radar - Visão da área de P&D



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

No gráfico em modelo de raio, os temas “pegada de carbono”, “natureza” e “água” obtiveram a menor pontuação, por isso sua representação no gráfico indica uma linha mais próxima do centro da figura. As áreas “trabalho”, “equipe” e “finanças” obtiveram as maiores pontuações.

Figura 19 - Quadro de Materialidade por Eixo e Geral - Visão Geral área de Qualidade

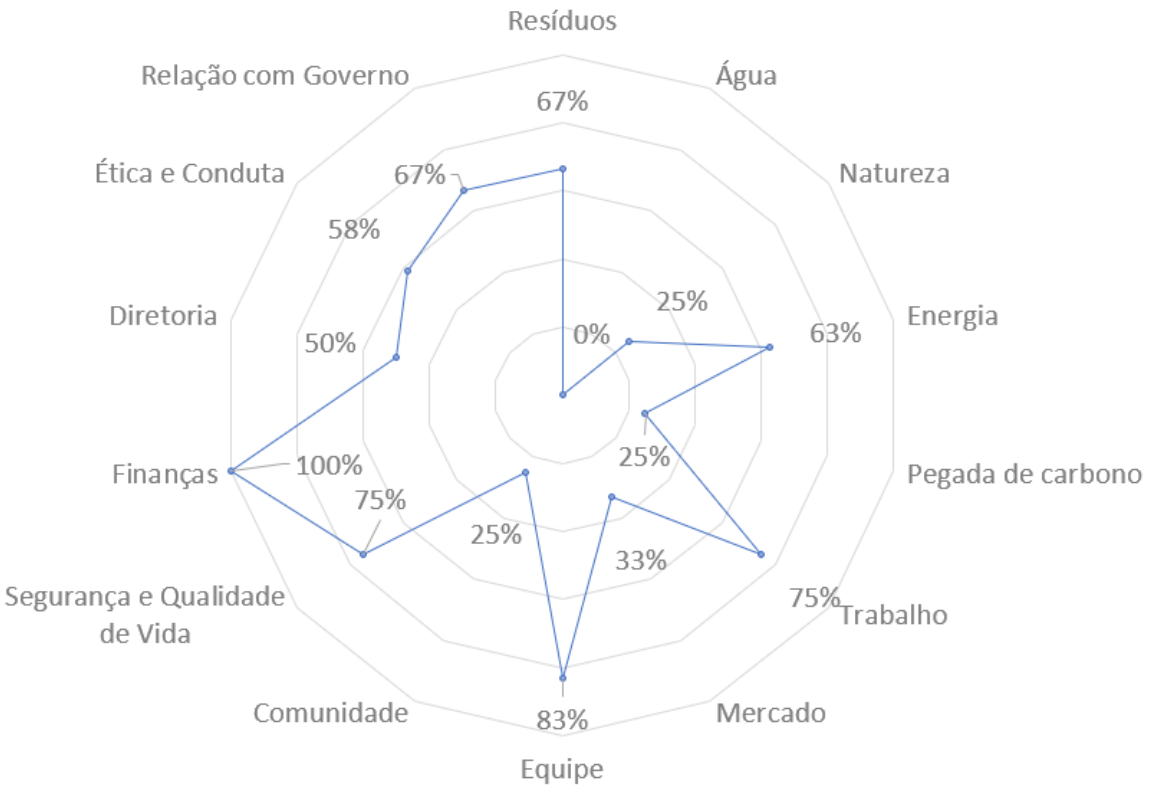


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

O quadro de materialidade da área de qualidade apresentou um total geral de 54%, sendo 66% relativo a aspectos vinculados a governança, com destaque para o tema “finanças”. 57% envolvendo questões do eixo social, sendo o tema “equipe”, o melhor apontado com 83%, porém com 25% para o tema “comunidade”. A área com menor aderência foi o eixo ambiental, com 39%. Os temas “água”, “pegada de carbono” e “natureza” foram os principais aspectos destacados como possíveis melhorias a serem realizadas.

A Figura 20 apresenta o gráfico no modelo de radar:

Figura 20 - Gráfico Radar - Visão da área de Qualidade

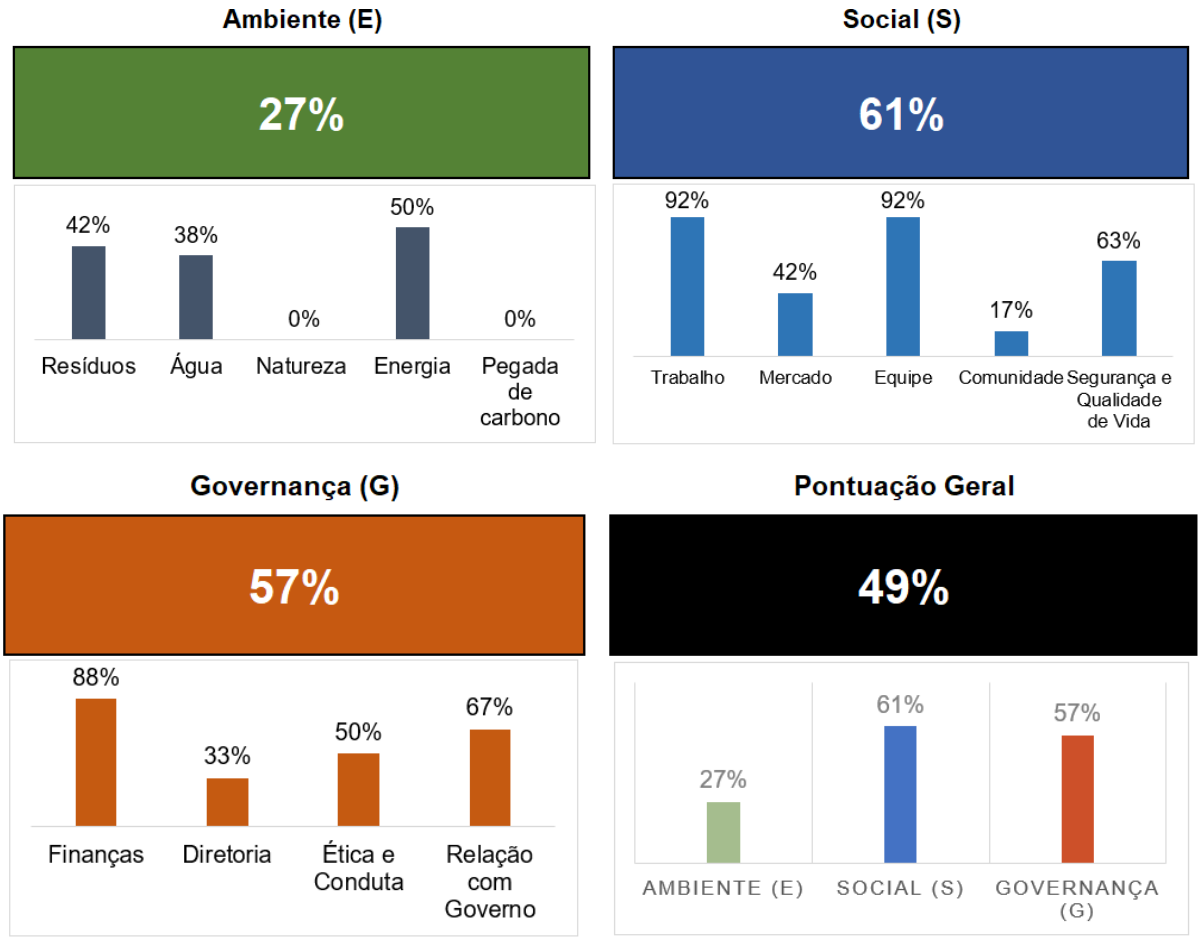


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

No gráfico em modelo de raio, fica claro que os temas “água”, “pegada de carbono”, “natureza” e “comunidade” obtiveram a menor pontuação, por isso sua representação no gráfico indica uma linha mais próxima do centro da figura. As áreas “equipe”” e “finanças” obtiveram as maiores pontuações.

Figura 21 - Quadro de Materialidade por Eixo - Visão Geral área de

Regulamentação

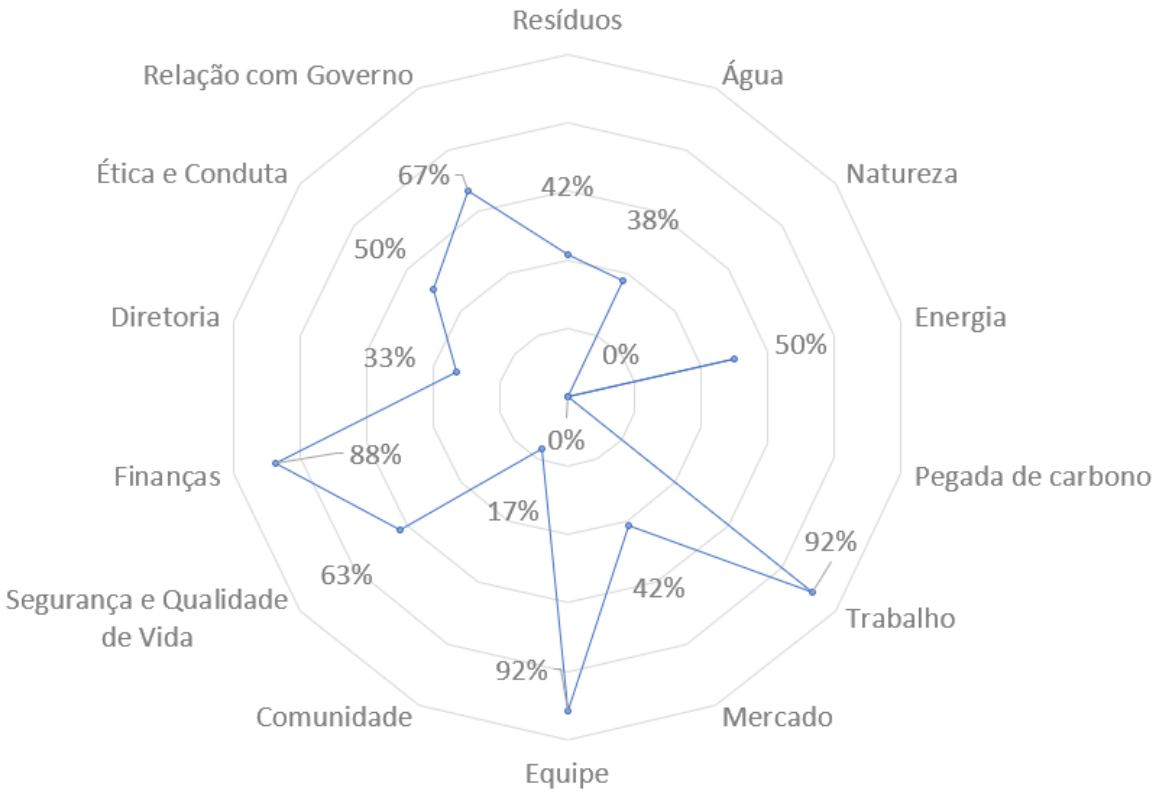


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

O quadro de materialidade da área de qualidade apresentou um total geral de 49%, sendo 57% relativo a aspectos vinculados a governança, com destaque para o tema “finanças”. 61% envolvendo questões do eixo social, sendo o tema “equipe” e “trabalho”, os melhores com 92%, porém com 17% para o tema “comunidade”. A área com menor pontuação foi o eixo ambiental, com 27%. Os temas “natureza” e “pegada de carbono” obtiveram nota 0%, e foram os principais aspectos destacados como possíveis melhorias a serem realizadas.

A Figura 22 apresenta o gráfico no modelo de radar:

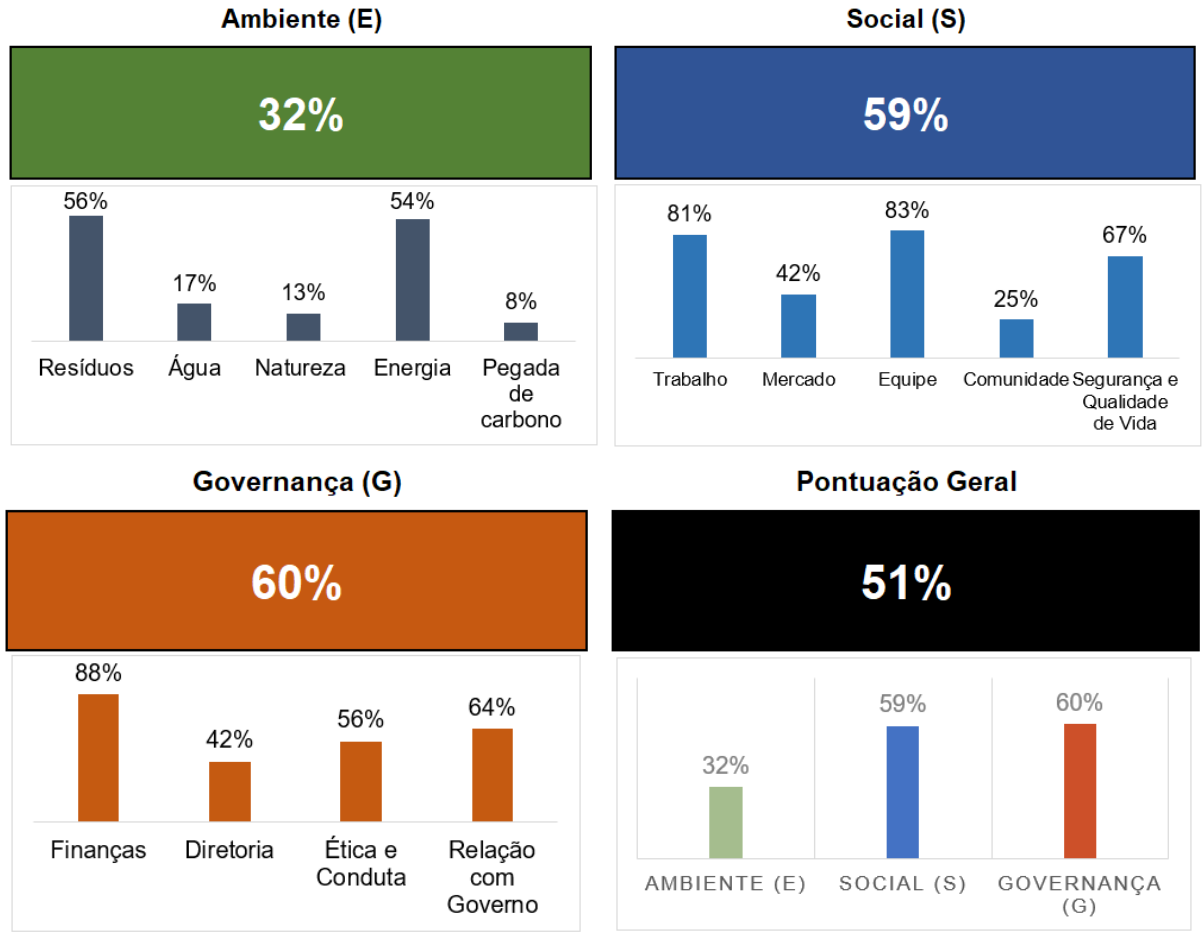
Figura 22 - Gráfico Radar - Visão da área de Regulamentação



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

No gráfico em modelo de raio, fica claro que os temas “pegada de carbono” e “natureza” não obtiveram pontuação, por isso sua representação no gráfico não aparece. As áreas “equipe”, “finanças” e “trabalho” obtiveram as maiores pontuações.

Figura 23 - Quadro de Materialidade por Eixo e Geral - Visão Geral área Técnica



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

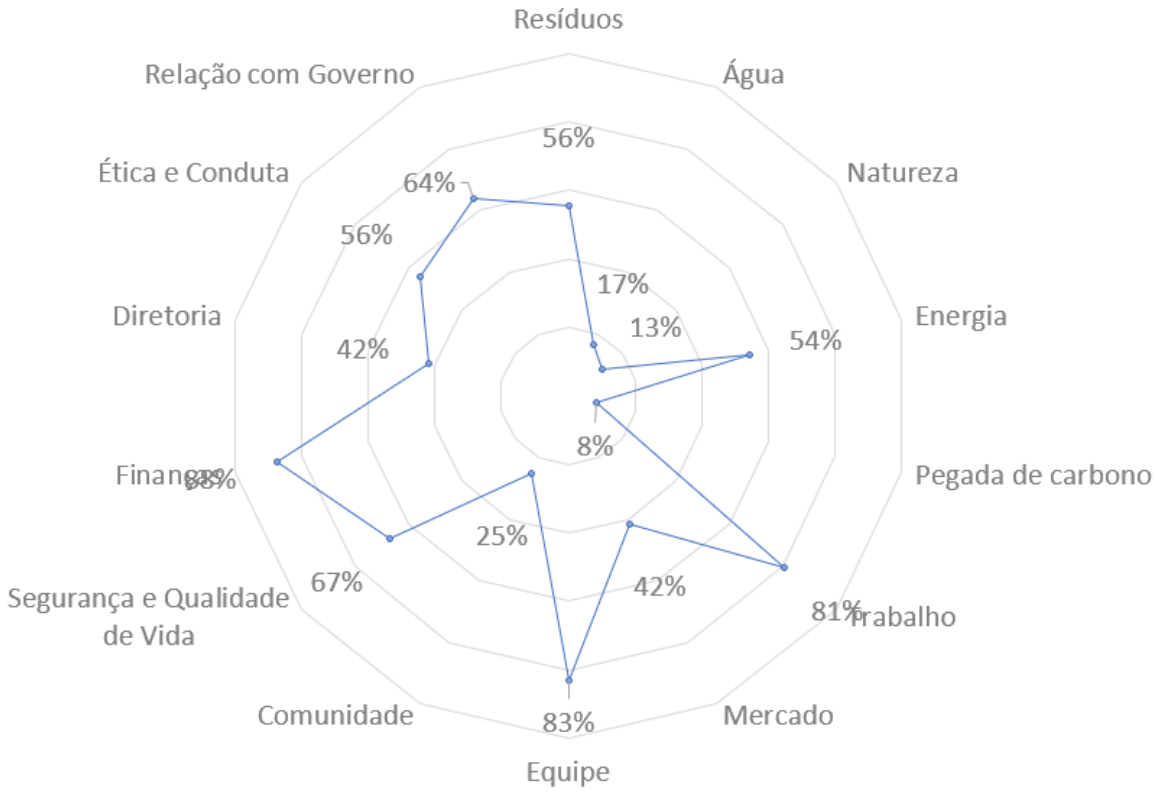
O quadro de materialidade da área de técnica apresentou um total geral de 51%, sendo 60% relativo a aspectos vinculados a governança, com destaque para o tema “finanças”. 59% envolvendo questões do eixo social, sendo o tema “equipe”, o melhor com 83%, e o menor foi atrelada ao eixo ambiental, com 32%. Os temas “pegada de carbono” e “natureza” foram os principais aspectos destacados como possíveis melhorias a serem realizadas.

A análise do quadro de materialidade da área técnica sugere uma performance mista em relação aos aspectos de ESG. A pontuação geral de 51% indica que há espaço para melhorias em várias áreas. A governança se destaca com uma pontuação de 60%, especialmente no que diz respeito a aspectos financeiros, o que pode sugerir uma estrutura de gestão responsável. Por outro lado, a pontuação de 59% nas questões sociais, com a equipe recebendo uma avaliação relativamente alta, sugere que as relações internas são valorizadas. No entanto, a pontuação de 32% no

eixo ambiental aponta para uma área que pode requerer mais atenção e iniciativas. A identificação de “pegada de carbono” e “natureza” como aspectos que necessitam de melhorias pode indicar que a empresa está começando a reconhecer a importância de fortalecer suas práticas sustentáveis.

A Figura 24 apresenta o gráfico no modelo de radar:

Figura 24 - Gráfico Radar - Visão da área Técnica



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

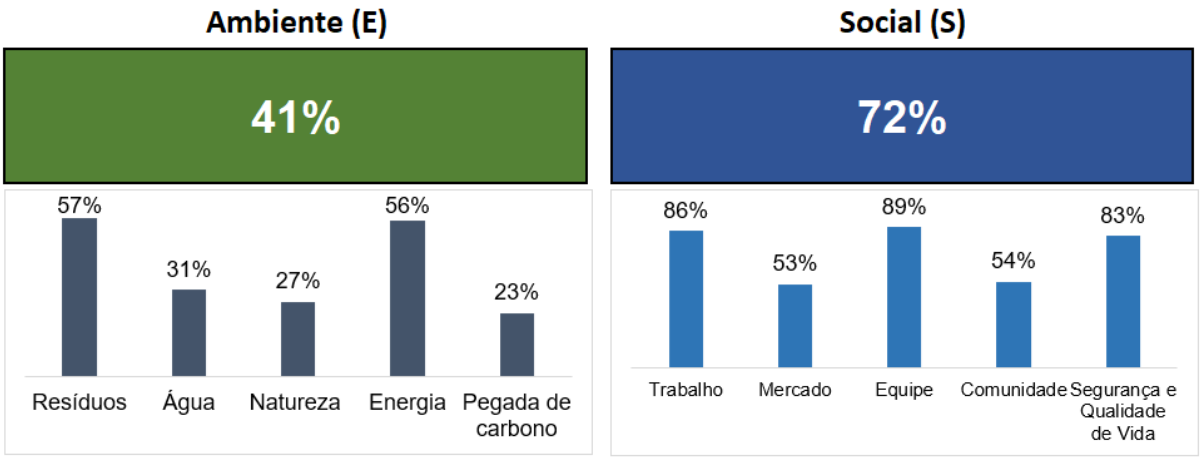
A visualização das informações do quadro de materialidade da área técnica em um gráfico estilo radar proporciona uma compreensão clara e intuitiva dos dados. Esse formato destaca as diferenças de desempenho entre os diferentes eixos, permitindo que os pontos fortes e fracos sejam rapidamente identificados. A área de governança, com uma pontuação de 60%, é representada de maneira proeminente, especialmente no que diz respeito ao tema "finanças". Por outro lado, a baixa pontuação de 32% no eixo ambiental se torna evidente, o que ressalta a necessidade de melhorias em tópicos como "pegada de carbono" e "natureza". Essa representação gráfica não apenas facilita a interpretação dos dados, mas também serve como uma

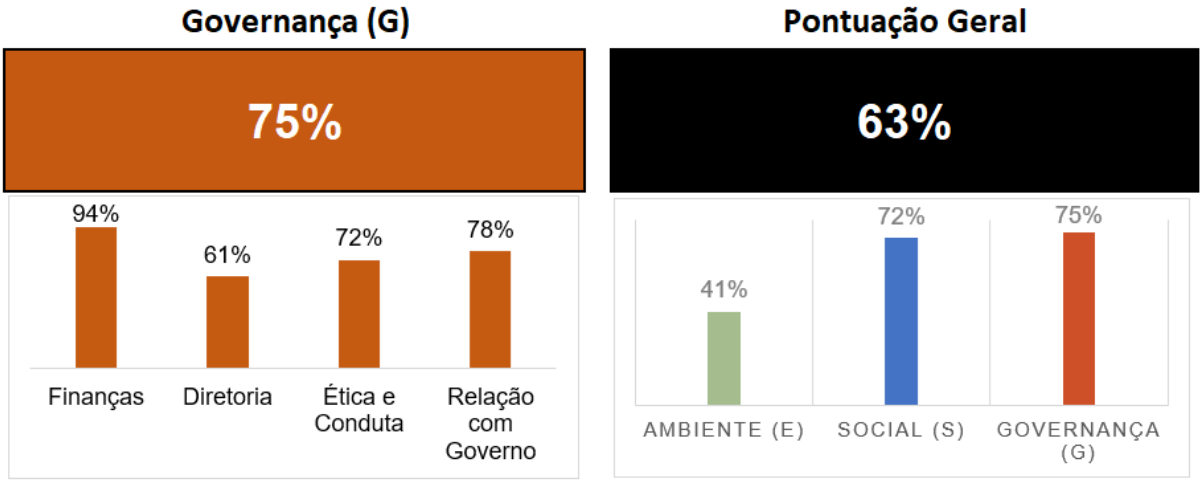
ferramenta visual poderosa para comunicar as prioridades e áreas de ação a serem abordadas pela equipe.

5.3 Resultado Geral da Empresa

Ao analisar os quadros de materialidade de forma comparativa, percebe-se uma divergência significativa entre as percepções das áreas de gestão e técnica sobre a posição da empresa em relação às questões de ESG. A gestão indica acreditar que os níveis de controle e práticas realizadas são satisfatórios, atingindo 86% em quesitos sociais e 89% em governança. Por outro lado, a área técnica avalia de forma mais crítica, com pontuações de 60% em governança e 59% no eixo social. Apesar dessas diferenças, ambas as áreas concordam que o aspecto ambiental é o mais deficiente, especialmente em relação à "pegada de carbono", que requer maior atenção, assim como os temas "natureza" e "água", que também apresentaram baixas pontuações. Dessa forma o resultado gerado pela soma das pontuações é indicado no quadro da Figura 25.

Figura 25 - Quadro de Materialidade por Eixo - Visão Geral

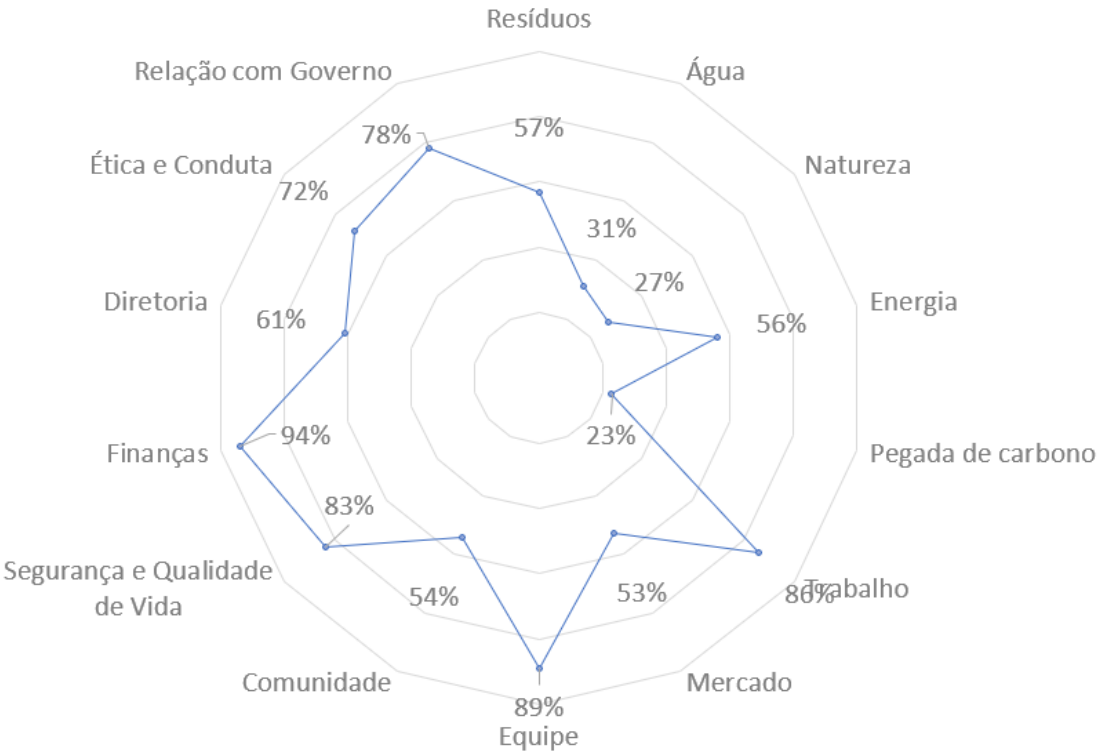




Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

De forma geral, a empresa apresenta o resultado mais baixo vinculado à eixo ambiental, enquanto as dimensões social e governança apresentam um índice mais elevado, o que pode sinalizar um maior controle e transparência. A pontuação geral da companhia foi de 63%. Esse índice pode ser utilizado como uma base para uma meta de elevar o mesmo, a fim de se obter uma maior aderência aos temas de ESG. A Figura 26 apresenta o gráfico em forma de radar para que se apresente o resultado em formado mais visual, facilitando o entendimento dos resultados:

Figura 26 - Gráfico Radar - Visão da Geral



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

Ao analisar o quadro do somatório, figura 27, por perguntas, torna-se mais fácil visualizar os principais temas com menor pontuação. A partir dessas informações, foram elaborados indicadores de gestão, que identificam os temas críticos, permitindo um acompanhamento mais direcionado e eficiente das áreas que demandam maior atenção. Essa visualização facilita o processo de priorização e criação de planos de ação para melhorar a performance em temas específicos.

A Quadro 27 apresenta o quadro somatório das perguntas sobre a área ambiental:

Quadro 27 - Somatório da Pesquisas Perguntas Sobre Materialidade - Ambiental - Visão Geral

Ambiente (E)	
Resíduos	**Geral**
1. A empresa faz coleta seletiva de resíduos?	47,5
2. A empresa realiza o processo de logística reversa para seus equipamentos?	32,5
3. A empresa está de acordo com a Norma ISO 14001 de Gestão Ambiental?	22,5
Água	
1. A empresa realiza reaproveitamento da água?	17,5
2. A empresa realiza gestão sobre os recursos hídricos?	20
Natureza	
1. A empresa mantém apoio a projetos de conscientização ambientais?	25
2. A empresa participa de projetos de revitalização da fauna e flora local?	7,5
Energia	
1. A empresa utiliza recurso energético de fontes renováveis?	50
2. Os produtos fabricados são considerados energeticamente eficazes com selo A Procel?	17,5
Pegada de carbono	
1. A empresa mantém práticas para a redução de emissões de carbono?	17,5
2. A empresa mantém metas para a redução de emissões de carbono?	10
Total Pontos Obtidos	267,5
Total Pontos Possíveis	660,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

O Quadro 27 apresenta a soma das pontuações atingidas pelas respostas das duas áreas para o eixo ambiental. No total, a área técnica tinha um potencial de 330 pontos, uma vez que cada pergunta pode ter um valor máximo de 10 pontos, sendo 3 entrevistados e 11 questionamentos, porém somou somente 105 pontos. A área de gestão, com o mesmo potencial de 330 pontos, somou 162,5. No conjunto, ambas áreas totalizaram 267,5 pontos de um máximo possível de 660. As perguntas que receberam as pontuações mais baixas, considerando a percepção da empresa como um todo (gestão e técnica), foram destacadas.

- “*A empresa realiza reaproveitamento da água?*” - Esta pergunta somou 17,5 pontos
- “*Os produtos fabricados são considerados energeticamente eficazes com selo A Procel*” - Esta pergunta somou 17,5 pontos
- “*A empresa mantém metas para redução de emissões de carbono*” - Esta pergunta somou 10 pontos

As perguntas relacionadas a projetos de revitalização da fauna e flora local, bem como às práticas de redução de emissão de carbono, não foram incluídas no quadro de indicadores. A exclusão da primeira se deve ao fato de que a empresa não apresenta um perfil de degradação significativa do solo, nem gera grandes quantidades de resíduos, o que levou à priorização de ações com maior potencial de impacto positivo. Já a segunda, apesar de ter uma pontuação baixa de 17,5, foi considerada dentro do escopo de um indicador já existente, que trata das metas de redução de emissão de carbono.

Com a definição dos temas a serem selecionados para a criação de indicadores, por meio das três perguntas com as menores pontuações. A partir dessas perguntas, foi elaborado um quadro que indica o eixo relacionado, o tema em questão, os potenciais impactos sobre a materialidade, bem como os riscos que podem afetar a empresa. Além disso, foram delineadas possíveis políticas e compromissos que a companhia pode adotar para melhorar essas deficiências. O quadro também inclui o indicador a ser analisado. Como se trata de uma fase inicial, foram estabelecidas datas para a implementação de algumas práticas, com a definição de indicadores quantitativos para o monitoramento contínuo.

A Quadro 28 apresenta o quadro somatório das perguntas sobre a área social:

Quadro 28 Somatório da Pesquisas Perguntas Sobre Materialidade - Social - Visão Geral

Social (S)		
Trabalho	**Geral**	G
1. O ambiente de trabalho é limpo e salubre?	60	
2. A empresa mantém políticas de respeito aos Direitos Humanos?	50	
3. A empresa mantém política de apoio à diversidade e contratação de colaboradores LGBTQIA+	50	
Mercado		
1. A empresa mantém uma política de relacionamento com clientes?	42,5	
2. A empresa utiliza critérios de ESG para relacionamento com fornecedores?	15	
3. A empresa realiza pesquisa de satisfação com cliente?	35	
Equipe		
1. A empresa realiza pesquisa de clima organizacional?	60	
2. A empresa mantém política de benefícios e bônus?	57,5	
3. A empresa mantém programas de desenvolvimento profissional?	47,5	
Comunidade		
1. A empresa doa parte dos impostos para causa sociais?	25	
2. A empresa doa parte dos lucros para causas sociais?	25	
3. A empresa participa de projetos de desenvolvimento das comunidades locais e impacto social	42,5	
Segurança e Qualidade de Vida		
1. A empresa é preocupada com a qualidade de vida dos funcionários?	47,5	
2. A empresa mantém a liberdade de associação?	52,5	
Total Pontos Obtidos	610,0	
Total Pontos Possíveis	840,0	

Fonte: Elaborado pelo autor

A Quadro 28 apresenta a soma das pontuações atingidas pelas respostas das duas áreas para o eixo social. No total, a área técnica tinha um potencial de 420 pontos, mas somou apenas 250. A área de gestão, com o mesmo potencial de 420 pontos, somou 360. No conjunto, ambas áreas totalizaram 610 pontos de um máximo possível de 840. As perguntas que receberam as pontuações mais baixas, considerando a percepção da empresa como um todo (gestão e técnica), foram

destacadas.

- “*A empresa utiliza critérios de ESG para relacionamento com fornecedores*” - Esta pergunta somou 15 pontos
- “*A empresa realiza pesquisa de satisfação com cliente?*” - Esta pergunta somou 35 pontos
- “*A empresa é preocupada com a qualidade de vida do funcionário?*” - Esta pergunta somou 47,5 pontos

Através dessas perguntas, foi possível criar um quadro similar ao do eixo ambiental, porém levando em consideração aspectos sociais do ESG, o qual consta no apêndice.

O Quadro 29 apresenta o quadro somatório das perguntas sobre a eixo governança:

Quadro 29 Somatório da Pesquisas Perguntas Sobre Materialidade - Governança - Visão Geral

Governança (G)	
Finanças	**Geral**
1. A empresa possui auditoria externa	57,5
2. A empresa mantém orçamento financeiro	55
Diretoria	
1. A empresa mantém uma estrutura de governança corporativa	52,5
2. Como a diretoria / gestão da empresa lida com as questões de ESG?	35
3. A diretoria / gestão possui metas para questões de ESG?	22,5
Ética e Conduta	
1. Como a empresa lida com questões de denúncias e canal de comunicação com o funcioário?	45
2. A empresa está de acordo com as normas legais e regulamentares do mercado de atuação?	57,5
3. A empresa mantem relatorio de sustentabilidade e/ou relato integrado?	27,5
Relação com Governo	
1. A empresa mantém comunicação com orgãos públicos para melhorias das políticas públicas?	40
2. Participa das leis de incentivo governamentais para desenvolvimento local?	52,5
3. Como a empresa lida com questões exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)?	47,5
Total Pontos Obtidos	492,5
Total Pontos Possíveis	660,0

Fonte: Elaborado pelo autor

A Quadro 29 apresenta a soma das pontuações atingidas pelas respostas das duas áreas para o eixo governança. No total, a área técnica tinha um potencial de 330 pontos, mas somou apenas 97,5. A área de gestão, com o mesmo potencial de 420 pontos, somou 197,5. No conjunto, ambas áreas totalizaram 295 pontos de um máximo possível de 660. As perguntas que receberam as pontuações mais baixas, considerando a percepção da empresa como um todo (gestão e técnica), foram destacadas.

- "*Como a diretoria / gestão da empresa lida com as questões de ESG*" - Esta pergunta somou 35 pontos
- "*A empresa mantém relatório de sustentabilidade e/ou relato integrado*" - Esta pergunta somou 27,5 pontos

- “*A diretoria / gestão mantém metas para questões de ESG?*” - Esta pergunta somou 22,5 pontos

Através dessas perguntas, foi possível criar um quadro com os nove indicadores de ESG para a empresa em questão, apresentados no Quadro .

Quadro 30 – Quadro dos Indicadores Selecionados através da Pesquisa

EIXO	TEMA	METAS / AÇÕES	INDICADORES
Ambiental	Energia	Reduzir o consumo de energia dos equipamentos em 25%	Portfólio de produtos com Selo Procel A
Ambiental	Água	Redução de 20% no consumo de água potável da companhia	Reaproveitamento de água
Ambiental	Pegada de Carbono	Aumentar em 10% o índice de massa dos equipamentos com matérias-primas sustentáveis	Redução de emissão de carbono na cadeia produtiva
Social	Mercado	Ter 50% dos fornecedores que comprovem práticas de ESG através de enquetes e documentação	Manter critérios de ESG para relacionamento com fornecedores
Social	Mercado	Aumentar o nível de satisfação do cliente em 50% até janeiro de 2026	Realizar e manter pesquisa de satisfação
Social	Segurança e Qualidade de Vida	Diminuir em 40% a rotatividade de funcionários	Criar políticas de home office para funcionários
Governança	Diretoria	Aumentar em 25% a quantidade de projetos de ESG vinculados ao desenvolvimento de produtos	Manter reuniões estratégicas para analisar ações de ESG
Governança	Diretoria	Atingir 95% das metas estabelecidas em projetos de ESG	Formar comitê de avaliação para temas de ESG
Governança	Ética e Conduta	Manter disponível relatório de sustentabillidade para os stakeholders	Criação de periódica de relatório de sustentabilidade

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme apresentado na Figura 8 (Mapa Sintético), foram criadas 36 perguntas, divididas em 14 temas, nos três eixos de ESG. Essas questões foram criadas com base na norma PR 2030 e para serem respondidas pela organização. Cada uma delas está associada a um tema vinculado a um eixo do ESG. As possibilidades de respostas seguem a Escala de Likert de 5 Pontos, englobando diferentes tipos de respostas entre “Concordo Plenamente”, até “Discordo Plenamente”, a fim de poder quantificar os principais temas, apresentando uma visão geral sobre as práticas de ESG da empresa, bem como indicando as perguntas que tiveram menor pontuação da pesquisa. Estas perguntas com menor pontuação foram a base para elaboração dos indicadores apresentados na figura 30.

Importante destacar que este portfólio de indicadores consta como exemplos apresentados na norma ABNT PR 2030. A formação de comitês para avaliação de ações de ESG, criação de relatório de sustentabilidade, manter pesquisa de satisfação com cliente, assim como fornecedores, reutilizar água, ter um produto que seja mais ecoeficiente, etc., são indicadores que podem ser utilizados de forma geral pelas empresas, independentemente do seu segmento. Os percentuais que são apresentados nos indicadores, como por exemplo, 50% de fornecedores precisam apresentar práticas de ESG, é uma realidade que a empresa acredita ser possível, porém não é uma norma geral. Algumas empresas do ramo da estética, podem ter um indicador de 100% dos fornecedores, ou ainda podem apresentar um maior impacto ambiental, por conta da localização que se encontram, ou ter um maior volume de resíduos, e isso irá impactar diretamente nos planos de ação, bem como no indicador a ser criado. Assim, os indicadores aqui desenvolvidos, apesar de terem sido validados em uma empresa de equipamentos de estética, podem ser utilizados por empresas de outros ramos. No caso desta pesquisa, o indicador relacionado manter fornecedores com práticas de ESG foi apontado pela empresa como de grande relevância, pois os produtos lançados precisam passar por vistorias de agências reguladoras e de medição.

Destaca-se a relevância do processo desenvolvido ao longo deste estudo, no qual a pesquisa estruturada e a metodologia adotada proporcionaram uma base sólida para a criação de indicadores de ESG. A análise criteriosa dos dados obtidos permitiu identificar áreas críticas, definir ações e propor indicadores aplicáveis ao contexto empresarial, assegurando que as empresas possam aprimorar suas práticas em direção a um modelo de gestão mais sustentável e responsável. Com os indicadores estabelecidos, há agora uma ferramenta prática e objetiva para monitorar e melhorar continuamente o desempenho nos eixos ambiental, social e de governança, alinhando-se às demandas crescentes do mercado e dos stakeholders.

Assim foi conduzido um estudo aprofundado em uma empresa específica do setor de equipamentos estéticos, no qual foram selecionados nove indicadores de desempenho. Esses indicadores foram definidos com base nas características e necessidades dessa organização, considerando sua estrutura, estratégia e desafios operacionais. Dessa forma, eles representam as métricas mais relevantes para a

avaliação da performance dentro desse contexto específico.

É importante destacar que, caso a matriz de materialidade proposta com os 36 indicadores seja aplicada em outra empresa, mesmo que do mesmo segmento, os indicadores podem sofrer alterações. Fatores como modelo de gestão, porte, posicionamento de mercado e processos internos podem influenciar na escolha das métricas mais adequadas. Assim, a definição dos indicadores será o resultado da realidade de cada organização, garantindo maior precisão e aplicabilidade na análise de desempenho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o histórico do ESG é essencial para apreciar a evolução das práticas empresariais em relação à sustentabilidade e responsabilidade social. Desde suas origens, que remontam à crescente conscientização sobre questões ambientais e sociais, até a formalização de padrões e indicadores, o ESG pode ser um pilar fundamental para as empresas que buscam não apenas atender às exigências regulatórias, mas também conquistar a confiança de investidores e consumidores. Esse entendimento histórico permite que as organizações reconheçam as lições aprendidas ao longo do tempo e as implicações das ações passadas, o que é crucial para moldar estratégias futuras mais eficazes e responsáveis.

A análise do desenvolvimento do ESG oferece *insights* sobre como diferentes setores e regiões geográficas têm abordado a sustentabilidade e a governança ao longo dos anos. Essa visão contextualizada pode auxiliar as empresas a identificar melhores práticas, evitar erros cometidos por outros e adaptar abordagens que se alinhem com suas particularidades e desafios. A integração do conhecimento histórico sobre ESG nas decisões estratégicas não apenas enriquece a perspectiva empresarial, mas também pode contribuir para o fortalecimento de uma cultura organizacional que valoriza a ética, a transparência e a responsabilidade social, elementos cada vez mais valorizados no cenário global atual.

Elaborar uma matriz de materialidade de ESG é um passo fundamental para que as empresas identifiquem e priorizem os temas mais relevantes para suas operações e partes interessadas. A matriz de materialidade permite que as organizações mapeiem questões ambientais, sociais e de governança que impactam diretamente seu desempenho e reputação. Para construir essa matriz, é essencial realizar um diagnóstico abrangente, que envolva consultas a *stakeholders* internos e externos, além da análise de tendências e melhores práticas do setor. Essa abordagem não apenas assegura que os temas selecionados sejam pertinentes, mas também promove um entendimento compartilhado das prioridades da empresa em relação às expectativas da sociedade.

A criação de uma matriz de materialidade de ESG proporciona uma base sólida

para o desenvolvimento de estratégias e indicadores de desempenho. Ao classificar os temas de acordo com sua relevância e impacto, a empresa pode alocar recursos de maneira mais eficaz e direcionar suas iniciativas para áreas que gerem maior valor e mitigação de riscos. Essa ferramenta não só facilita a comunicação com investidores e demais partes interessadas sobre as prioridades de ESG, mas também fomenta uma cultura organizacional que valoriza a responsabilidade e a transparência. Com uma matriz bem elaborada, as empresas estarão mais preparadas para enfrentar os desafios do mercado atual, fortalecer sua posição competitiva e contribuir para um futuro mais sustentável.

A PR 2030, é uma iniciativa importante que visa estabelecer diretrizes e práticas para a sustentabilidade em diferentes setores. Esta norma pode ser uma resposta às crescentes demandas sociais e ambientais, promovendo a integração de princípios de sustentabilidade nas estratégias corporativas. Ao alinhar as operações empresariais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a PR 2030 fornece um *framework* que ajuda as organizações a se adaptarem a um ambiente em constante mudança. A implementação de práticas de gestão da norma pode auxiliar não apenas melhora a gestão dos recursos, mas também fortalece a reputação da empresa, demonstrando seu compromisso com práticas responsáveis e éticas.

O PR 2030 serve como um guia para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e indicadores de desempenho. Ao fornecer uma estrutura padronizada, o programa facilita a comunicação das iniciativas e resultados relacionados à sustentabilidade, tanto para stakeholders internos quanto externos. Isso é especialmente relevante em um cenário onde a transparência e a responsabilidade são cada vez mais exigidas pelos investidores e consumidores. Por meio do PR 2030, as empresas têm a oportunidade de não apenas cumprir requisitos legais e normativos, mas também de se posicionar como líderes em sustentabilidade, contribuindo para um futuro mais equilibrado e sustentável para todos.

A gestão de indicadores é fundamental para as empresas que buscam não apenas melhorar seu desempenho, mas também alinhar suas operações às expectativas e aos padrões de sustentabilidade. Através da definição e monitoramento de indicadores de desempenho, as organizações conseguem mensurar sua eficiência

em diversas áreas, como ambiental, social e de governança.

Os indicadores atribuídos ao estudo podem ser encarados tanto como generalistas, ou seja, que se enquadram para outros segmentos e áreas de atuação da economia, como específicos, que têm uma maior relevância para um ou outro segmento. No caso do segmento de indústria de equipamentos de estética, o indicador relacionado ao relacionamento com fornecedores pode ser destacado como de grande relevância, pois, por ser um segmento vinculado à área da saúde, onde todo novo produto lançado deve ser encaminhado um projeto detalhado aos órgãos regulatórios (Anvisa e Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO), a procedência da matéria-prima, assim como a composição dos materiais, precisa ser homologada e aprovada em tais órgãos. Da mesma forma, outros indicadores, como relacionamento com cliente, onde o indicador foi o de realizar de forma periódica pesquisas de satisfação, podem ser utilizados em todas empresas de qualquer segmento.

Realizar uma pesquisa para captar a percepção de diferentes áreas sobre questões relacionadas ao ESG é essencial para que a empresa tenha uma visão holística de seu desempenho e desafios. Cada setor dentro de uma organização possui suas particularidades e pode contribuir com insights valiosos sobre como as práticas de sustentabilidade, responsabilidade social e governança são percebidas e implementadas. Ao envolver diversas áreas, a pesquisa permite identificar não apenas as forças e fraquezas na abordagem ESG, mas também as oportunidades de colaboração interdepartamental. Isso resulta em um entendimento mais profundo das questões e pode levar à formulação de estratégias mais integradas e eficazes.

A percepção multifacetada obtida através de pesquisas ajuda a fomentar um ambiente de diálogo e engajamento dentro da empresa. Quando colaboradores de diferentes departamentos participam do processo de avaliação e feedback, eles se sentem mais valorizados e envolvidos nas decisões que afetam o futuro da organização. Esse engajamento é crucial para a implementação bem-sucedida de práticas ESG, pois promove a responsabilidade coletiva e a cultura de sustentabilidade. Em última análise, a pesquisa não apenas fornece dados valiosos, mas também incentiva uma mentalidade colaborativa que pode impulsionar a

inovação e o comprometimento em torno das metas ESG da empresa.

A conclusão do estudo de metodologia para a criação de indicadores de ESG representa um marco significativo na jornada da empresa rumo à sustentabilidade e à responsabilidade social. Este esforço não apenas resultou em um conjunto robusto de indicadores, uma matriz de materialidade com 36 indicadores, mas também estabeleceu uma base sólida para a avaliação contínua das práticas e políticas em relação aos princípios ambientais, sociais e de governança para o segmento da indústria de equipamentos de estética. Através de uma abordagem metódica, foi possível identificar as áreas prioritárias que necessitam de atenção, permitindo que a organização direcione seus recursos e esforços de maneira mais eficaz. Além disso, a metodologia desenvolvida serve como um guia para futuras avaliações e aprimoramentos, assegurando que a empresa não apenas atenda às expectativas de stakeholders, mas também contribua de forma proativa para um futuro mais sustentável.

Assim, a finalização deste estudo não apenas marca o término de uma fase, mas também inaugura um novo capítulo em que as empresas podem aplicar os indicadores criados para monitorar seu desempenho de forma sistemática e transparente. No caso específico de uma indústria de equipamentos de estética, indicadores como critérios de ESG para selecionar seus fornecedores são de suma importância, uma vez que o setor é altamente regulado pela Anvisa e trata de questões de saúde. Assim como manter em seu portfólio de produtos, aqueles que tenham selo A Procel, pois são produtos que demandam alta utilização de energia para funcionamento durante os procedimentos. A implementação desses indicadores possibilitará uma compreensão mais clara das dinâmicas internas e externas que influenciam as práticas de ESG, promovendo uma cultura de responsabilidade e melhoria contínua. Com isso, a empresa se posiciona não apenas como uma entidade comprometida com as melhores práticas de gestão, mas também como um agente ativo na construção de um mundo mais sustentável, refletindo um compromisso genuíno com a transformação social e ambiental.

REFERÊNCIAS

ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. **O que vai bombar no mercado de beleza em 2020 - e render muito dinheiro** Disponível em: https://abihpec.org.br/o-que-vai-bombar-no-mercado-de-beleza-em-2020-e-render-muito-dinheiro/. Acesso em 1 abr. 2025

ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. **Brasil é o quarto maior mercado de beleza e cuidados pessoais do mundo.** Disponível em: https://abihpec.org.br/brasil-e-o-quarto-maior-mercado-de-beleza-e-cuidados-pessoais-do-mundo/. Acesso em 1 abr. 2025

ABNT PR2030. Ambiental, social e governança (ESG) - **Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações**. 1 ed. Dezembro, 2022.

ANVISA - Agência de Vigilância Sanitária. **Nota Técnica orienta sobre fiscalização sanitária em serviços de estética e em embelezamento. 2023.** Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2023/nota-tecnica-orienta-sobre-fiscalizacao-sanitaria-em-servicos-de-estetica-e-embelezamento#:~:text=Consolidado%20como%20um%20dos%20mais,microempreendedores%20e%20aut%C3%B4nomos%20do%20Brasil. Acesso 02 de abr. 2025.

BARBIERI. J. C.. **Desenvolvimento Sustentável. Das Origens à Agenda 2030**. São

Paulo: Editora Vozes, 2022

BRASIL. Lei Nº 14.831, de 27 de Março de 2024. Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental e estabelece os requisitos para a concessão da certificação. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 de Mar. de 2024.

BRASIL, Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica**. Taxonomia sustentável brasileira: Plano de ação para consulta pública**, 2023.

BRASIL. Resolução-RDC Nº 61, de 18 de novembro de 2011. **Dispõe sobre as regras de classificação dos produtos para diagnóstico de uso in vitro e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 de Nov. de 2011.

CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes de Lojas. **Mercado da beleza espera crescer 6% ao ano até 2027**. Disponível em: https://cndl.org.br/varejosa/mercado-de-beleza-espera-crescer-6-ao-ano-ate-2027/. Acesso em: 1 abr. 2025

COELHO. Augusto Cruz. **Introdução ao ESG: meio ambiente, social e governança corporativa**. São Paulo: Editora Escortecci, 2022.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Resolução CVM Nº 193, de 20 de outubro de 2023, com as alterações introduizdas pela resolução CVM Nº 219/24. **Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. Comissão de Valres**

Mobiliários. Brasília, DF, 20 de Out. de 2023. Disponível em: https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E.. **Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92**. Estudos Avançados, v. 11, n. 29, p. 399–408, jan. 1997. DOI: 10.1590/S0103-40141997000100019

COSTA, E.; FEREZIN, N. B.. **ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas**. Revista Alterjor, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 2, p. 79–95, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v24i2p79-95. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/187464.. Acesso em: 2 abr. 2025.

DINIZ, M. B.. **Meio Ambiente e Crescimento Econômico. In: Congresso de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento**, 2004, Florianopólis. Anais do Congresso de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento, 2004

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K.. Beyond the Business Case for Corporate Sustainability. Business Strategy and the Environment, 11, 130-141, 2002.

https://doi.org/10.1002/bse.323

ECCLES, Robert, KLIMENKO, Svetlana. ***The Investor Revolution***. 2019

FRIEDE, G.; BUSCH, T.; BASSEN, A. Journal of Sustainable Finance & Investment, Volume 5, Issue 4, p. 210-233, 2015, DOI: 10.1080/20430795.2015.1118917.

GRUPO O BOTICÁRIO. **Relatório ESG 2023.** Disponível em: https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Relatorio_ESG_23.pdf. Acesso em: 1 abr. 2025

GUIESE, G. et al.. The Journal of Portfolio Management July, 45 (5) 69 - 83, 2019. DOI: 10.3905/jpm.2019.45.5.069

GURSKI, B.; GONZAGA, R.; TENDOLINI, P.. **Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental**. Administração de Empresas em Revista, v. 1, n. 7: 65-79, 2012. Disponível em: https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/466/356. Acesso: 01 abr. 2025.

GRI - Global Reporting Initiative. Normas GRI Consolidadas. 2023. Disponível em: https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/. Acesso em: abr. 1 abr 2025

HILLER, M. **Branding: a arte de construir marcas**. São Paulo: Editora Trevisan, 2014.

IMPERADOR, A. M.; SILVA, M. V. H.. **Sustentabilidade Empresarial: considerações sobre diferentes sistemas de mensuração do desenvolvimento sustentável**. HOLOS, [S. l.], v. 3, p. 429–445, 2018. DOI: 10.15628/holos.2018.5916. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5916. Acesso em: 1 abr. 2025.

INSTITUTO LOJAS RENNER. **Relatório Anual 2023**. Disponível em: https://www.institutolojasrenner.org.br/wp-content/uploads/2024/06/2706024_Instituto-Lojas-Renner_RA23_V6.pdf. Acesso em: 1 abr. 2025

IPIRANGA, A.S.; 2011. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, Edição Especial • SÃO PAULO, SP • MAIO/JUN. 2011 • p. 13-20 • ISSN 1678-6971. https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000300002. Acesso em: 1 abr. 2025

ISAPS - ***International Society of Aesthetic Plastic Surgery*** **, 2023** - https://www.isaps.org/discover/about-isaps/global-statistics/reports-and-press-releases/global-survey-2023-full-report-and-press-releases/

JÚNIOR, F. da S. G.. **Desenvolvimento sustentável: conceitos, modelos e propostas para mensurações**. **Revista Ambientale** – UNEAL. Ano 3, Vol. 1, 2012, p. 85-98.

LARENTIS, F.; GIACOMELLO, C. P.; CAMARGO, M. E.. Análise da importância em pesquisas de satisfação através da regressão múltipla: estudo do efeito de diferentes pontos de escala. **Análise**. Porto Alegre, v. 23, n.3, p.258-269 set.-dez. 2012. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/face/article/view/13096. Acesso 1 abr. 2025.

MACEDO, P. de S.; ROCHA, P. S.; ROCHA, E. T.. ESG – os pilares para os desafios da sustentabilidade. **RECIMA21** 2022, 3 (9), e391920.

https://doi.org/10.47820/recima21.v3i9.1920.

MAZZIONI, S. et al.. **Reflexos das práticas ESG e da adesão aos ODS na reputação corporativa e no valor de mercado**. RGO - Revista Gestão Organizacional, 16(3), 59-77, 2023. DOI http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v16i3.7394.

MELLO, N. B.; FREIRE, J. A. Crescimento econômico e meio ambiente: a dimensão ambiental da globalização. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 51–66, 2016. Disponível em: https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/431. Acesso em: 1 abr. 2025.

NEGRINI, E.; SOUZA, Y. A.; BOTELHO, Ducineli Régis. ESG e AGENDA 2030: Análise Comparativa das Informações dos Relatórios de Sustentabilidade, à Luz da Materialidade Financeira e Estrutura Metodológica, In: **XV Congresso ANPCont**, On-line, 2021.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. Entenda o significado da sigla ESG (Ambiental, Social e Governança) e saiba como inserir esses princípios no dia a dia de sua empresa. **Pacto Global Rede Brasil**, São Paulo, 1 dez. 2020. Disponível em: https://www.pactoglobal.org.br/esg/ . Acesso em: 12 out. 2025.

PIRES, F. M.; FISCHER, A. L. . INTEGRAÇÃO ENTRE GESTÃO DE PESSOAS E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE: O CASO NATURA. **Revista de Gestão Social e Ambiental,** São Paulo (SP), v. 8, n. 1, p. 54–72, 2014. DOI: 10.24857/rgsa.v8i1.831. Disponível em: https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/831.

REIS, A. C. F.. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona da Franca de Manaus, 1982

Relatório anual ABIPLA - disponível em

https://abipla.org.br/wp-content/uploads/2023/01/11781_-ANUARIO-ABIPLA_2022_17-01-23_V_BAIXA_compressed.pdf

RIBEIRO, M. DE S. et al.. Nível de disclosure ambiental: postura proativa ou defensiva das empresas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 3, p. e2021–0236, 2022. https://doi.org/10.1590/S0034-759020220311

SANTOS, É. M. et al.. Enviromental, Social and Corporate Governance (ESG) no contexto empresarial brasileiro. **Rev. Dimensão**, Maceió, v. 11, n.1, p. 25-24, out/dez, 2022. DOI: 10.29327/222866.11.1-3

SCHLEICH, M. V.. Quais são as políticas e práticas em recursos humanos mais utilizadas pelas empresas com melhores índices ESG no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 5, p. e2021–0370, 2022.

SEBRAE. **Inovação|Sustentavilidade**. Qual a relação da matriz de materialidade com ESG? 2023. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/qual-a-relacao-da-matriz-de-materialidade-com-esg,3ef1daaaba757810VgnVCM1000001b00320aRCRD. Acesso em 01 abr. 2025.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. **Mercado de estética segue em crescimento no Brasil**. Disponível em: https://v1.go.senac.br/faculdade/site/noticia/5005-mercado-de-estetica-segue-em-crescimento-no-brasil. Acesso em: 1 abr. 2025

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. **Panora de mercado - Beleza 2023**. Disponível em: https://forumsetorial.senac.br/assets/images/panorama_mercado_beleza.pdf. Acesso em: 1 abr. 2025

SILVA, F.C.N.S; BARRETO, C. G. Sustentabilidade Empresarial e ESG: uma distinção imperativa. In: **Congresso Nacional de Administração**, 2021, 26o Congresso Nacional de Administração, 2021, p. 186-195.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Coleção Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

SOUZA, F. V. de; MEZZAROBA, O.. CONHECER PARA NÃO SE ILUDIR: (Re) leitura dos fundamentos do ESG. **Conpedi Law Review**, Florianopolis, Brasil, v. 8, n. 1, 2022. DOI: 10.26668/2448-3931_conpedilawreview/2022.v8i1.9061. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/9061. Acesso em: 1 abr. 2025.

TAGLIARI, V. C. et al.. Sustentabilidade Empresarial: importante para os negócios, a comunidade e o meio ambiente. **Revista Científica Unilago**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/588. Acesso em: 1 abr. 2025.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **The Ten Principles of the UN Global Compact**. UN Global Compact, Geneva, 15 maio 2006. Disponível em: https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principles.

VAN BELLEN, H. M.. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VERCIANO, M. C. Educação ambiental no Brasil como disciplina autônoma e obrigatória nos currículos escolares. **THEMIS: Revista da Esmec**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 81–112, 2023. Disponível em: **https://revistathemis.tjce.jus.br/THEMIS/article/view/971**. Acesso em: 1 abr. 2025.

VIANA, L. C. et al. Investimento em sustentabilidade e impacto mercadológico: uma avaliação a partir do ESG. **Desafio Online**, Campo Grande, v.10, n.1, Jan./Abr. 2022 DOI: doi.org/10.55028/don.v10i1.12320

VIEIRA, I.; SILVA, E.R.; MARTINI, L.C.. **A materialidade nos relatórios de sustentabilidade: revisão da literatura**. v.11 - n. 3. DOI: 10.6008/CBPC2237-9290.2021.003.0014

APÊNDICE A

Figura 1 Quadro do Eixo Ambiental para Definição dos Indicadores

	Tema	Assunto Relacionado	Impactos potenciais e/ou reais dos temas materiais	Compromisso e políticas	Indicador
AMBIENTAL (A)	**Energia**	Equipamentos com selo Procel A são mais eficientes, ajudando a reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) associados à produção de eletricidade, especialmente em regiões onde a geração de energia ainda depende de fontes fósseis. A diminuição da demanda de energia promove um uso mais racional dos recursos naturais, contribuindo diretamente para a sustentabilidade ambiental e para o cumprimento das metas de redução de carbono no âmbito dos compromissos climáticos globais.	**Impacto ambiental negativo**: O uso intensivo de energia, especialmente de fontes não renováveis, pode aumentar as emissões de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo para mudanças climáticas. Isso prejudica a reputação da empresa, principalmente em mercados sensíveis a questões ambientais. **Conformidade regulatória**: Governos e organizações internacionais estão implementando regulamentações mais rígidas em relação à eficiência energética e emissões de carbono. Não se adaptar a essas leis pode levar a multas, sanções ou restrições operacionais, especialmente em regiões com políticas ambientais rigorosas. **Perda de competitividade**: Consumidores e investidores estão cada vez mais atentos ao desempenho ESG das empresas. Organizações que não adotam práticas de eficiência energética podem perder clientes para concorrentes que priorizam produtos sustentáveis e com menor impacto ambiental.	Verificar junto aos órgãos competentes e certificadores, quais os critérios técnicos para obtenção de selo Procel A	Ter 50% do portfólio de produtos com Selo Procel A até o ano de 2027
	Água	A empresa pode enfrentar custos mais altos com a compra de água potável, especialmente em áreas onde as tarifas são elevadas ou onde há necessidade de racionamento. O maior uso de água potável gera maior volume de águas residuais, aumentando os custos de tratamento de esgoto. A descarga direta de águas cinzas (como a de sanitários) sem tratamento e reutilização pode contribuir para a contaminação de corpos d'água locais.	**Consumo excessivo de água potável**: Ao não reutilizar água da chuva ou água cinza (água dos sanitários), a empresa depende exclusivamente de água potável, o que pode aumentar a pressão sobre fontes de água limpa, especialmente em regiões com escassez hídrica. **Esgotamento dos recursos hídricos**: A captação de água potável sem a utilização de fontes alternativas contribui para o esgotamento de reservas de água subterrânea e rios. **Certificações ambientais**: A ausência de práticas de reutilização de água pode impedir que a empresa conquiste certificações ambientais importantes, como ISO 14001.	Coleta, filtragem e armazenagem da água da chuva: Instalar calhas e tubulações nos telhados para capturar água da chuva e armazená-la em cisternas ou tanques. A água pode ser usada para fins não potáveis, como irrigação de jardins, limpeza de áreas externas e descarga de sanitários.	Utilização de 100% de água de reuso para limpeza do chão e irrigação do jardim, até final de 2026
	Emissão de Carbono	A empresa pode enfrentar custos mais altos com a compra de água potável, especialmente em áreas onde as tarifas são elevadas ou onde há necessidade de racionamento. O maior uso de água potável gera maior volume de águas residuais, aumentando os custos de tratamento de esgoto. A descarga direta de águas cinzas (como a de sanitários) sem tratamento e reutilização pode contribuir para a contaminação de corpos d'água locais.	**Custos de recuperação de desastres naturais**: Eventos climáticos extremos geram elevados custos econômicos para governos e empresas, com reparações de infraestruturas danificadas e perdas econômicas por interrupções na produção. **Aquecimento global**: O CO_2 é um dos principais gases de efeito estufa, contribuindo diretamente para o aquecimento global. O aumento da temperatura média global leva a fenômenos climáticos extremos, como furacões, inundações, secas e incêndios florestais. **Desvalorização da marca**: Consumidores e investidores estão cada vez mais conscientes do impacto ambiental das empresas. A não adoção de práticas sustentáveis pode prejudicar a reputação de uma empresa, resultando em perda de clientes e investimentos.	Substituir materiais: Sempre que possível, substituir matérias-primas que tenham uma alta pegada de carbono por alternativas mais sustentáveis, como plásticos reciclados ou biomateriais.	Criar um programa de análise de mercado e busca por matérias-primas mais sustentáveis

Fonte: Elaborado pelo autor

Os indicadores foram classificados da seguinte forma:

- **Tema**: Energia
  - **Pergunta Vinculada**: "*Os produtos fabricados são considerados energeticamente eficazes com selo A Procel*"
  - **Possíveis Impactos**: impacto ambiental negativo, conformidade regulatória e perda de competitividade
  - **Compromisso**: Verificar junto aos órgãos competentes e certificadores, quais os critérios técnicos para obtenção de selo Procel A
  - **Indicador**: Ter 50% do portfólio de produtos com Selo Procel A até o ano de 2027
- **Tema**: Água
  - **Pergunta Vinculada**: "*A empresa realiza reaproveitamento da água?*"
  - **Possíveis Impactos**: consumo excessivo de água potável, esgotamento dos recursos hídricos, certificações ambientais
  - **Compromisso**: Coleta, filtragem e armazenagem de água da chuva
  - **Indicador**: Utilização de 100% de água de reuso para limpeza do chão e irrigação do jardim, até final de 2026
- **Tema**: Emissão de carbono
  - **Pergunta Vinculada**: "*A empresa mantém metas para redução de emissões de carbono*"
  - **Possíveis Impactos**: custos de recuperação de desastres naturais, aquecimento global, desvalorização da marca
  - **Compromisso**: substituir materiais com alta pegada de carbono, para outros mais sustentáveis

- **Indicador**: Criar um programa de análise de mercado e busca por matérias-primas mais sustentáveis.

Figura 2 Quadro do Eixo Social para Definição dos Indicadores

	Tema	Assunto Relacionado	Impactos potenciais e/ou reais dos temas materiais	Compromisso e políticas	Indicador
SOCIAL (S)	**Mercado**	A análise de fornecedores com critérios de ESG (Ambiental, Social e Governança) é fundamental para as empresas, pois ajuda a identificar riscos ocultos, como práticas ambientais prejudiciais e violações de direitos trabalhistas, além de garantir conformidade regulatória, reduzindo o risco de multas e danos à imagem.	**Penalidades e multas**: Se um fornecedor não cumprir regulamentações ambientais ou de trabalho, a empresa contratante pode enfrentar sanções legais ou multas, especialmente em setores altamente regulados. **Aumento de custos imprevistos**: Problemas no fornecimento de materiais ou serviços por causa de práticas insustentáveis (como poluição, trabalho escravo ou desastres ambientais) podem interromper a produção, resultando em custos adicionais para a empresa. **Interrupções na cadeia de suprimentos**: Fornecedores que não aderem a práticas ESG podem ser alvo de embargos, boicotes ou sanções, interrompendo o fornecimento de materiais ou insumos críticos para a empresa.	Revisão da Cadeia de Suprimentos: Escolher fornecedores sustentáveis que também implementam práticas de redução de CO_2 e adotar critérios ESG na seleção de parceiros. Substituir matérias-primas de alto impacto por alternativas recicladas ou de fontes renováveis.	Ter 50% dos fornecedores que comprovem práticas de ESG através de enquetes e documentação
	Mercado	A pesquisa de satisfação permite monitorar a eficácia de estratégias de marketing e comunicação, ajustando-as conforme necessário para melhor atender ao público-alvo. Em um mercado competitivo, manter uma pesquisa de satisfação não apenas ajuda a construir relacionamentos duradouros com os clientes, mas também impulsiona o crescimento e a inovação ao alinhar as ofertas da empresa às demandas do mercado.	**Desconhecimento das Necessidades**: A empresa pode não entender as necessidades e expectativas dos clientes, resultando em ofertas que não atendem às suas demandas. **Dificuldade em Identificar Problemas**: Problemas que afetam a experiência do cliente podem passar despercebidos, dificultando a resolução antes que se tornem questões maiores. **Decisões Baseadas em Suposições**: As empresas podem tomar decisões baseadas em suposições ou percepções incorretas sobre o que os clientes desejam, levando a investimentos ineficazes.	Comprometer-se a realizar pesquisas de forma contínua, em intervalos pré-definidos (mensal, trimestral, semestral), para acompanhar a evolução da satisfação dos clientes.	Manter uma pesquisa de satisfação de forma semestral contínua a partir de jan/25
	Segurança e Qualidade de Vida	Quando uma organização investe no bem-estar físico e mental de seus colaboradores, ela promove maior engajamento, satisfação e retenção de talentos, reduzindo o absenteísmo e a rotatividade. Além disso, funcionários que se sentem valorizados e apoiados tendem a ser mais motivados e a desempenhar suas funções de maneira mais eficiente, o que contribui diretamente para a melhoria dos resultados da empresa. Cuidar da qualidade de vida também reforça a reputação da empresa, atraindo novos talentos e fortalecendo sua imagem no mercado.	**Alta rotatividade**: A insatisfação no ambiente de trabalho pode levar à saída frequente de funcionários, aumentando os custos com recrutamento e treinamento. **Problemas de saúde mental**: A falta de apoio e cuidado pode agravar questões de saúde mental entre os colaboradores, como ansiedade e depressão. **Redução da inovação**: Funcionários valorizados ou motivados tendem a se engajar menos em processos criativos e inovadores. Isso pode limitar a capacidade da empresa de gerar novas ideias, melhorar processos e se adaptar a mudanças no mercado, impactando negativamente sua competitividade a longo prazo.	Flexibilizar horários de trabalho: Implementar políticas de home office ou horários flexíveis para permitir que os funcionários conciliem melhor a vida profissional e pessoal.	Ter sempre 20% da força de trabalho em home office até jul/26

Fonte: Elaborado pelo autor

Os indicadores foram classificados da seguinte forma:

- **Tema**: Mercado
    - **Pergunta Vinculada**: "*A empresa utiliza critérios de ESG para relacionamento com fornecedores*"
    - **Possíveis Impactos**: penalidades e multas, aumento de custos imprevistos, interrupções na cadeia de suprimentos
    - **Compromisso**: Revisão da cadeia de suprimentos, tendo preferência para empresas que tenham práticas de ESG comprovadas
    - **Indicador**: Ter 50% dos fornecedores que comprovem práticas de ESG através de enquetes e documentação
- **Tema**: Mercado
    - **Pergunta Vinculada**: "*A empresa realiza pesquisa de satisfação com cliente?*"
    - **Possíveis Impactos**: desconhecimento das necessidades, dificuldade em identificar problemas, decisões baseadas em suposições
    - **Compromisso**: comprometer-se a realizar pesquisas de satisfação com cliente de forma contínua
    - **Indicador**: Manter uma pesquisa de satisfação de forma semestral contínua a partir de jan/25
- **Tema**: Segurança e Qualidade de Vida
    - **Pergunta Vinculada**: "*A empresa é preocupada com a qualidade de vida do funcionário?*"
    - **Possíveis Impactos**: alta rotatividade, problemas de saúde mental, redução da inovação
    - **Compromisso**: flexibilizar horários de trabalho e implementar políticas de home office ou horários flexíveis
    - **Indicador**: Ter sempre 20% da força de trabalho em home office à partir de jul/26

Figura 3 Quadro do Eixo Governança para Definição dos Indicadores

	Tema	Assunto Relacionado	Impactos potenciais e/ou reais dos temas materiais	Compromisso e políticas	Indicador
GOVERNANÇA (G)	**Diretoria**	A atuação da diretoria em questões de ESG é crucial para o sucesso dessas iniciativas dentro da empresa. A alta liderança tem o poder de integrar a sustentabilidade e as práticas sociais e de governança ao núcleo da estratégia corporativa, garantindo que essas questões sejam priorizadas e recebam os recursos necessários. Quando a diretoria está envolvida, as práticas de ESG ganham legitimidade e alinhamento com os objetivos de longo prazo da empresa, promovendo uma cultura organizacional que valoriza o impacto positivo no meio ambiente, nas comunidades e na gestão ética.	**Falta de prioridade**: ESG pode ser visto como uma questão secundária, resultando na ausência de políticas e ações efetivas. **Desalinhamento estratégico**: Sem o apoio da liderança, práticas de ESG podem não se integrar à estratégia de longo prazo da empresa, reduzindo seu impacto. **Baixa retenção de talentos**: Funcionários podem se sentir desmotivados e desconectados da empresa, buscando oportunidades em empresas com maior compromisso social e ambiental.	Envolver stakeholders nas decisões de ESG: Manter diálogo contínuo com investidores, funcionários, clientes e comunidades, para entender suas expectativas e preocupações em relação às práticas de ESG, ajustando estratégias conforme necessário.	Manter reuniões estratégicas trimestrais com equipe de líderes para analisar ações voltadas para ESG
	Diretoria	A definição de metas de ESG pela diretoria é fundamental para integrar práticas sustentáveis e responsáveis à estratégia da empresa. Metas claras permitem direcionar esforços em áreas como redução de impactos ambientais, promoção de justiça social e melhoria da governança corporativa. Elas também facilitam o monitoramento do progresso, promovem accountability e demonstram o compromisso da liderança com práticas éticas e sustentáveis.	**Vulnerabilidade a Crises**: Sem um plano estruturado, a empresa pode estar mal preparada para responder a crises relacionadas a questões ESG. **Redução de Oportunidades de Investimento**: Investidores estão cada vez mais priorizando empresas com compromisso sólido com a sustentabilidade, o que pode limitar o acesso ao capital. **Desconexão com Tendências de Mercado**: A ausência de metas ESG pode resultar em uma desconexão com as expectativas crescentes do mercado por responsabilidade social e ambiental.	Treinamento e Capacitação: Investir em programas de treinamento para a equipe sobre práticas de ESG e a importância dessas metas para a empresa.	Formar um comitê dedicado a supervisionar e guiar as iniciativas de ESG, garantindo que as metas sejam priorizadas e atingidas até jul/26.
	Ética e Conduta	A manutenção de um relatório de sustentabilidade na empresa é fundamental para garantir a transparência e a prestação de contas em relação às práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) diante dos stakeholders, como acionistas, colaboradores e a comunidade. Esse documento serve como uma ferramenta essencial para monitorar metas e indicadores de desempenho, permitindo avaliar o progresso das iniciativas de sustentabilidade e identificar áreas para melhoria.	**Falta de Transparência**: A ausência de um relatório dificulta a comunicação clara sobre as práticas e impactos da empresa em questões ambientais, sociais e de governança (ESG), levando à desconfiança dos stakeholders. **Falta de Conscientização Interna**: A não elaboração de um relatório pode resultar em uma cultura de sustentabilidade fraca dentro da organização, com colaboradores menos informados e engajados nas iniciativas sustentáveis. **Falta de Comparabilidade**: A ausência de um relatório de sustentabilidade impede a comparação com outras empresas do setor, dificultando a identificação de melhores práticas e inovações na área.	Estabelecer uma política clara que destaque o compromisso da empresa com práticas sustentáveis e a importância do relatório. Formar um comitê responsável por supervisionar e coordenar as iniciativas de sustentabilidade e a elaboração do relatório, assegurando a inclusão de diferentes departamentos.	Criar um relatório de sustentabilidade até mar/26

Fonte: Elaborado pelo autor

Os indicadores foram classificados da seguinte forma:

- **Tema**: Diretoria
    - **Pergunta Vinculada**: "*Como a diretoria / gestão da empresa lida com as questões de ESG*"
    - **Possíveis Impactos**: falta de prioridade, desalinhamento estratégico, baixa retenção de talentos
    - **Compromisso**: Manter contato com funcionários, clientes, comunidade e governo sobre as questões de ESG, para entender suas expectativas sobre o assunto
    - **Indicador**: Manter reuniões estratégicas trimestrais com equipe de líderes para analisar ações voltadas para ESG
- **Tema**: Diretoria
    - **Pergunta Vinculada**: "*A empresa mantém relatório de sustentabilidade e/ou relato integrado*"
    - **Possíveis Impactos**: vulnerabilidade a crises, redução de oportunidade de investimentos, desconexão com tendências de mercado
    - **Compromisso**: Investir em programas de treinamento para a equipe sobre práticas de ESG e a importância dessas metas para a empresa.
    - **Indicador**: Formar um comitê dedicado a supervisionar e guiar as iniciativas de ESG, garantindo que as metas sejam priorizadas e atingidas até jul/26.
- **Tema**: Ética e Conduta de Trabalho
    - **Pergunta Vinculada**: "*A diretoria / gestão mantém metas para questões de ESG?*"
    - **Possíveis Impactos**: falta de transparência, falta de conscientização interna, falta de comparabilidade
    - **Compromisso**: estabelecer uma política clara que destaque o compromisso da empresa com práticas sustentáveis e a

importância do relatório.

- **Indicador**: Criar um relatório de sustentabilidade até mar/26

APÊNDICE B

Eixo Ambiental:

a. Resíduos

i. A empresa faz coleta seletiva de resíduos?

ii. A empresa realiza o processo de logística reversa para seus equipamentos?

iii. A empresa está de acordo com a Norma ISO 14001 de Gestão Ambiental?

As perguntas relacionadas ao tema Resíduos foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Ambiental, conforme abaixo:

- Pergunta “i” e “ii”: tema “Economia Circular e Gestão de Resíduos”, assunto “Gestão de Resíduos”;
- Pergunta “iii”: tema “Gestão Ambiental e Prevenção da Poluição”, assunto “Gestão Ambiental”.

b. Água

i. A empresa realiza reaproveitamento da água?

ii. A empresa realiza gestão sobre os recursos hídricos?

As perguntas relacionadas ao tema Água foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Ambiental, conforme abaixo:

- Pergunta “i” e “ii”: tema “Recursos Hídricos”, assunto “Uso da Água”.

c. Natureza

i. A empresa mantém apoio a projetos de conscientização ambientais?

ii. A empresa participa de projetos de revitalização da fauna e flora local?

As perguntas relacionadas ao tema Natureza foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Ambiental, conforme abaixo:

- Pergunta “i” e “ii”: tema “Gestão Ambiental e Prevenção da Poluição”, assunto “Gestão Ambiental”.

d. Energia

i. A empresa utiliza recurso energético de fontes renováveis?

ii. Os produtos fabricados são considerados energeticamente eficazes com selo A Procel?

As perguntas relacionadas ao tema Energia foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Ambiental, conforme abaixo:

- Perguntas “i” e “ii”: tema “Mudanças Climáticas”, assunto “Eficiência Energética”.

e. Pegada de Carbono

i. A empresa mantém práticas para a redução de emissões de carbono?

ii. A empresa mantém metas para a redução de emissões de carbono?

As perguntas relacionadas ao tema Pegada de Carbono foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Ambiental, conforme abaixo:

- Perguntas “i” e “ii”: tema “Mudanças Climáticas”, assunto “Mitigação de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEE).

Eixo Social

a. Trabalho

i. O ambiente de trabalho é limpo e salubre?

ii. A empresa mantém políticas de respeito aos Direitos Humanos?

iii. A empresa mantém política de apoio à diversidade e contratação de colaboradores LGBTQIA+?

As perguntas relacionadas ao tema Trabalho foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Social, conforme abaixo:

- Pergunta “i” e “ii”: tema “Relação e Práticas de Trabalho”, assunto “Saúde e Segurança Ocupacional”
- Pergunta “iii”: tema “Diversidade, Equidade e Inclusão”, assunto “Cultura e Promoção de Inclusão”

b. Mercado

i. A empresa mantém uma política de relacionamento com clientes?
ii. A empresa utiliza critérios de ESG para relacionamento com fornecedores?
iii. A empresa realiza pesquisa de satisfação com cliente?

As perguntas relacionadas ao tema Mercado foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Social, conforme abaixo:

- Pergunta “i” e “iii”: tema “Promoção de Responsabilidade Social na Cadeia de Valor”, assunto “Relacionamento com Consumidores e Clientes”
- Pergunta “i”: tema “Promoção de Responsabilidade Social na Cadeia de Valor”, assunto “Relacionamento com Fornecedores”

c. Equipe

i. A empresa realiza pesquisa de clima organizacional?
ii. A empresa mantém política de benefícios e bônus?
iii. A empresa mantém programas de desenvolvimento profissional?

As perguntas relacionadas ao tema Mercado foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Social, conforme abaixo:

- Pergunta “i”: tema “Relações e Práticas do Trabalho”, assunto “Qualidade de Vida”
- Pergunta “ii”: tema “Relação e Práticas do Trabalho”, assunto “Política de Remuneração e Benefícios”
- Pergunta “iii”: tema “Relação e Práticas do Trabalho”, assunto “Desenvolvimento Profissional”

d. Comunidade

i. A empresa doa parte dos seus impostos para causas sociais?
ii. A empresa doa parte dos seus lucros? para causas sociais?
iii. A empresa participa de projetos de desenvolvimento das

comunidades locais e impacto social?

As perguntas relacionadas ao tema Comunidade foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Social, conforme abaixo:

- Perguntas “i” e “ii”: tema “Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial”, assunto “Investimento Social Privado”
- Pergunta “iii”: tema “Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial”, assunto “Impacto Social”

e. Segurança e Qualidade de Vida

i. A empresa é preocupada com a qualidade de vida dos funcionários?

ii. A empresa mantém a liberdade de associação?

As perguntas relacionadas ao tema Segurança e Qualidade de Vida foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Social, conforme abaixo:

- Perguntas “i”: tema “Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial”, assunto “Diálogo e Engajamento das Partes Interessadas”
- Pergunta “ii”: tema “Relações e Práticas de Trabalho”, assunto “Liberdade de Associação”

Eixo Governança

a. Finanças

i. A empresa possui auditoria externa?

ii. A empresa mantém orçamento financeiro?

As perguntas relacionadas ao tema Finanças foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Governança, conforme abaixo:

- Pergunta “i”: tema “Práticas de Controle e Gestão”, assunto “Auditoria Interna e Externa”
- Pergunta “ii”: tema “Práticas de Controle e Gestão”, assunto “Controles Internos”

b. Diretoria

i. A empresa mantém estrutura de governança corporativa?

ii. Como a diretoria / gestão da empresa lida com as questões de ESG?

iii. A diretoria / gestão possui metas para questões de ESG?

As perguntas relacionadas ao tema Diretoria foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Governança, conforme abaixo:

- Pergunta “i”: tema “Governança Corporativa”, assunto “Estruturas e Composição da Governança Corporativa”
- Pergunta “ii”: tema “Práticas de Controle e Gestão”, assunto “Controles Internos”. Essa pergunta teve o objetivo de ter uma visão geral por parte dos entrevistados, identificando nas respostas se é algo prioritário, tratado de forma rigorosa ou mais branda.
- Pergunta “iii”: tema “Práticas de Controle e Gestão”, assunto “Controles Internos”

c. Ética e Conduta

i. Como a empresa lida com questões de denúncias e canal de comunicação com o funcionário?

ii. A empresa está de acordo com as normas legais e regulamentares do mercado de atuação?

iii. A empresa mantém relatório de sustentabilidade e/ou relato integrado?

As perguntas relacionadas ao tema Ética e Conduta foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Governança, conforme abaixo:

- Pergunta “i”: tema “Práticas de Controle de Gestão”, assunto “Controles Internos”
- Pergunta “ii”: tema “Práticas de Controle de Gestão”, assunto “Ambiente Legal e Regulatório”
- Pergunta “iii”: tema “Transparência na Gestão”, assunto “Relatório ESG, de Sustentabilidade e/ou Relato Integrado”

d. Relação com o Governo

i. A empresa mantém comunicação com orgãos públicos para melhorias das políticas públicas?

ii. Participa das leis de incentivo governamentais para desenvolvimento local?
iii. Como a empresa lida com questões exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)?

As perguntas relacionadas ao tema Relação com o Governo foram selecionadas por serem assuntos tratados na PR 2030, Eixo Governança, conforme abaixo:

- Pergunta “i” e “ii”: tema “Conduta Empresarial”, assunto “Engajamento das Partes Interessadas”
- Pergunta “iii”: tema “Práticas de Controle de Gestão”, assunto “Privacidade de Dados Pessoais”

APÊNDICE C

Quadro 1 – Materialidade da Dimensão Ambiental - Resíduos

Ambiental	
Resíduos	PR2030
1. A empresa faz coleta seletiva de resíduos?	Ambiental - Economia circular e gestão de resíduos - Gestão de resíduos
A empresa tem um programa de coleta seletiva de resíduos eficaz e integral, com ampla conscientização e engajamento de todos os funcionários.	100%
A empresa mantém um programa de coleta seletiva de resíduos bem estruturado e funcional, com boa participação dos colaboradores.	75%
A empresa faz coleta seletiva de resíduos, mas a prática é irregular e falta comunicação e incentivo aos funcionários.	50%
A empresa realiza coleta seletiva de resíduos, mas de maneira inadequada ou em pequena escala.	25%
A empresa não realiza coleta seletiva de resíduos e não possui iniciativas nessa área.	0%
2. A empresa realiza o processo de logística reversa para seus equipamentos?	Ambiental - Economia circular e gestão de resíduos - Gestão de resíduos
A empresa realiza um processo de logística reversa eficaz e abrangente para seus equipamentos, garantindo a correta destinação e reutilização.	100%
A empresa mantém um processo de logística reversa bem estruturado para seus equipamentos, com boa participação dos colaboradores.	75%
A empresa realiza logística reversa para alguns equipamentos, mas o processo é irregular e carece de comunicação e incentivo.	50%
A empresa tem algumas iniciativas de logística reversa, mas elas são inadequadas ou limitadas.	25%
A empresa não realiza o processo de logística reversa para seus equipamentos e não possui iniciativas nessa área.	0%
3. A empresa está de acordo com a Norma ISO 14001 de Gestão Ambiental?	Ambiental - Gestão ambiental e prevenção da poluição
A empresa é certificada pela Norma ISO 14001, demonstrando um compromisso sólido com a gestão ambiental e melhoria contínua.	100%
A empresa está em conformidade com a Norma ISO 14001, com práticas de gestão ambiental estabelecidas e monitoradas.	75%
A empresa está em processo de implementação de práticas para atender à Norma ISO 14001, mas ainda não obteve a certificação	50%
A empresa tem algumas práticas de gestão ambiental, mas não está formalmente certificada pela ISO 14001.	25%
A empresa não está em conformidade com a Norma ISO 14001 e não possui práticas de gestão ambiental adequadas.	0%

Fonte: Desenvolvida pelo autor

Quadro 2 – Materialidade da Dimensão Ambiental - Energia

Ambiental		
Energia		PR2030
1. A empresa utiliza recurso energético de fontes renováveis?	Ambiental - Mudanças climáticas - Eficiência energética	
A empresa é proativa na utilização de recursos energéticos de fontes renováveis, integrando-os em suas operações de maneira eficaz e sustentável.		100%
A empresa utiliza recursos energéticos de fontes renováveis de forma regular, com uma estratégia clara e participação significativa.		75%
A empresa faz uso de fontes renováveis de energia ocasionalmente, mas não há uma estratégia definida ou monitoramento.		50%
A empresa utiliza algumas fontes renováveis de energia, mas de maneira limitada e sem um compromisso claro.		25%
A empresa não utiliza recursos energéticos de fontes renováveis e depende exclusivamente de fontes não renováveis.		0%
2. Os produtos fabricados são considerados energeticamente eficazes com selo A Procel?	Ambiental - Mudanças climáticas - Eficiência energética	
Todos os produtos fabricados são considerados energeticamente eficazes e possuem o selo A Procel, refletindo um forte compromisso com a eficiência energética.		100%
A maioria dos produtos fabricados pela empresa é considerada energeticamente eficaz e possui o selo A Procel.		75%
A empresa produz uma mistura de produtos, alguns dos quais têm o selo A Procel, mas a maioria não é amplamente promovida ou utilizada.		50%
A empresa fabrica alguns produtos que possuem eficiência energética, mas não todos têm o selo A Procel.		25%
Os produtos fabricados não possuem o selo A Procel e não são considerados energeticamente eficazes.		0%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 3 – Materialidade da Dimensão Ambiental - Água e Pegada de Carbono

Ambiental	
Água	PR2030
1. A empresa realiza reaproveitamento da água?	Ambiental - Recursos hídricos - Uso da água
A empresa implementa práticas eficazes de reaproveitamento de água, com um sistema abrangente e forte engajamento de todos os colaboradores.	100%
A empresa mantém um programa de reaproveitamento de água bem estruturado, com boa participação e conscientização dos funcionários.	75%
A empresa realiza reaproveitamento de água, mas a prática é irregular e carece de divulgação e incentivo aos colaboradores.	50%
A empresa tem algumas iniciativas de reaproveitamento de água, mas são inadequadas ou em pequena escala.	25%
A empresa não realiza nenhuma prática de reaproveitamento de água e não possui iniciativas nessa área.	0%
Pegada de carbono	
1. A empresa mantém práticas para a redução de emissões de carbono?	Ambiental - Mudanças climáticas - Mitigação de emissões de gases do efeito estufa (GEE)
A empresa é altamente engajada na implementação de práticas eficazes para a redução de emissões de carbono, demonstrando um compromisso sólido com a sustentabilidade.	100%
A empresa mantém um conjunto de práticas bem definidas para a redução de emissões de carbono, com ações visíveis e acompanhamento.	75%
A empresa realiza algumas ações para a redução de emissões de carbono, mas sem um planejamento ou monitoramento claro.	50%
A empresa tem algumas práticas de redução de emissões de carbono, mas são limitadas e pouco eficazes.	25%
A empresa não possui práticas para a redução de emissões de carbono e não demonstra interesse em iniciativas nessa área.	0%
2. A empresa mantém metas para a redução de emissões de carbono?	Ambiental - Mudanças climáticas - Mitigação de emissões de gases do efeito estufa (GEE)
A empresa tem metas ambiciosas e bem estruturadas para a redução de emissões de carbono, com um acompanhamento rigoroso e relatórios regulares sobre o progresso	100%
A empresa mantém metas claras e definidas para a redução de emissões de carbono, com ações visíveis para alcançá-las.	75%
A empresa possui metas para a redução de emissões de carbono, mas a implementação e o acompanhamento são limitados.	50%
A empresa tem algumas metas de redução de emissões de carbono, mas são vagas, pouco claras ou não são comunicadas.	25%
A empresa não possui metas para a redução de emissões de carbono e não demonstra compromisso nessa área.	0%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 4 – Materialidade da Dimensão Social - Trabalho

Social	
Trabalho	**PR2030**
1. O ambiente de trabalho é limpo e salubre?	**Social - Relações e práticas de trabalho - Saúde e segurança ocupacional**
O ambiente de trabalho é excepcionalmente limpo e salubre, com um forte compromisso com a saúde e segurança dos colaboradores.	100%
O ambiente de trabalho é limpo e salubre, com práticas adequadas de higiene e saúde sendo seguidas.	75%
O ambiente de trabalho é razoavelmente limpo e salubre, mas há espaço para melhorias significativas.	50%
O ambiente de trabalho apresenta problemas de limpeza e saúde, mas algumas melhorias estão sendo feitas.	25%
O ambiente de trabalho é sujo e insalubre, com sérias deficiências em limpeza e cuidados com a saúde.	0%
2. A empresa mantém políticas de respeito aos Direitos Humanos?	**Social - Relações e práticas de trabalho - Saúde e segurança ocupacional**
A empresa é fortemente comprometida com os Direitos Humanos, mantendo políticas abrangentes e eficazes, além de promover ativamente a conscientização e o respeito a essas diretrizes entre os colaboradores.	100%
A empresa mantém políticas claras e estruturadas de respeito aos Direitos Humanos, com ações visíveis para garantir seu cumprimento.	75%
A empresa possui políticas de respeito aos Direitos Humanos, mas a implementação e a comunicação são inconsistentes.	50%
A empresa tem algumas políticas relacionadas a Direitos Humanos, mas são limitadas ou pouco eficazes.	25%
A empresa não possui políticas de respeito aos Direitos Humanos e não demonstra compromisso com essa questão.	0%
3. A empresa mantém política de apoio à diversidade e contratação de colaboradores LGBTQIA+?	**Social - Diversidade, equidade e inclusão - Cultura e promoção de inclusão**
A empresa é fortemente comprometida com a diversidade, mantendo políticas abrangentes que promovem ativamente a inclusão e a contratação de colaboradores LGBTQIA+, criando um ambiente de trabalho acolhedor e respeitoso.	100%
A empresa mantém uma política clara de apoio à diversidade e à contratação de colaboradores LGBTQIA+, com ações visíveis e um ambiente inclusivo.	75%
A empresa possui uma política de diversidade, mas sua implementação e apoio à contratação de colaboradores LGBTQIA+ são limitados e não amplamente comunicados.	50%
A empresa tem algumas iniciativas relacionadas à diversidade, mas não são efetivas ou suficientemente visíveis para apoiar a contratação de colaboradores LGBTQIA+.	25%
A empresa não possui nenhuma política de apoio à diversidade ou à contratação de colaboradores LGBTQIA+.	0%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 5 – Materialidade da Dimensão Social - Mercado

Social	
Mercado	**PR2030**
1. A empresa mantém uma política de relacionamento com clientes?	**Social - Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor - Relacionamento com consumidores e clientes**
A empresa é fortemente comprometida com o relacionamento com clientes, mantendo políticas abrangentes e eficazes que promovem uma comunicação aberta, feedback ativo e um atendimento excepcional.	100%
A empresa mantém uma política clara e estruturada de relacionamento com clientes, com práticas visíveis para garantir a satisfação e o engajamento.	75%
A empresa possui uma política de relacionamento com clientes, mas a implementação e a comunicação são inconsistentes e limitadas.	50%
A empresa tem algumas diretrizes relacionadas ao relacionamento com clientes, mas são inadequadas ou pouco eficazes.	25%
A empresa não possui nenhuma política de relacionamento com clientes e não demonstra interesse em estabelecer vínculos com eles.	0%
2. A empresa utiliza critérios de ESG para relacionamento com fornecedores?	**Social - Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor - Relacionamento com fornecedores**
A empresa é altamente comprometida com a utilização de critérios de ESG em seu relacionamento com fornecedores, garantindo que todos os parceiros compartilhem valores alinhados com a sustentabilidade e responsabilidade social.	100%
A empresa mantém critérios de ESG bem definidos para a seleção e relacionamento com fornecedores, com práticas visíveis e um compromisso claro.	75%
A empresa utiliza critérios de ESG em algumas situações ao se relacionar com fornecedores, mas a aplicação é inconsistente e não está bem comunicada.	50%
A empresa tem algumas iniciativas para considerar critérios de ESG, mas são limitadas e não têm um impacto significativo nas escolhas de fornecedores.	25%
A empresa não utiliza critérios de ESG em seu relacionamento com fornecedores e não demonstra interesse em integrar essas práticas.	0%
3. A empresa realiza pesquisa de satisfação com cliente?	**Social - Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor - Relacionamento com consumidores e clientes**
A empresa é altamente comprometida em realizar pesquisas de satisfação com clientes, com um sistema estruturado que garante que o feedback seja amplamente utilizado para promover melhorias significativas.	100%
A empresa mantém um processo regular de pesquisa de satisfação com clientes, utilizando os resultados para aprimorar produtos e serviços.	75%
A empresa realiza pesquisas de satisfação com clientes ocasionalmente, mas os resultados não são consistentemente utilizados para melhorias.	50%
A empresa faz algumas pesquisas de satisfação, mas são limitadas e não abrangem a maioria dos clientes ou situações.	25%
A empresa não realiza pesquisas de satisfação com clientes e não demonstra interesse em coletar feedback.	0%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 6 – Materialidade da Dimensão Social - Equipe

Social	
Equipe	**PR2030**
1. A empresa realiza pesquisa de clima organizacional?	**Social - Relações e práticas do trabalho - Qualidade de vida**
A empresa está fortemente comprometida em realizar pesquisas de clima organizacional de maneira contínua e estruturada, utilizando os resultados para promover um ambiente de trabalho positivo.	**100%**
A empresa realiza pesquisas de clima organizacional de forma regular, buscando entender e melhorar o ambiente de trabalho.	**75%**
A empresa realiza pesquisas de clima organizacional ocasionalmente, mas não há uma regularidade ou metodologia clara.	**50%**
A empresa faz algumas pesquisas de clima, mas são raras e não abrangem todos os colaboradores ou setores.	**25%**
A empresa não realiza pesquisas de clima organizacional e não demonstra interesse em entender o ambiente de trabalho.	**0%**
2. A empresa mantém política de benefícios e bônus?	**Social - Relações e práticas do trabalho - Políca de remuneração e benefícios**
A empresa é altamente comprometida em oferecer uma política abrangente de benefícios e bônus, que atende às expectativas dos colaboradores e reconhece seu desempenho.	**100%**
A empresa mantém uma política clara e estruturada de benefícios e bônus, que é bem comunicada e aplicada de maneira justa.	**75%**
A empresa possui uma política de benefícios e bônus, mas a comunicação e a aplicação são inconsistentes.	**50%**
A empresa tem algumas iniciativas relacionadas a benefícios e bônus, mas são limitadas e não atendem às necessidades dos colaboradores.	**25%**
A empresa não possui nenhuma política de benefícios e bônus, e não demonstra interesse em oferecer incentivos aos colaboradores.	**0%**
3. A empresa mantém relatório de sustentabilidade e/ou relato integrado?	**Social - Diversidade, equidade e inclusão - Desenvolvimento profissional**
A empresa é fortemente comprometida com o desenvolvimento profissional, oferecendo uma variedade de programas abrangentes que incentivam o crescimento contínuo e o aprimoramento das habilidades dos colaboradores.	**100%**
A empresa mantém programas estruturados de desenvolvimento profissional, com oportunidades regulares de aprendizado e crescimento para os colaboradores.	**75%**
A empresa possui programas de desenvolvimento profissional, mas a participação e a eficácia desses programas são irregulares.	**50%**
A empresa tem algumas iniciativas de desenvolvimento profissional, mas são limitadas e não abrangem todos os colaboradores ou áreas.	**25%**
A empresa não possui programas de desenvolvimento profissional e não demonstra interesse em investir no crescimento de seus colaboradores.	**0%**

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 7 – Materialidade da Dimensão Social - Comunidade

Social	
Comunidade	PR2030
1. A empresa doa parte dos impostos para causa sociais?	Social - Diálogo social e desenvolvimento territorial - Investimento social privado
A empresa é altamente comprometida em doar parte dos impostos para causas sociais, integrando essas práticas em sua estratégia de responsabilidade social e promovendo um impacto positivo significativo.	100%
A empresa mantém uma prática consistente de doação de parte dos impostos para causas sociais, com um compromisso visível e documentação das iniciativas.	75%
A empresa doa parte dos impostos para algumas causas sociais, mas a frequência e o impacto dessas doações são irregulares.	50%
A empresa faz algumas doações para causas sociais, mas são limitadas e não são amplamente comunicadas.	25%
A empresa não doa parte dos impostos para causas sociais e não demonstra interesse em apoiar iniciativas desse tipo.	0%
2. A empresa doa parte dos lucros para causas sociais?	Social - Diálogo social e desenvolvimento territorial - Investimento social privado
A empresa é altamente comprometida em doar parte dos lucros para causas sociais, integrando essas práticas em sua estratégia de responsabilidade social e promovendo um impacto positivo significativo.	100%
A empresa mantém uma prática consistente de doação de parte dos lucros para causas sociais, com um compromisso visível e documentação das iniciativas.	75%
A empresa doa parte dos lucros para algumas causas sociais, mas a frequência e o impacto dessas doações são irregulares.	50%
A empresa faz algumas doações para causas sociais, mas são limitadas e não são amplamente comunicadas.	25%
A empresa não doa parte dos lucros para causas sociais e não demonstra interesse em apoiar iniciativas desse tipo.	0%
3. A empresa participa de projetos de desenvolvimento das comunidades locais e impacto social?	Social - Diálogo social e desenvolvimento territorial - Impacto social
A empresa é fortemente comprometida em participar de projetos de desenvolvimento das comunidades locais e impacto social, promovendo iniciativas que geram mudanças positivas e duradouras.	100%
A empresa mantém um compromisso ativo em participar de projetos de desenvolvimento das comunidades locais, com ações visíveis e contribuições relevantes.	75%
A empresa está envolvida em projetos de desenvolvimento das comunidades locais, mas a participação e os resultados são inconsistentes e não bem divulgados.	50%
A empresa participa de alguns projetos de desenvolvimento comunitário, mas de forma limitada e sem um impacto significativo.	25%
A empresa não participa de projetos de desenvolvimento das comunidades locais e não demonstra interesse em iniciativas de impacto social.	0%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 8 – Materialidade da Dimensão Social - Segurança e Qualidade de Vida

Social	
Segurança e Qualidade de Vida	**PR2030**
1. A empresa é preocupada com a qualidade de vida dos funcionários?	**Social - Diálogo social e desenvolvimento territorial - Diálogo e engajamento das partes interessadas**
A empresa está fortemente comprometida com a qualidade de vida dos funcionários, implementando uma ampla gama de iniciativas e recursos para garantir seu bem-estar e satisfação no ambiente de trabalho.	**100%**
A empresa é comprometida em promover a qualidade de vida dos funcionários, oferecendo recursos e programas que visam melhorar seu bem-estar.	**75%**
A empresa demonstra preocupação com a qualidade de vida dos funcionários, mas as ações implementadas são inconsistentes e não abrangem todas as áreas necessárias.	**50%**
A empresa faz algumas tentativas de abordar a qualidade de vida dos funcionários, mas essas iniciativas são limitadas e pouco efetivas.	**25%**
A empresa não demonstra preocupação com a qualidade de vida dos funcionários e não implementa iniciativas nesse sentido.	**0%**
2. A empresa mantém a liberdade de associação?	**Social - Relações e práticas de trabalho - Liberdade de associação**
A empresa é fortemente comprometida com a liberdade de associação, promovendo ativamente a organização dos funcionários e garantindo que possam participar de sindicatos sem receios.	**100%**
A empresa apoia a liberdade de associação, oferecendo um ambiente que permite aos funcionários se organizarem e participarem de sindicatos.	**75%**
A empresa possui uma política de liberdade de associação, mas a implementação e o apoio a essa prática são inconsistentes.	**50%**
A empresa reconhece a liberdade de associação, mas não oferece suporte ativo ou um ambiente que a promova efetivamente.	**25%**
A empresa não apoia a liberdade de associação e não permite que os funcionários se organizem ou participem de sindicatos.	**0%**

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 9 – Materialidade da Dimensão Governança - Finanças

Governança	
Finanças	**PR2030**
1. A empresa possui auditoria externa	**Governança - Práticas de controle e gestão - Auditorias interna e externa**
A empresa realiza auditorias externas frequentes e rigorosas, integrando-as de forma estratégica para assegurar a conformidade e promover melhorias contínuas.	100%
A empresa possui auditorias externas regulares, que ajudam a garantir conformidade e transparência.	75%
A empresa realiza auditorias externas de forma ocasional, mas não há uma frequência ou compromisso claramente definido.	50%
A empresa raramente realiza auditorias externas e elas não são uma prática regular ou prioritária.	25%
A empresa não realiza auditoria externa e não há nenhuma iniciativa para implementar esse processo.	0%
2. A empresa mantém orçamento financeiro	**Governança - Práticas de controle e gestão - Controles internos**
A empresa possui um orçamento financeiro detalhado, rigorosamente monitorado e alinhado com suas metas estratégicas.	100%
A empresa mantém um orçamento financeiro bem estruturado, com controle razoável sobre despesas e receitas.	75%
A empresa mantém um orçamento financeiro básico, mas há pouca clareza ou controle sobre sua execução.	50%
A empresa possui um orçamento financeiro, mas ele é desorganizado ou mal gerido.	25%
A empresa não mantém um orçamento financeiro formal ou estruturado.	0%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 10 – Materialidade da Dimensão Governança - Diretoria

Governança	
Diretoria	PR2030
1. A empresa mantém uma estrutura de governança corporativa	**Governança - Governança corporativa - Estruturas e composição da governança corporativa**
A empresa mantém uma estrutura de governança corporativa robusta, que é eficaz, transparente e alinhada com as melhores práticas do setor.	100%
A empresa possui uma estrutura de governança corporativa bem definida e funcional, com papéis e responsabilidades claros.	75%
A empresa mantém uma estrutura básica de governança corporativa, mas a eficácia e a comunicação podem ser limitadas.	50%
A empresa tem alguma forma de governança corporativa, mas é inadequada ou mal definida.	25%
A empresa não possui uma estrutura de governança corporativa ou não a considera relevante.	0%
2. Como a diretoria / gestão da empresa lida com as questões de ESG?	**Governança - Práticas de controle de gestão - Controles internos**
A diretoria/gestão dá alta prioridade às questões de ESG, integrando-as em sua estratégia e cultura organizacional de maneira eficaz e consistente.	100%
A diretoria/gestão trata as questões de ESG com seriedade, implementando políticas e ações significativas.	75%
A diretoria/gestão lida com as questões de ESG de maneira intermediária, sem destaque ou prioridade clara.	50%
A diretoria/gestão aborda as questões de ESG de forma superficial, com poucas iniciativas ou comprometimento real.	25%
A diretoria/gestão ignora ou negligencia as questões de ESG, sem qualquer ação ou política relevante.	0%
3. A diretoria / gestão possui metas para questões de ESG?	**Governança - Práticas de controle de gestão - Controles internos**
A diretoria/gestão tem metas robustas e estratégicas de ESG, que são ativamente monitoradas e comunicadas.	100%
A diretoria/gestão estabelece metas relevantes e claras para questões de ESG, com progresso visível.	75%
A diretoria/gestão possui algumas metas de ESG, mas não são amplamente comunicadas ou priorizadas.	50%
Existem poucas metas de ESG estabelecidas pela diretoria/gestão, e elas são pouco significativas ou insuficientes.	25%
A diretoria/gestão não possui metas claras ou visíveis relacionadas a questões de ESG.	0%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 11 – Materialidade da Dimensão Governança - Ética e Conduta

Governança	
Ética e Conduta	**PR2030**
1. Como a empresa lida com questões de denúncias e canal de comunicação com o funcioário?	**Governança - Práticas de controle de gestão - Controles internos**
A empresa trata as denúncias com seriedade, com um canal de comunicação eficiente, confidencial e amplamente utilizado pelos funcionários.	100%
A empresa lida com denúncias de forma apropriada e possui um canal de comunicação funcional e acessível para os funcionários.	75%
A empresa tem um canal de comunicação para denúncias, mas sua utilização e eficácia são medianas, sem grande destaque.	50%
A empresa possui um canal de comunicação para denúncias, mas ele é ineficaz, pouco acessível ou raramente utilizado.	25%
A empresa não possui um canal de comunicação adequado para denúncias e ignora ou não trata essas questões de maneira adequada.	0%
2. A empresa está de acordo com as normas legais e regulamentares do mercado de atuação?	**Governança - Práticas de controle de gestão - Ambiente legal e regulatório**
A empresa é fortemente comprometida em estar em conformidade com todas as normas legais e regulamentares do mercado de atuação, realizando auditorias regulares e implementando melhorias contínuas para garantir a conformidade total.	100%
A empresa mantém uma conformidade sólida com as normas legais e regulamentares do mercado de atuação, com processos em vigor para garantir que as exigências sejam atendidas.	75%
A empresa cumpre algumas normas legais e regulamentares, mas a aplicação e a consistência no cumprimento são irregulares.	50%
A empresa tem algumas iniciativas para cumprir as normas legais, mas há deficiências significativas que podem comprometer a conformidade.	25%
A empresa não cumpre com as normas legais e regulamentares do mercado de atuação e não demonstra interesse em se adequar a essas exigências.	0%
3. A empresa mantém relatório de sustentabilidade e/ou relato integrado?	**Governança - Transparência na gestão - Relatório ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado**
A empresa é altamente comprometida em produzir relatórios de sustentabilidade e/ou relatos integrados, apresentando informações detalhadas e transparentes sobre suas práticas e impactos sociais e ambientais.	100%
A empresa mantém um relatório de sustentabilidade e/ou relato integrado de forma regular, comunicando suas práticas e resultados em relação à sustentabilidade.	75%
A empresa possui um relatório de sustentabilidade ou relato integrado, mas a frequência de publicação e a qualidade das informações apresentadas são irregulares.	50%
A empresa realiza algumas iniciativas relacionadas a relatórios, mas não mantém um relatório de sustentabilidade ou relato integrado consistente e abrangente.	25%
A empresa não possui um relatório de sustentabilidade ou relato integrado e não demonstra interesse em produzir esse tipo de documento.	0%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Quadro 12 – Materialidade da Dimensão Governança - Relação com Governo

Governança	
Relação com Governo	PR2030
1. A empresa mantém comunicação com orgãos públicos para melhorias das políticas públicas?	**Governança - Conduta empresarial - Engajamento das partes interessadas**
A comunicação da empresa com órgãos públicos é transparente, clara e extremamente eficaz em todos os aspectos.	100%
A comunicação da empresa com órgãos públicos é eficaz e atende às expectativas na maioria das vezes.	75%
A comunicação da empresa com órgãos públicos é satisfatória, mas poderia ser aprimorada em alguns aspectos.	50%
A comunicação da empresa com órgãos públicos apresenta falhas significativas e precisa de melhorias.	25%
A comunicação da empresa com órgãos públicos é ineficaz e carece de transparência e clareza.	0%
2. Participa das leis de incentivo governamentais para desenvolvimento local?	**Governança - Conduta empresarial - Engajamento das partes interessadas**
A empresa é proativa na participação das leis de incentivo governamentais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento local e beneficiando a comunidade.	100%
A empresa participa ativamente das leis de incentivo governamentais para desenvolvimento local e busca aproveitar essas oportunidades.	75%
A empresa participa de algumas leis de incentivo governamentais, mas de forma limitada e sem um compromisso claro.	50%
A empresa demonstra interesse nas leis de incentivo, mas não participa efetivamente delas ou não as utiliza.	25%
A empresa não participa de nenhuma lei de incentivo governamental para o desenvolvimento local.	0%
3. Como a empresa lida com questões exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)?	**Governança - Práticas de controle de gestão - Privacidade de dados pessoais**
A empresa é altamente comprometida em cumprir com a LGPD, implementando práticas robustas de proteção de dados, garantindo transparência e segurança na gestão das informações pessoais.	100%
A empresa mantém uma abordagem estruturada para lidar com a LGPD, com políticas claras e treinamentos regulares para os colaboradores sobre proteção de dados.	75%
A empresa possui políticas e procedimentos para lidar com a LGPD, mas a implementação e o treinamento dos funcionários são inconsistentes.	50%
A empresa tem algumas iniciativas relacionadas à LGPD, mas são limitadas e não atendem completamente aos requisitos legais.	25%
A empresa não toma nenhuma medida para cumprir com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e não demonstra consciência sobre suas obrigações legais.	0%

Fonte: Desenvolvido pelo autor

ANEXO I

1 Eixo Ambiental

A Figura 1 apresenta a tabela do Eixo Ambiental constante na PR 2030, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para ESG:

Figura 1 - Eixo Ambiental

Eixo	Ambiental
	**Todas as organizações afetam e são afetadas pelo meio ambiente.** As organizações dependem de recursos naturais e ativos físicos para realizar suas operações. Assim, o eixo ambiental inclui os recursos naturais e energéticos consumidos pela organização, bem como os resíduos gerados, os impactos decorrentes e as consequências para os seres vivos. Produtos e serviços podem impactar direta ou indiretamente o meio ambiente.
Tema	**Critério**
Mudanças climáticas	Mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
	Adaptação às mudanças climáticas
	Eficiência energética
Recursos hídricos	Uso da água
	Gestão de efluentes
Biodiversidade e serviços ecossistêmicos	Conservação e uso sustentável da biodiversidade
	Uso sustentável do solo
Economia circular e gestão de resíduos	Economia circular
	Gestão de resíduos
Gestão ambiental e prevenção da poluição	Gestão ambiental
	Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)
	Qualidade do ar (emissão de poluentes)
	Gerenciamento de áreas contaminadas
	Produtos perigosos

Fonte: ABNT PR 2030 (2022)

1.1 Macro Tema: Mudanças Climáticas

1.1.1 Mitigação de emissões de gases do efeito estufa (GEE)

Descrição: Para que as emissões antrópicas de GEE sejam contidas, faz-se necessário atuar em ações de mitigação. De acordo com a Política Nacional de Mudança do Clima, entende-se por mitigação às mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.

Exemplo: Estabelecer uma sistemática para mensurar e reportar os níveis de emissão de GEE.

Indicadores: Quantidade de CO2 emitido na atmosfera. (Neste caso a PR 2030 indica que o Programa Brasileiro GHC Protocol é responsável pela adaptação do método e de ferramentas de cálculo de estimativa de GEE no contexto brasileiro).

***Standard* GRI:** GRI 305, Emissões 2016. Possui conteúdos para que as organizações relatem informações sobre seus impactos relacionados a emissões, e sobre como elas gerenciam esses impactos (GRI - www.globalreporting.org).

ODS: 13 - Ação contra a mudança global no clima

1.1.2 Adaptações às mudanças climáticas

Descrição: A adaptação às mudanças climáticas consiste em um conjunto de iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos em relação aos efeitos atuais e esperados das mudanças climáticas.

Exemplo: Constituir um grupo de trabalho multidisciplinar para coordenação e elaboração do plano de adaptação. Monitorar periodicamente as ações implementadas, analisando se estas estão atingindo os objetivos esperados e identificando os ajustes necessários.

Indicadores: % de utilização de energia de matrizes renováveis.

***Standard* GRI: GRI 305**, Emissões 2016. Possui conteúdos para que as organizações relatem informações sobre seus impactos relacionados a emissões, e sobre como elas gerenciam esses impactos (GRI - www.globalreporting.org). **GRI 302**, Energia 2016. Possui conteúdos para que as organizações relatem informações sobre seus impactos relacionados à energia, e sobre como elas gerenciam esses impactos.

ODS: 13 - Ação contra a mudança global no clima

1.1.3 Eficiência Energética

Descrição: A eficiência energética é a relação entre o produto ou a realização de um serviço e a energia consumida para este fim. É, portanto, uma métrica energética da razão entre saída e a entrada em uma instalação, processo ou equipamento, medida pela fórmula "SAÍDA DE PRODUTOS OU SERVIÇOS / QUANTIDADE DE ENERGIA CONSUMIDA"

Exemplo: Implementar sistema de gestão da energia para orientar as ações de eficiência energéticas a serem realizadas a fim de diagnosticar através de revisões periódicas, estabelecendo metas e indicadores, desenvolvendo plano de ação e implementando controles operacionais.

Indicador: Ganho de eficiência energética (MW) por meio de uso novas tecnologias.

***Standard* GRI: GRI 305**, Emissões 2016 e **GRI 302**, Energia 2016.

ODS: 13 - Ação contra a mudança global no clima. **9** - Indústria, inovação e infraestrutura, **7** - Energia Limpa e Acessível

1.2 Macro Tema: Recursos Hídricos

1.2.1 Uso da Água

Descrição: Não existe um padrão específico para determinar e colocar em prática as estratégias e os processos com foco na boa governança da água. No entanto, independentemente do tipo e do tamanho da organização e/ou das ferramentas adotadas para implementação do processo, essa abordagem deve ser permanente, contínua e integrada à gestão do negócio.

Exemplo: Mapear a demanda de água da organização, identificando como e quanto de água é consumida e/ou utilizada nos processos e nas atividades (“mapa da água”, “fluxo da água” ou balanço hídrico da organização).

Indicador: Volume de água em m³ utilizados no período.

***Standard* GRI: GRI 303**, Água e Efluentes 2018. Relaciona conteúdos para

que as organizações possam relatar informações sobre seus impactos relacionados à água, e sobre como elas gerenciam esses impactos.

ODS: 14 - Vida na água, **6** - Água potável e saneamento.

1.2.2 Gestão de Efluentes

Descrição: Os efluentes são classificados como industriais, sanitários (doméstico e/ou esgoto) e outros (não doméstico). Os efluentes industriais são gerados a partir de qualquer utilização da água para fins industriais, apresentando características próprias da linha de produção de cada organização e do tipo de tratamento ao qual é submetido. Os efluentes sanitários são resultantes do uso da água para atividades como higiene em banheiros e cozinhas (tanque, bacia sanitária, lavatório e chuveiro).

Exemplo: Avaliar a possibilidade de fontes alternativas de água não potável para usos menos nobres nos processos.

Indicador: % de reutilização de água.

***Standard* GRI: GRI 303**, Água e Efluentes 2018.

ODS: 14 - Vida na água, **6** - Água potável e saneamento.

1.3 Macro Tema: Biodiversidade e serviços ecossistêmicos

1.3.1 Conservação e uso sustentável da biodiversidade

Descrição: A conservação da biodiversidade prevê a proteção dos componentes da diversidade biológica, garantindo seu uso sustentável, que significa a utilização desses componentes de modo que eles não levem, a longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender às necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras.

Exemplo: Promover a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos por meio do desenvolvimento ações de fomento de projetos de inovação tecnológica, de reflorestamento e/ou conservação de áreas protegidas, ou outros cujos resultados sejam passíveis de monitoramento e mensuração visando

contribuir para as metas traçadas e compromissos assumidos pela organização.

Indicador: Quantidade de áreas de adoção de conservação / quantidade de árvores nativas plantadas.

***Standard* GRI: GRI 304**, Biodiversidade 2016. Possui conteúdos para que as organizações relatem informações sobre seus impactos relacionados à biodiversidade, e sobre como elas gerenciam esses impactos.

ODS: 14 - Vida na água, **6** - Água potável e saneamento.

1.3.2 Uso sustentável do solo

Descrição: O solo é um recurso natural não renovável de suporte a ecossistemas e atividades humanas, e é responsável pela produção da maior parte dos alimentos, fibras e bioenergia, fazendo parte do processo que provê serviços ecossistêmicos essenciais para a vida humana e para o planeta. Estes serviços ecossistêmicos incluem, por exemplo, o fornecimento de nutrientes essenciais para as florestas e lavouras, provisão de alimentos, estocagem de carbono e regulação climática, sustentação da biodiversidade e segurança hídrica.

Exemplo: Participar de arranjos locais/regionais para evitar degradação e desmatamento, e ampliar a potencialização da capacidade de regeneração natural, formação de corredores ecológicos e recuperação de nascentes.

Indicador: Manter ativo programada regional contra desmatamento / uso consciente do solo.

***Standard* GRI: GRI 13**, Setores de Agropecuária, Aquicultura e Pesca 2022. Fornecimento de informações para organizações dos setores de agropecuária, aquicultura e pesca sobre seus prováveis temas materiais, tendo como base os impactos mais significativos dos setores na economia.

ODS: 15 - Vida terrestre, **2** - Fome zero e agricultura familiar.

1.3 Macro Tema: Economia circular e gestão de resíduos

1.3.1 Economia circular

Descrição: A economia circular é “um sistema econômico que utiliza uma abordagem sistêmica para manter o fluxo circular dos recursos, por meio da recuperação, retenção ou adição de seu valor, enquanto contribui para o desenvolvimento sustentável”. Este modelo faz contraponto à atual lógica linear, baseada no padrão extrair-produzir-consumir-descartar.

Exemplo: A proposta é repensar a forma como se produz e consome, visando o melhor uso dos recursos ao longo de toda a cadeia de valor, com maior eficiência e agregação de valor, por meio de fluxos circulares. Com ações que incluem desde a otimização de processos até o desenvolvimento de novos modelos de negócios, a economia circular promove o reaproveitamento de produtos e materiais, diminuindo a dependência de matérias-primas virgens e a pressão sobre os ecossistemas.

Indicador: % de matéria-prima proveniente de reuso ou reciclagem no processo produtivo.

***Standard* GRI: GRI 301**, Materiais 2016. Os insumos utilizados para fabricar e embalar os produtos e serviços de uma organização podem ser materiais não renováveis, tais como minerais, metais, petróleo, gás e carvão mineral, ou materiais renováveis como madeira ou água. Tanto os materiais renováveis como os materiais não renováveis podem ser compostos de matérias-primas ou materiais reciclados (GRI, 2023). **GRI 306**, Resíduos 2020.

ODS: 12 - Consumo e produção responsáveis, **9** - Indústria, inovação e infraestrutura.

1.3.2 Gestão de Resíduos

Descrição: Uma boa gestão de resíduos deve priorizar a hierarquia de melhor aproveitamento do valor dos materiais e dos resíduos, observando-se a possibilidade de não geração, redução, reutilização e reciclagem, e do tratamento dos resíduos sólidos que não puderam ser aproveitados, e considerando o encaminhamento para disposição final, ambientalmente adequada, apenas daqueles resíduos para os quais não foi possível qualquer destas alternativas ou apenas os rejeitos.

Exemplo: Desenvolver tecnologias para redução da geração e/ou aproveitamento dos seus resíduos (por exemplo, tecnologias para transformação de

resíduos em novos produtos).

Indicador: % de reutilização de materiais sobre o total de resíduos gerados.

***Standard* GRI: GRI 301**, Materiais 2016. **GRI 306**, Resíduos 2020.

ODS: 12 - Consumo e produção responsáveis, **9** - Indústria, inovação e infraestrutura.

1.4 Macro Tema: Gestão ambiental e prevenção da poluição

1.4.1 Gestão Ambiental

Descrição: A gestão ambiental tem o objetivo de equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades sociais e econômicas, por meio do uso racional dos recursos naturais e do atendimento a requisitos legais.

Exemplo: Aumentar a conscientização da organização sobre sua atuação em relação ao meio ambiente, por meio, por exemplo, de treinamentos e eventos relacionados ao tema.

Indicador: Número de horas de treinamentos e eventos relacionados ao tema ambiental é fornecido aos funcionários.

***Standard* GRI: GRI 2**, Conteúdos gerais 2021. Possui conteúdos para a organização fornecer informações sobre suas práticas de relato; atividades e trabalhadores; governança; estratégia; políticas e práticas; e engajamento de *stakeholders*. Essas informações esclarecem o perfil e o porte da organização, e fornecem contexto para o entendimento de seus impactos.

ODS: N/A

1.4.2 Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)

Descrição: A gestão ambiental tem o objetivo de equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades sociais e econômicas, por meio do uso racional dos recursos naturais e do atendimento a requisitos legais.

Exemplo: Estabelecer canais de diálogo com possíveis afetados pelo ruído ambiental emitido pelas atividades da organização visando adoção de eventuais

medidas necessárias.

Indicador: Manter níveis de ruídos e vibrações controlados abaixo de níveis pré-estabelecidos que tenham o mínimo de impacto possível para os trabalhadores e ao redor..

***Standard* GRI: GRI 2**, Conteúdos gerais 2021. **GRI 403**, Saúde e Segurança do Trabalho 2018. Condições de trabalho saudáveis e seguras são também uma meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (GRI, 2023).

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.

1.4.3 Qualidade do ar

Descrição: A poluição do ar, reconhecida como um dos maiores riscos ambientais para a saúde humana, é medida tendo como referência determinados padrões de qualidade. Os padrões de qualidade do ar especificam legalmente o limite máximo para a concentração de um poluente específico na atmosfera, a fim de que o meio ambiente e a saúde da população sejam preservados em relação aos riscos de danos causados por estes poluentes.

Exemplo: A melhor medida para o controle das emissões que afetam a qualidade do ar está na prevenção, que muitas vezes é realizada por meio de ações voltadas a não geração de poluentes, como a substituição das fontes por outras não emissoras ou com menor emissão.

Indicador: Redução de emissão de gases do efeito estufa por meio de uso de tecnologias mais limpas e/ou de melhor eficiência..

***Standard* GRI: GRI 5**, Emissões 2016.

ODS: 13 - Ação contra a mudança global no clima.

1.4.4 Gerenciamento de áreas contaminadas

Descrição: O gerenciamento de áreas contaminadas visa reduzir, para níveis aceitáveis, os riscos a que estão sujeitos à saúde humana, a segurança da população

e do meio ambiente, em decorrência de exposição às substâncias provenientes de áreas contaminadas.

Exemplo: Promover o armazenamento adequado de insumos, matérias-primas e resíduos, evitando seu contato com o solo e a dispersão pelo vento e pela ação da chuva, mantendo-se áreas impermeabilizadas, cobertas e/ou com sistemas de contenção.

Indicador: Manter laudos de averiguação de contaminação através de métodos disponíveis.

***Standard* GRI: GRI 2**, Conteúdos gerais 2021.

ODS: 12 - Consumo e produção responsáveis.

1.4.5 Produtos perigosos

Descrição: Produtos perigosos estão presentes em diversos segmentos, nos quais são utilizados de forma intensiva, com riscos para o meio ambiente e para a saúde e segurança dos trabalhadores e comunidades do entorno. São exemplos de produtos perigosos os pesticidas, agrotóxicos, gasolina, álcool, solventes etc..

Exemplo: Adotar procedimentos de emergência, primeiros socorros e atendimento médico.

Indicador: Número de acidentes de trabalho relacionados ao manuseio, armazenamento ou utilização de produtos perigosos.

***Standard* GRI: GRI 403**, Saúde e segurança do trabalho. Possui conteúdos para que as organizações relatem informações sobre seus impactos relacionados à saúde e segurança do trabalho, e sobre como elas gerenciam esses impactos (GRI, 2023). **GRI 413**, Comunidades locais 2016. Comunidades locais são definidas como indivíduos ou grupos de indivíduos vivendo ou trabalhando em áreas afetadas ou que poderiam ser afetadas pelas atividades da organização (GRI, 2023).

ODS: 12 - Consumo e produção responsáveis. **8** - Trabalho decente e crescimento econômico.

2 Eixo Social

A Figura 2 apresenta a tabela do Eixo Social constante na PR 2030, norma da ABNT para ESG:

Figura 2 - Eixo Social

Eixo	Social
	**Toda organização opera dentro de uma sociedade mais ampla e diversificada.** O eixo social aborda os relacionamentos que a organização mantém com seus atores internos e externos e a reputação que ela promove entre pessoas e instituições nas comunidades onde atuam e o quanto contribuem para o respeito aos direitos humanos fundamentais. Para conduzir suas operações, as organizações aproveitam o talento e as habilidades trabalhadores. Produtos e serviços e atividades operacionais envolvidas na sua produção podem beneficiar a sociedade ou causar danos.
Tema	**Critério**
Diálogo social e desenvolvimento territorial	Investimento social privado
	Diálogo e engajamento das partes interessadas
	Impacto social
Direitos humanos	Respeito aos direitos humanos
	Combate ao trabalho forçado ou compulsório
	Combate ao trabalho infantil
Diversidade, equidade e inclusão	Políticas e práticas de diversidade e equidade
	Cultura e promoção de inclusão
Relações e práticas de trabalhos	Desenvolvimento profissional
	Saúde e segurança ocupacional
	Qualidade de vida
	Liberdade de associação
	Política de remuneração e benefícios
Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	Relacionamento com consumidores e clientes
	Relacionamento com os fornecedores

Fonte: ABNT PR 2030 (2022)

2.1 Macro Tema: Diálogo social e desenvolvimento territorial

2.1.1 Investimento social privado

Descrição: Recursos privados podem ser direcionados a projetos relacionados à educação, cultura, saúde, geração de renda, desenvolvimento de infraestrutura, melhoria do acesso à informação ou qualquer outra atividade que venha a promover desenvolvimento econômico, social e ambiental, alinhados aos interesses públicos.

Exemplo: Apoiar a construção de capacidades, apoio técnico e institucional a organizações da sociedade civil local por meio de voluntariado corporativo e/ou doação de serviços técnicos especializados.

Indicadores: Horas de voluntariado concedidas / quantidade de projetos / número de pessoas atingidas com projetos sociais.

***Standard* GRI: GRI 413**, Comunidades locais 2016.

ODS: 4 - Educação de qualidade

.

2.1.2 Diálogo e engajamento das partes interessadas

Descrição: A identificação e o engajamento de partes interessadas são fundamentais para a responsabilidade social. Convém que a organização determine quem tem interesse em suas decisões e atividades para que possa compreender seus impactos e como lidar com eles.

Exemplo: Elaborar, monitorar e reavaliar um plano de comunicação interno (trabalhadores) e externo (partes interessadas) de modo a ser o mais transparente possível nas decisões e ações.

Indicadores: Avaliação de engajamento pelos canais de comunicação.

***Standard* GRI: GRI 413**, Comunidades locais 2016.

ODS: 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

2.1.3 Impacto social

Descrição: O envolvimento da organização com a comunidade estabelece parcerias, promovendo uma melhor compreensão das expectativas e demandas das partes interessadas, de modo a possibilitar um planejamento mais assertivo para a gestão de impactos (positivos ou negativos).

Exemplo: Capacitar a população local para que possam ser ou vir a ser potenciais parceiros, fornecedores,consumidores ou trabalhadores.

Indicadores: Quantidade de pessoas impactadas com os programas de capacitação.

***Standard* GRI: GRI 413**, Comunidades locais 2016.

ODS: 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. **1** - Erradicação da Pobreza.

2.2 Macro Tema: Direitos humanos

2.2.1 Respeito aos Direitos Humanos

Descrição: As organizações devem reconhecer sua esfera de influência para identificar oportunidades de promover e monitorar os Direitos Humanos, utilizando-se de sua capacidade de estimular outros atores como governos, fornecedores, e organizações do terceiro setor, entre outros, contribuindo para um ambiente favorável e seguro para os Direitos Humanos.

Exemplo: Treinar trabalhadores em direitos humanos.

Indicadores: Implementar práticas de monitoramento e prevenção a violações dos direitos humanos, e capacitar trabalhadores a respeito de questões de direitos humanos.

***Standard* GRI: GRI 404**, Capacitação e Educação 2016. Possui conteúdos para que as organizações relatem informações sobre seus impactos relacionados à capacitação e educação, e sobre como elas gerenciam esses impactos.

ODS: 16 - Paz, justiça e instituições fortes.

2.2.2 Combate ao trabalho forçado ou compulsório

Descrição: O trabalho forçado se refere a situações em que as pessoas são coagidas a trabalhar por meio do uso de violência ou intimidação, ou até mesmo por meios implícitos, como a servidão por dívidas, a retenção de documentos de identidade ou ameaças de denúncia às autoridades de imigração.

Exemplo: Implementar as políticas e estratégias em toda a organização e na cadeia de valor.

Indicadores: Criação de políticas de *due dilligence* para contratação de serviços e produtos.

***Standard* GRI: GRI 409**, Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016. A presença e implementação efetiva de políticas para eliminar todas as formas de

trabalho forçado ou análogo ao escravo são uma expectativa básica da conduta empresarial responsável (GRI, 2023).

ODS: 16 - Paz, justiça e instituições fortes

2.2.3 Combate ao trabalho infantil

Descrição: O trabalho infantil é uma forma de exploração que, além de ilegal, constitui uma grave violação dos direitos humanos, que priva crianças de sua infância e dignidade, ao impedir que frequentem a escola e estudem normalmente, impossibilitando o desenvolvimento saudável das suas capacidades e habilidades.

Exemplo: Implantar cláusulas específicas em seus contratos, com o objetivo de coibir o trabalho infantil.

Indicadores: Integrar campanhas públicas, fóruns e eventos, firmar parcerias com outras organizações como forma de combater o trabalho infantil..

***Standard* GRI: GRI 408**, Trabalho Infantil 2016. O trabalho infantil não se refere ao emprego juvenil nem a crianças que trabalham. Refere-se a um abuso dos direitos humanos reconhecidos universalmente. A definição de trabalho infantil, acordada internacionalmente, foi estabelecida com a Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) "Idade Mínima" (GRI, 2023).

ODS: 16 - Paz, justiça e instituições fortes

2.3 Macro Tema: Diversidade, equidade e inclusão

2.3.1 Políticas e práticas de diversidade e equidade

Descrição: A busca da equidade visa assegurar igualdade de condições e oportunidades para seus trabalhadores, levando em conta suas características e necessidades distintas, provendo os recursos para que todos possam se desenvolver e aproveitar as oportunidades igualmente.

Exemplo: Estabelecer uma Política de Diversidade e Inclusão que endosse o movimento na organização, bem como estabeleça os parâmetros corporativos que irão guiar as tomadas de decisão.

Indicadores: Percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização divididos por faixas etárias (até 30 anos, entre 30 e 50 anos e mais de 50 anos).

***Standard* GRI: GRI 405**, Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016. Quando uma organização promove ativamente a diversidade e a igualdade no local de trabalho, ela pode obter benefícios significativos tanto para a organização como para os trabalhadores. (GRI, 2023).

ODS: 10 - Redução da desigualdade.

2.3.2 Cultura e promoção de inclusão

Descrição: Dentro de suas diretrizes de diversidade e inclusão, as organizações devem identificar grupos a serem priorizados (como etnia, gênero, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, geracional ou diversidade etária, dentre outras)..

Exemplo: Promover ações afirmativas para a inclusão.

Indicadores: Realizar e monitorar quantidade de workshops relacionados ao tema de inclusão.

***Standard* GRI: GRI 405**.

ODS: 10 - Redução da desigualdade.

2.4 Macro Tema: Relações e práticas de trabalho

2.4.1 Desenvolvimento profissional

Descrição: A capacitação é um componente essencial da promoção do emprego e do apoio às pessoas para que consigam trabalhos decentes e produtivos, além de ser vital para o desenvolvimento socioeconômico.

Exemplo: Oferecer incentivos, como bolsas parciais ou integrais de estudo, para fortalecer a educação continuada de seus trabalhadores.

Indicadores: Horas de capacitação por funcionário por ano.

***Standard* GRI: GRI 404**.

ODS: 4 - Educação de qualidade.

2.4.2 Saúde e segurança ocupacional

Descrição: Saúde e Segurança Ocupacional (SSO), também chamada de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), é um conjunto de atividades, normas, procedimentos e medidas preventivas a serem adotadas pelas organizações, visando à melhoria do ambiente laboral, e à prevenção de doenças ocupacionais e dos acidentes relacionados ao trabalho.

Exemplo: Elaborar e implementar um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Indicadores: Índice de absenteísmo.

***Standard* GRI: GRI 403**. Saúde e segurança do trabalho 2018. Condições de trabalho saudáveis e seguras envolvem tanto a prevenção de danos físicos e mentais como a promoção da saúde do trabalhador.

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.

2.4.3 Qualidade de vida

Descrição: O trabalho pode representar um agente promotor de qualidade de vida, quando o trabalhador vivencia um ambiente organizacional saudável em que se sinta valorizado, acolhido e respeitado, bem como se sinta produtivo e participante de um organismo maior, onde haja uma relação de cooperação e parceria entre os colegas e os superiores, produzindo para o bem comum, e onde exista a identificação do trabalhador com a cultura da organização.

Exemplo: Realizar pesquisa de clima organizacional e promover ações e estabelecer indicadores para melhoria e gestão do clima.

Indicadores: Monitorar índice de satisfação dos trabalhadores.

***Standard* GRI: GRI 403**. Saúde e segurança do trabalho 2018. Condições de trabalho saudáveis e seguras envolvem tanto a prevenção de danos físicos e mentais como a promoção da saúde do trabalhador.

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.

2.4.4 Liberdade de associação

Descrição: A liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva fazem parte dos direitos fundamentais do trabalho, tendo sido incluídos na Declaração de 1998 da OIT de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho.

Exemplo: Eleger pessoa responsável pelo estabelecimento de relação com o sindicato.

Indicadores: Manter política e divulgação de direitos de liberdade de associação.

***Standard* GRI: GRI 407**. Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016. Negociação coletiva refere-se a todas as negociações que se realizam entre um empregador, um grupo de empregadores ou uma ou mais organizações de empregadores, de um lado, e uma ou mais organizações de trabalhadores (ex.: sindicatos), de outro, para definir condições de trabalho e termos de emprego ou para regular as relações entre empregadores e trabalhadores(GRI, 2023).

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.

2.4.5 Política de remuneração e benefícios

Descrição: O plano de cargos e salários é uma das formas de estabelecimento das políticas, devendo ser observados os critérios que embasem a atração e retenção de profissionais, a orientação para o desenvolvimento e planejamento de carreira dos trabalhadores, e o estabelecimento da transparência, para que haja uma relação de confiança entre a organização e os trabalhadores.

Exemplo: Estabelecer políticas relacionadas ao atingimento de metas de desempenho ambiental, social e de governança para a organização, para trabalhadores e diretores..

Indicadores: Distribuição de lucros para funcionários / benefícios oferecidos por atingimento de metas.

***Standard* GRI: GRI 202**. Conteúdos Gerais 2021.

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.

2.5 Macro Tema: Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor

2.5.1 Relacionamento com consumidores e clientes

Descrição: As organizações que oferecem produtos e serviços aos consumidores, assim como a outros clientes, têm responsabilidades com estes, como prover educação e informações precisas, usar informações de marketing leais e processos contratuais justos, transparentes e úteis, além de promover o consumo sustentável.

Exemplo: Manter canais de comunicação disponíveis e bem divulgados, favorecendo o diálogo entre as partes com mecanismos que garantam um atendimento de qualidade aos clientes.

Indicadores: Quantidade de atendimentos nos canais disponíveis.

***Standard* GRI: GRI 416**. Saúde e Segurança do Consumidor 2016. Esta Norma aborda o tema saúde e segurança do consumidor, inclusive os esforços sistemáticos da organização em abordar a questão de saúde e segurança em todo o ciclo de vida de um produto ou serviço, além de sua adesão às leis e aos códigos voluntários de saúde e segurança do consumidor. **GRI 417**. Marketing e Rotulagem 2016. Esta Norma aborda o tema informações e rotulagem de produtos e serviços e comunicação de marketing. Isso inclui o acesso dos clientes a informações precisas e adequadas sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais positivos e negativos dos produtos e serviços que eles consomem (GRI, 2023).

ODS: 12 - Consumo e produção responsáveis.

2.5.2 Relacionamento com os fornecedores

Descrição: As organizações podem exercer influência e liderança sobre a sua cadeia de suprimentos por meio do estabelecimento de critérios socioambientais vinculados a uma abordagem ESG consistente, incentivando e recompensando os fornecedores a trabalharem de forma sinérgica na prevenção, mitigação e remediação

dos impactos negativos..

Exemplo: Utilizar critérios ESG para seleção dos fornecedores, como as práticas trabalhistas de acordo com a legislação vigente.

Indicadores: Política de *compliance* para contratação de fornecedores como auditorias e solicitação de documentação legal.

***Standard* GRI: GRI 414**. Avaliação Social de Fornecedores 2016. Uma organização pode estar envolvida com impactos sociais negativos tanto resultantes de suas próprias atividades como de suas relações de negócios com outras partes. A devida diligência é esperada de uma organização para prevenir, mitigar e lidar com impactos sociais negativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores (GRI, 2023).

ODS: 12 - Consumo e produção responsáveis.

3 Eixo Governança

A figura 3 apresenta a tabela do Eixo Governança constante na PR 2030, norma da ABNT para ESG:

Figura 3 - Eixo Governança

Eixo	Governança
	**Todas as organizações, considerando a sua própria constituição legal, exigem governança.** Governança é o sistema interno de práticas, controles e procedimentos que a organização adota para se governar, tomar decisões eficazes, cumprir a lei e atender às necessidades das partes interessadas. Ao tomar decisões e alocar seus recursos naturais, humanos e financeiros, as organizações devem considerar como criarão valor a longo prazo para beneficiar todas as partes interessadas.
Tema	**Critério**
Governança corporativa	Estrutura e composição da governança corporativa
	Propósito e estratégia em relação à sustentabilidade
Conduta empresarial	*Compliance*, programa de integridade e práticas anticorrupção
	Práticas de combate à concorrência desleal (antitruste)
	Engajamento das partes interessadas
Práticas de controle e gestão	Gestão de riscos do negócio
	Controles internos
	Auditorias interna e externa
	Ambiente legal e regulatório
	Gestão da segurança da informação
	Privacidade de dados pessoais
Transparência na gestão	Responsabilização (prestação de contas)
	Relatórios ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado

Fonte: ABNT PR 2030 (2022)

3.1 Macro Tema: Governança Corporativa

3.1.1 Estruturas e composição da governança corporativa

Descrição: Na estrutura de governança são especificados deveres e responsabilidades para as diferentes partes interessadas, como conselheiros, diretores, comitês e sócios. Também é por meio desta estrutura que são explicitados os procedimentos e as regras para a tomada de decisões em uma organização.

Exemplo: Formalizar regulamentos, caso existam comissões, comitês e

conselhos estabelecidos, para a tomada de decisões em tópicos ambientais, sociais e de governança.

Indicadores: Quantidade de projetos executados através de iniciativas do comitê de sustentabilidade.

***Standard* GRI: GRI 2**, Conteúdos Gerais 2021.

3.1.2 Propósito e estratégia em relação à sustentabilidade

Descrição: O desempenho de uma organização ocorre por meio de processos estruturados e formalmente estabelecidos para identificação, mensuração, acompanhamento e apresentação de indicadores de sustentabilidade que atendam às demandas diretas de partes interessadas, como reguladores, clientes, investidores ou financiadores, por exemplo.

Exemplo: Utilizar os resultados dos indicadores ESG para apoiar a tomada de decisão no processo de avaliação de desempenho.

Indicadores: Mensuração de quantidade de projetos e ações vinculadas ao tema sustentabilidade (ambiental, social e governança).

***Standard* GRI: GRI 2**, Conteúdos Gerais 2021.

3.2 Macro Tema: Conduta empresarial

3.2.1 *Compliance*, programa de integridade e práticas anticorrupção

Descrição: A organização deve conhecer as suas obrigações de compliance, ou seja, os requisitos legais que deve cumprir, bem como outros compromissos e requisitos que escolhe voluntariamente cumprir..

Exemplo: Implementar um código de conduta, que demonstre a cultura de integridade da organização e quais são as condutas inaceitáveis..

Indicadores: Número de workshops ou horas de treinamento sobre os temas de *compliance*.

***Standard* GRI: GRI 2**, Conteúdos Gerais 2021.

3.2.2 Práticas de combate à concorrência desleal (antitruste)

Descrição: A concorrência desleal constitui infração da ordem econômica, por práticas ilegais ou abusivas, como realizar a venda casada, limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado.

Exemplo: Capacitar os trabalhadores e prestadores de serviço da organização nas práticas anticoncorrenciais.

Indicadores: Horas de treinamento sobre os temas de antitruste.

***Standard* GRI: GRI 2**, Conteúdos Gerais 2021.

3.2.3 Engajamento das partes interessadas

Descrição: O engajamento das partes interessadas é um processo sistemático para identificar e criar diálogos com grupos ou indivíduos cujos interesses legítimos são afetados pelas decisões e atividades da organização..

Exemplo: Identificar as partes interessadas envolvidas e determinar os aspectos em que há ou pode haver um relacionamento com benefícios mútuos.

Indicadores: Quantidade de workshops realizados com as partes interessadas.

***Standard* GRI: GRI 2**, Conteúdos Gerais 2021.

3.3 Macro Tema: Práticas de controle e gestão

3.3.1 Gestão de riscos do negócio

Descrição: Gerenciar riscos é uma atividade interativa que auxilia as organizações no estabelecimento de estratégias para o alcance de objetivos e tomada de decisões. Ela é parte da governança e liderança, e é fundamental para a maneira como a organização é gerenciada em todos os níveis..

Exemplo: Desenvolver a matriz de probabilidade versus severidade dos riscos para determinar o nível de exposição relacionado aos temas ESG.

3.3.2 Controles internos

Descrição: O monitoramento é o melhor indicador para acompanhar os controles internos ao longo do tempo e verificar a efetividade desses. Ele pode ser realizado tanto por meio do acompanhamento contínuo (melhoria contínua) das atividades quanto por avaliações pontuais, como auditoria (interna ou externa), autoavaliação e revisões eventuais.

Exemplo: Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia do sistema de controles internos, bem como prestar contas ao órgão de governança sobre essa avaliação.

3.3.3 Auditorias interna e externa

Descrição: A auditoria interna é um método de avaliação da conformidade com critérios e/ou requisitos preestabelecidos. Os requisitos podem ser de qualidade, financeiros, jurídicos e de governança. A auditoria externa é uma atividade independente, executada por terceiros (3ª parte), que pode ser realizada por iniciativa da própria organização, para atendimento de requisitos legais ou estatutários.

Exemplo: Assegurar a independência, objetividade e qualificação do(s) auditor(es) responsável(eis) pela auditoria interna / disponibilizar os recursos necessários para a execução do(s) programa(s) de auditorias interna e externa.

Indicadores: Manter equipe de auditores internos capacitados e contrato de auditoria externa.

3.3.4 Ambiente legal e regulatório

Descrição: Pode-se definir o ambiente regulatório e legal como todas as regulamentações federais, municipais e estaduais estabelecidas pelos diferentes órgãos (União, estados e municípios), assim como pelos diferentes agentes, como as agências reguladoras, órgãos supervisores etc.

Exemplo: Inventário de regulamentações aplicáveis vigentes, classificados por órgão emissor, tema, áreas afetadas, responsáveis etc.

3.3.5 Gestão da segurança da informação

Descrição: O Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI) é um conjunto de políticas, procedimentos, diretrizes, recursos e atividades, gerenciados pela organização, com o objetivo de proteger seus ativos de informação, digitais ou não.

Exemplo: Criar rotinas de cópias de segurança (backup) e restauração (restore) de dados da empresa em mídias externas ou em nuvem, com periodicidade adequada ao volume de dados guardado, ao nível de alterações dos dados e ao nível de risco tolerado pela organização.

3.3.6 Privacidade de dados pessoais

Descrição: As organizações devem disponibilizar meios para que o titular dos dados pessoais possa saber como estes dados são tratados pela organização, inclusive conhecendo seu ciclo de vida, objetivos do tratamento, compartilhamentos e de como eles são protegidos.

Exemplo: Possuir nos contratos com terceiros, cláusulas explícitas que assegurem no *Service Level Agreement* (SLA) o nível adequado de proteção de dados pessoais das informações compartilhadas.

3.4 Macro Tema: Transparência na gestão

3.4.1 Responsabilização (prestação de contas)

Descrição: O conceito de responsabilização, aponta especificamente para a transparência, a participação e a prestação de contas, apresentando cinco dimensões para análise - transparência / imputabilidade / controle / responsabilização / responsividade.

Exemplo: Criar um plano de comunicação que evidencie a transparência das ações da organização para as partes interessadas e a sociedade em geral, como relatório de sustentabilidade, relatório de demonstração financeira, relatórios de

auditoria interna e externa, premiações, certificações, entre outros meios.

3.4.1 Relatório ESG, de sustentabilidade e /ou relato integrado

Descrição: O relatório é a principal ferramenta que as organizações utilizam para relatar, de forma voluntária, à sociedade e às partes interessadas seu desempenho e impacto nos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, sejam eles positivos ou negativos. O documento complementa as demonstrações financeiras das empresas e possui como principal objetivo a divulgação dos dados socioambientais de forma transparente.

Exemplo: Reportar os temas ESG identificados como materiais para organização.